UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Mulheres, rede e empoderamento: o desenvolvimento da economia solidária e feminista em organizações coletivas de mulheres no município de Barra do Turvo – SP.

Simone Léia Rui



Presidente Prudente
Abril/2025

Simone Léia Rui

Mulheres, rede e empoderamento: o desenvolvimento da economia solidária e feminista em organizações coletivas de mulheres no Município de Barra do Turvo - SP

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Linha de Pesquisa: Dinâmicas Agrárias, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, como exigência para a obtenção do Título de Doutorado em Geografia, sob a orientação da Prof.ª Dra. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol.

Presidente Prudente
Abril/2025

Ficha catalográfica

R934m

Rui, Simone Léia
Mulheres, rede e empoderamento: : o desenvolvimento da economia solidária e feminista em organizações coletivas de mulheres no Município de Barra do Turvo - SP / Simone Léia Rui. -- Presidente Prudente, 2025
220 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

1. Mulheres. 2. Economia Solidária. 3. Rede. 4. Empoderamento. 5. Barra do Turvo - SP. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

Banca Examinadora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: **"Mulheres, rede e empoderamento: o desenvolvimento da economia solidária e feminista em organizações coletivas de mulheres no Município de Barra do Turvo – SP"**

AUTORA: SIMONE LÉIA RUI

ORIENTADORA: ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em Geografia, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

gov.br Documento assinado digitalmente
ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPAN
Data: 10/04/2025 06:19:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL (Participaçao Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciencias e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

gov.br Documento assinado digitalmente
LARISSA ARAUJO COUTINHO DE PAULA
Data: 10/04/2025 14:18:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. LARISSA ARAUJO COUTINHO DE PAULA (Participaçao Virtual)
Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais / Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

gov.br Documento assinado digitalmente
ROSELI ALVES DOS SANTOS
Data: 14/04/2025 11:33:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. ROSELI ALVES DOS SANTOS (Participaçao Virtual)
Departamento de Geografia / Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

gov.br Documento assinado digitalmente
MARCIO JOSE CATELAN
Data: 02/05/2025 15:52:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. MÁRCIO JOSÉ CATELAN (Participaçao Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciencias, Tecnologia e Educacao de Ourinhos - FCTE/Unesp

gov.b Do aumento assinado digitalir ente
cufLHEeuE oos SAIVTos cLxuoiuo
Data: 11/04/2025 11:II:0Z-0300
Verifi ue em htt e: validar.iti. ov.br

Prof. Dr. GUILHERME DOS SANTOS CLAUDINO (Participaçao Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação - FCTE/Unesp

Presidente Prudente, 04 de abril de 2025

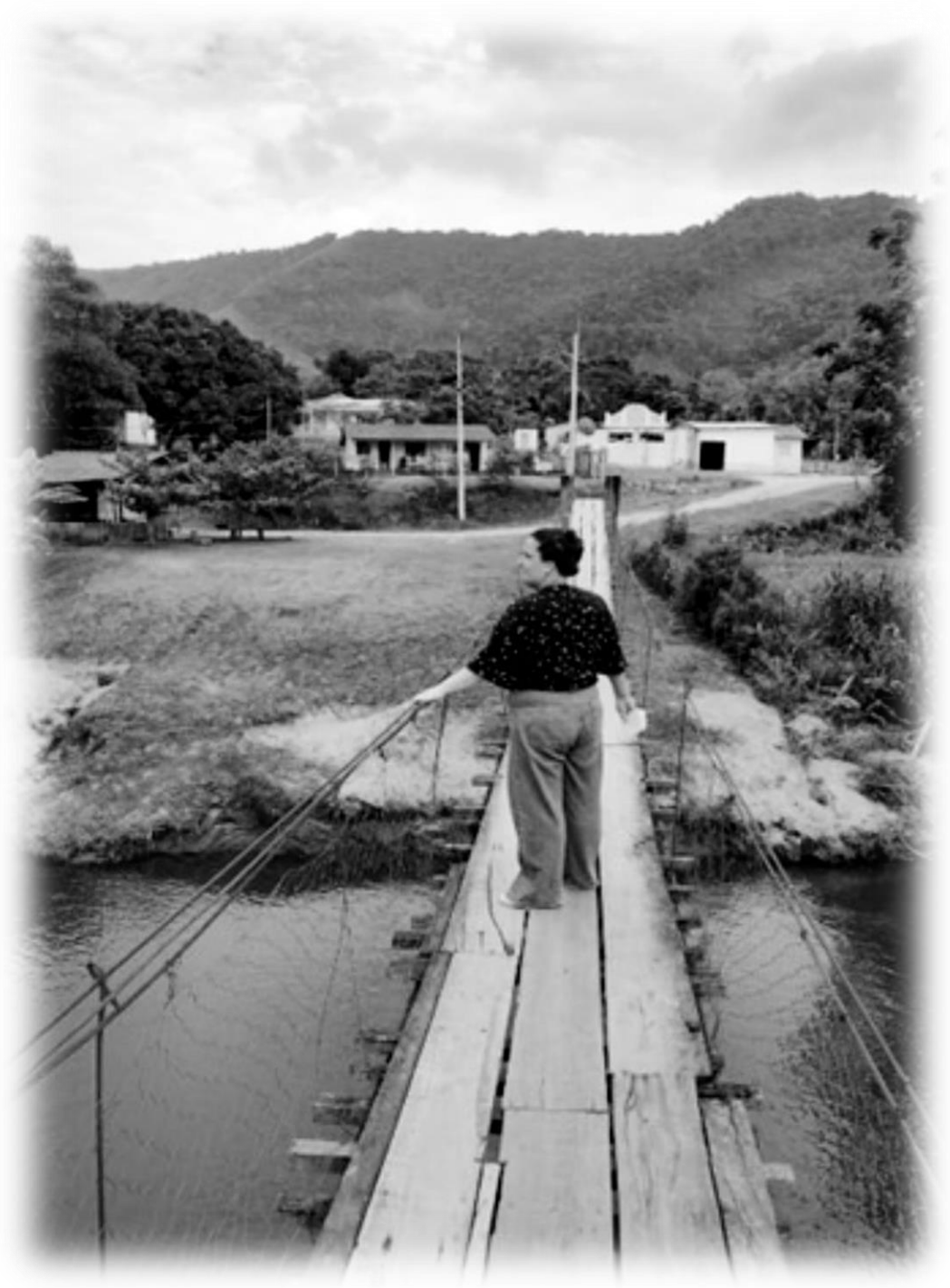
Dedico este trabalho

A minha filha CORA que queria ver o seu nome neste "livro", filha seu nome e sua vida estão marcados em mim e em tudo o que eu faço.

A minha avó Antonia, mulher que criou 8 filhos no sitio e que aos 95 anos segue sendo sinônimo de força.

A todas as mulheres agricultoras da RAMA pela acolhida, diálogos e toda aprendizagem.

Agradecimentos



"A vida são golpes, costuras e ponte" (Mia Couto, 2006)

Sou a Simone, mulher, mãe da Cora, filha da Tania, irmã da Taniele, tia da Rita, neta da Dercia e da Antonia, nora da Suely, cunhada da Marciele, orientanda da Rosangela e amiga da Rafaela, da Natalia e da Vanessa. Todas essas mulheres que me cercam, fazem lembrar que somos marcadas ao nascer, que levamos com a gente um corpo material e simbólico, uma história, uma socialização e uma cultura que vai ser por muitas vezes violada. Corpo que não foi concedido o direito de só existir, foi tantas vezes lembrado que precisava ser menor, caber, dar lugar, sentar direito, doer e parir. Que aos 8 anos precisou silenciar um abuso sexual, que aos 32 vivenciou violência obstétrica no parto e que aos 37 sofreu violência patrimonial. Começo esse agradecimento com um lamento, pois é impossível viver em um mundo tão violento com as meninas e mulheres que precisamos sempre lembrar de não esquecer que existimos, apesar do medo e das inseguranças.

Agradeço o desejo, esse motor que move o mundo. Desejo que me inquietou por muitos anos e que me fez insistir e acreditar que eu só seria completa se tivesse comigo um Doutorado. Digo agora livre para poder desejar o que ainda nem sei, mas que farei um esforço para que seja algo meu e não uma falsa projeção das vidas que me inspiram.

Agradeço a possibilidade de fazer análise por três (3) anos, por ter tido uma analista, Maria Stephani, tão gentil e que me lembrava toda semana que toda palavra importa, que toda lágrima conta uma história e que todo *não* me faz mais forte. Agradeço também o meu encontro com a Dra. Monika Magalhães, endocrinologista, tão humana e dedica que me deu suporte e cuidou de mim, quando eu mesma não conseguia fazer por mim mesma.

Agradeço ao José, meu companheiro, e aqui não cabe romantizar as relações, por me proporcionar seguir, mesmo quando o dinheiro foi um problema, por me acompanhar até o campo quando a insegurança me impedia de percorrer certos caminhos sozinha e a localizar esta tese no mundo com todos os mapas e figuras que juntos fizemos... te amo.

Agradeço aos meus pais, Tania e Clovis, que estão comigo, mesmo quando não estão fisicamente, que logo cedo aprenderam a respeitar as opiniões e os desejos das filhas... Amo vocês. A minha irmã Taniele que é a mulher mais incrível que eu conheço, a capricorniana mais doce que existe. Aos meus

sobrinhos Rita e Vicente que são meus amores e os melhores primos que a Cora poderia ter.

Agradeço as mães dos amiguinhos da escola da Cora, a Jessica, Priscila, Carla, Marina, Gabriela, Bruna, Aline, Raissa, Roberta, Thamires e Hellen que, em todos os encontros, me faziam rir, relaxar e conversar sobre os mais variados assuntos.

Agradeço a todas as pessoas que compõem a FCT/UNESP/ por me proporcionar uma formação acadêmica tão solida, uma graduação tão cheia de possibilidades e um regresso na pós-graduação que me fez sentir como uma forasteira, e que não pertencia mais aqueles corredores. Contudo, apesar de todas as dificuldades, ainda é um privilégio muito grande estar em uma universidade pública e de qualidade. Agradeço ao grupo de pesquisa Gedra e todas os encontros, sejam eles presenciais ou online, foram de grande aprendizagem. Me desculpem por trocar pouco com cada um de vocês, estar em casa com a Cora era o que tinha de mais valioso e mais uma vez gostaria de agradecer a minha orientadora, Rosangela, por todo suporte intelectual e emocional e por sempre fazer eu acreditar que conseguiria concluir esta etapa. Nunca saberei agradecer por me permitir retornar e não soltar a minha mão.

Este agradecimento só vale se for para você Cora, minha filha, eu não sou mais sem você, todos os dias eu sou para que você também possa ser.

Essa sou eu tentando lembrar que já atravessei muita ponte, de que não foi fácil caminhar com as minhas pernas, as vezes precisei de sombra e em tantas outras foi na chuva que eu conseguia seguir o caminho e agora me dou o direito de parar e respirar, recalcular a rota e descobrir para onde a vida aponta.

Apoio Institucional

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Cada mulher sabe a força da natureza que abriga na torrente que flui sua vida”.

(Itamar Vieira Júnior, 2019)

Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras

No Vale do Ribeira
As mulheres se uniu
Com o trabalho na Agroecologia
As portas se abriu

A saúde melhorou
E o clima agradou

Em 2015, a SOF apareceu
Foi aí que conhecemos
São Paulo, Brasil, povo meu
Campo e cidade

O nosso grupo com carinho
e muita união,
Resgatou muitas mulheres
Que estavam em depressão

Vamo lá companheirada
Sair da situação
Somos todas agricultoras
E fazemos mutirão
Enfrentamos de tudo
Para aumentar a produção.

O trabalho é agradável
Aqui nós se anima
Temo tudo anotado
Na caderneta nós assina

Muitas mulheres que nos viram
Para o grupo vem chegando
Sabendo que aqui
Ninguém tá se enganando

Aqui no grupo nós já temos
Mulheres se aposentando
Com o trabalho que vem feito
Documento se ajeitando

Saímos cedo da cama
O trabalho nos chama
Fazemos a nossa feira
Que é muito bacana

Já plantamos
Já vendemos
E agora nosso grupo
Leva o nome da RAMA

(Jane Aparecida Santos)

RESUMO

Esta pesquisa pretende compreender, a partir das conexões entre a categoria mulheres e economia solidaria, como a organização das mulheres rurais em grupos formais, impacta na autonomia e empoderamento das agricultoras e como interfere na permanência destas e de suas famílias no campo. Para tanto, foi realizada uma análise da Rede Agroecológica das Mulheres Agricultoras (RAMA) do município de Barra do Turvo, localizado no Vale do Ribeira – SP, pois esta foi desenvolvida em parceria com a Sempreviva Organização Feminista (SOF), e a implementação de uma economia solidaria e feminista, com a criação de uma rede com os Grupos de Consumo Responsáveis da Grande São Paulo. Foram realizadas revisões bibliográficas, levantamento de dados de fontes secundárias (IBGE 2010, 2022; CONAB) e realizados dois campos, sendo um período de observação, com uso de diário de campo e, em outro, a realização de 14 entrevistas com roteiros semiestruturados. Estabelecer uma relação entre a categoria mulheres e economia solidaria foi essencial para compreender que o empoderamento efetivo das mulheres perpassa por uma autonomia financeira e a ampliação do conhecimento sobre o feminismo. Identificamos que as agricultoras que participam da RAMA passaram, tanto a contribuir financeiramente com a renda da família, e a parceria com a SOF contribuiu para uma valorização do saber feminino, aprendizados sobre agroecologia e a importância do trabalho e do tempo, além da relevância delas estarem unidas, e experienciando atividades coletivas, como os mutirões, o que favoreceu um pensamento mais crítico quanto a realidade das mulheres rurais do município de Barra do Turvo.

Palavras – chaves: mulheres; economia solidária; rede; empoderamento; Barra do Turvo - SP.

ABSTRACT

To this end, na analysis was conducted of the Agroecological Network of Women Farmers (RAMA) in the municipality os Barra do Turvo, located in the Ribeira Valley, São Paulo, developed in partnership with the Sempreviva Feminist Organization (SOF). This collaboration led to the implementation of a solidarity-based and feminist economy, along with the creation of a network involving Responsible Consumption Groups from Greater São Paulo. The study involved bibliographic reviews, data collection from secondary sources (IBGE 2010; 2022; CONAB), and two fieldwork phases: one observation period using a field diary and the Other consisting of 14 semi-structured interviews. Establishing the link between women and solidarity economy was crucial to understanding that effective empowerment for women involves financial autonomy and na expanded understanding of feminism. Our findings indicate that farmers participating in RAMA began contributing financially to their families' income. Additionally the partnership with SOF helped elevate the value of womens's knowledge of work and time. Furthermore, the collective nature of their activities, including collaborative work facilitated the development of a more critical perspective on the realities of rural women in Barra do Turvo.

Keywords: women; solidarity economy; networks; empowerment; Barra do Turvo-SP.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo comprender, a partir de las conexiones entre la categoría mujeres y la economía solidaria, cómo la organización de las mujeres rurales en grupos formales impacta la autonomía y el empoderamiento de las agricultoras y cómo influye en su permanencia, así como en la de sus familias en el campo. Para ello, se realizó un análisis de la Red Agroecológica de Mujeres Agricultoras (RAMA), del municipio de Barra do Turvo, ubicado em Vale do Ribeira-SP, tal como fue desarrollada en alianza con la Organización Feminista Sempreviva (SOF), y la implementación de una economía solidaria y feminista, con la creación de una red com los Grupos de consumo Responsable de del Gran São Paulo. Se llevaron a cabo las revisiones bibliográficas, recolección de datos de fuentes secundarias (IBGE 2010, 2022; CONAB) y se realizaron dos campos, un período de observación, utilizando un diario de campo y, en otro, 14 entrevistas con guiones semiestructurados. Establecer una relación entre la categoría de mujer y la economía solidaria fue fundamental para comprender que el empoderamiento efectivo de las mujeres pasa por la autonomía financiera y la ampliación del conocimiento sobre el feminismo. Identificamos que las agricultoras que participan en RAMA comenzaron a contribuir económicamente al ingreso familiar. Además, la alianza con SOF favoreció la valorización del conocimiento femenino, el aprendizaje sobre agroecología y la importancia del trabajo y del tiempo. También destacó la relevancia de la unidad entre ellas y la participación en actividades colectivas, como el trabajo conjunto, lo que favoreció el desarrollo de un pensamiento más crítico sobre la realidad de las mujeres rurales en el municipio de Barra do Turvo

Palabras clave: mujeres; economía solidaria; redes; empoderamiento; Barra do Turvo -SP.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Municípios que compõem o Vale do Ribeira. 40
Figura 2. Localização do município de Barra do Turvo – SP. 44
Figura 3. Gráfico com Composição dos Empreendimentos em Economia Solidaria por Gênero, 2016 – IPEA. 85
Figura 4. Trecho do Estatuto Social da SOF. 93
Figura 5. Nota sobre a participação da SOF no Vale do Ribeira, via ATER mulheres. 97
Figura 6. Foto de uma das atividades realizadas pela SOF, via ATER mulheres. 98
Figura 7. Cadernos Sempreviva, título, serie e ano de publicação. 101
Figura 8. Mulheres do Vale do Ribeira participando da IV Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM). 103
Figura 9. Mulheres de Barra do Turvo que participaram das ações da SOF, via ATER mulheres. 107
Figura 10. 1º reunião sobre comercialização das mulheres de Barra do Turvo – SP. 109
Figura 11. Cartaz de divulgação da comercialização e troca de experiencias com as mulheres de Barra do Turvo do Vale do Ribeira, no Quitandoca. 113
Figura 12. Participação das mulheres de Barra do Turvo na Feira de Agroecologia e Economia Solidária de Registro – SP. 114
Figura 13. Encontro de Formação com as Mulheres de Barra do Turvo – SP pela SOF. 117
Figura 14. Assembleia em que as mulheres agricultoras escolheram o nome de Rama. 122
Figura 15. Poesia feita por agricultura e declamado no dia da implantação do nome RAMA. 123
Figura 16. Localização dos bairros rurais em que há grupos de mulheres pertencentes a RAMA – 2024. 126
Figura 17. Filme Vida em Mutirão. 129
Figura 18. Divulgação do filme Vida em Mutirão no SESC – Registro/SP. 131
Figura 19. Intercambio dos Grupos de Consumos Responsáveis com as mulheres da RAMA. 132
Figura 20. Mapa da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável, Brasil, 2016. 143
Figura 21. Circuito de comercialização da RAMA com os GCRs em São Paulo. 152
Figura 22. Mudas de plantas silvestres, frutíferas e medicinais da **Dona Ada.** 159
Figura 23. Café da manhã preparado pelas mulheres do quilombo Terra Seca, Barra do Turvo – SP. 161
Figura 24. Mulher agricultora na roça em encosta do morro, Barra do Turvo – SP. .. 162
Figura 25. Agricultoras separando as ramas para o plantio da mandioca no mutirão. 164
Figura 26. Mandala do intercâmbio com a RAMA do dia 09/09/2022. 166
Figura 27. Início da Reunião da RAMA com música no dia 09/09/2022. 167
Figura 28. Homenagem a Rosalina Aparecida Galdino. 173
Figura 29. Produtos da RAMA comercializados no Instituto Baru – SP. 175
Figura 30. Agricultora da RAMA no Instituto Baru – SP. 176
Figura 31. Mapa de campo realizado entre os dias 11/11/2023 e 15/11/2013 no município de Barra do Turvo. 179

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Perfil geral das entrevistadas. 34
Quadro 2. Entrega do PAA feita pelas Mulheres e Homens que participam da Cooperafloresta, nos anos de 2010 a 2023. 111
Quadro 3. Informações sobre os grupos que compõem a RAMA. 124
Quadro 4. Grupos de Consumo responsáveis que a RAMA entrega seus produtos. 148
Quadro 5. Unidades de Conservação que se localizam no Município de Barra do Turvo – SP. 171
Quadro 6. Síntese sobre as informações pessoas das agricultoras da RAMA entrevistadas. 185

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

AOD – Ajuda Oficial ao Desenvolvimento

APA – Área de Proteção Ambiental

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CEAFIM – Centro de Envolvimento Agroflorestal Felipe Moreira

CQR – Comunidades Remanescentes de Quilombo

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EES – Empreendimentos em Economia Solidária

FG – Fazendo Gênero

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

GCRs – Grupo de Consumo Reesposáveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MM – Mundo de Mulheres

MMM – Marcha Mundial de Mulheres

MONJAC – Mosaico de Unidades de Conservação da Jacupiranga

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimento

PEJ – Parque Estadual da Jacupiranga

PTA – Programas de Tecnologias Alternativas

RAMA – Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras

REF – Rede de Economia e Feminista

REMTE – Rede Latino Americana de Mulheres Transformando a economia

RDA – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária

SOF – Sempreviva Organização Feminista

TC – Territórios da Cidadania

Sumário

Pródromos 20

1. Pródromos do nascer de uma tese 22

1.1 A escolha do tema de pesquisa 24

1.2 A hipótese do trabalho 27

1.3 Objetivos Geral e Específicos 27

2. Só se faz pesquisa fazendo: Metodologia e aprendizados 30

2.1 Métodos e metodologia 31

3. O Vale do Ribeira e o município de Barra do Turvo: um território de interesse 39

3.1 O município de Barra do Turvo 43

3.1.1 Processo histórico de ocupação do município 48

Fase latente 50

4. A categoria Mulheres e os caminhos para o empoderamento e criação da economia solidária e feminista 52

4.1. A interseccionalidade e a cisão do conceito de mulher 57

4.2 Empoderamento das mulheres uma nova concepção de poder 60

4.3 A resistência das mulheres rurais na agricultura familiar 65

4.4 Da economia solidaria à economia solidaria e feminista 71

4.4.1 A Economia Solidária e Feminista 79

5. A formação da rede agroecológica de mulheres agricultoras: a ong, as mulheres e os grupos de consumo responsáveis 87

5.1 A Sempreviva Organização Feminista: Formação e Ação 92

5.2 A Formação da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras do Vale do Ribeira 105

5.2.1 Práticas e saberes realizados pelas mulheres agricultoras da RAMA 124

5.3 Do conceito de rede à rede de mulheres agricultoras 134

5.3.1 Grupos de Consumo Responsável: solidária no campo e na cidade 140

5.3.2 Os Grupos de Consumo Responsável e a RAMA 147

Fase ativa 154

6. Observe e deixe elas falarem: apontamentos sobre o trabalho de campo 156

6.1 As entrevistas são permitidas e a volta ao campo 177

6.1.1 Conhecendo as agricultoras 180

6.1.2 O encontro com a SOF, a criação da RAMA e a comercialização 186

6.1.3 A importância da organização das mulheres 194

Expulsivo 200

7. Conclusões..... 201
Referências..... 206
ANEXO..... 215

Pródromos



Mulher arrumando a mandala na assembleia RAMA – Barra do Turvo – SP (10/09/2022).

A primeira parte desta tese, tal qual os pródromos sinalizam o início da jornada desse trabalho. Aqui introduziremos as categorias e conceitos que foram essências para essa tese, descreveremos brevemente se é que possível quem são as mulheres da RAMA e quais são os objetivos geral e específicos que foram determinantes para responder as questões levantadas e confirmar a hipótese de que quando mulheres rurais estão unidas coletivamente visando tanto a obtenção de renda quanto a ampliação de conhecimentos ligados ao feminismo, estas mulheres vivenciam de fato um grau de empoderamento.

Contextualizaremos quando eu, como pesquisadora, tive o primeiro contato com a RAMA, e descrevemos os caminhos para acessar as mulheres agricultoras, as dificuldades para realizar as entrevistas. Nesta tese, tivemos a oportunidade de realizar um intercâmbio com a RAMA e, assim, ter a possibilidade de observar as mulheres e a interação com as integrantes da SOF. Para tanto, utilizei o diário de campo como uma técnica imprescindível para este trabalho.

E, por fim, apresentaremos e localizaremos onde vivem as mulheres da RAMA, para tanto, achamos necessária uma contextualização histórica e uma análise de dados de fonte secundária do Vale do Ribeira e do município de Barra do Turvo – SP.

1. Pródromos do nascer de uma tese

Esta pesquisa se dedica a compreender, a partir das conexões entre a categoria mulheres e economia solidaria, como a organização das mulheres rurais interfere na permanência destas e de suas famílias no campo, pois estas são ações que podem garantir a produção agroecológica, a comercialização e a agregação de valor à produção, e a manutenção da memória coletiva e dos conhecimentos tradicionais.

Para tanto, faremos uma análise da Rede Agroecológica das Mulheres Agricultoras (RAMA) do município de Barra do Turvo, localizado no Vale do Ribeira[1]–SP, pois esta foi desenvolvida em parceria com a Sempreviva Organização Feminista (SOF), uma organização não governamental (ONG) que atua desde 1980 com assessoria a organizações coletivas de mulheres e mistas (homens e mulheres), a movimentos sociais e a órgãos de governo. Uma das principais ações dessa parceria entre a SOF e a RAMA foi a participação desta organização de mulheres nos Grupos de Consumos Responsáveis (GCRs) da Grande São Paulo. Deste modo, pesquisaremos se as mulheres rurais por meio da ação conjunta com o terceiro setor (Ong), alcançou de fato melhorias econômicas, sociais e de autoestima, seja de forma individual ou coletiva.

Decidimos fazer o uso da categoria mulheres. Com isso queremos ressaltar que compreendemos que as mulheres aqui referidas não são baseadas numa realidade dada qualquer, mas que elas surgem de nossos lugares na história e na cultura, são atos políticos que refletem os contextos das quais nós emergimos. Desta maneira, perpassa uma questão do sexo biológico, na qual ao longo da história da humanidade, as mulheres tiveram os seus corpos controlados pelo patriarcado. Ao designar às pessoas diferentes posições sociais, direitos e oportunidades, de acordo com seu sexo, e que, portanto, precisa ser entendido a partir de uma perspectiva relacional, ou seja, através do modo como homens e mulheres se relacionam nas diversas esferas e níveis do social.

(1) O Vale do Ribeira - SP está localizado na região Sudeste e é composto por 25 municípios que pertencem às Regiões Administrativas de Sorocaba e Registro, são eles: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Registro, Ribeira, Ribeirão Branco, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí.

O feminismo "procurou articular modos de resistência ao questionamento de ‘verdades’ estabelecidas que permeiam a produção e a reprodução das relações entre homens e mulheres, de forma hierárquica e desigual" (Meyer, 1996, p. 41). Ao entender que o sexo também é político, pois nele contém relações de poder, o feminismo rompe com os modelos tradicionais e aponta também para um caráter subjetivo da opressão. Esta apreensão se faz relevante, pois a economia rural sempre esteve, de algum modo, marcada pela divisão sexual do trabalho. A agricultura familiar se caracteriza por ser uma forma de produção em que a unidade de trabalho se confunde com a organização da família, ambas regidas, em geral, por uma rígida divisão sexual e geracional do trabalho, em que as tarefas e os papéis sociais entre homens e mulheres, adultos, jovens e idosos são distintos e marcados por hierarquias, mas também por desigualdades. Atividades, espaços de produção e identidades sociais são diferenciados, sendo frequentemente atribuídas às mulheres as atividades domésticas e de reprodução social da família e, aos homens, as atividades de geração de renda. (Siliprandi; Cintrão, 2011).

Contudo, apesar da existência de iniciativas de organizações coletivas de mulheres rurais, Siliprandi e Cintrão (2011) revelam que essas práticas são, em sua maioria, informais e esporádicas, o que agrava a dificuldade de obtenção de financiamento e de acesso ao crédito. Outro problema relacionado a este fato refere-se ao engajamento das participantes. O envolvimento das mulheres ocorre, na maioria das vezes, pela motivação de obtenção de renda monetária pela comercialização dos produtos, o que conduz à participação voluntária e eventual na organização produtiva, colocando em risco a sua continuidade.

A dificuldade em caracterizar o trabalho das mulheres rural como produtivo traz ainda outras implicações. Os efeitos diretamente percebidos estão relacionados com a dificuldade de participação das mulheres na comercialização de produtos (participação em feiras, exposições ou mesmo no processo de negociação da comercialização direta, uma vez que o espaço público é reconhecido como predominantemente masculino. (Carneiro, 2001).

Mulheres rurais vêm construindo movimentos de ações e lutas por políticas públicas e o fim das desigualdades de gênero e sociais. Embora historicamente as mulheres participem das lutas e movimentos sociais no campo, a história de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil é

relativamente recente. As primeiras organizações específicas de mulheres rurais datam do início dos anos de 1980, estimuladas principalmente pela igreja católica, movimento sindical e partidos políticos, e tomaram maior força nas regiões Sul e Nordeste do país. (Herédia; Cintrão, 2006).

Alguns grupos de mulheres começaram com atividades de artesanato, processamento e comercialização e a participação das mulheres nesses tipos de atividades pode ajudar a melhorar a renda e promover a autonomia econômica, bem como aumentar a autoestima. (Siliprandi; Cintrão, 2011). Nesse sentido, pode-se pensar que o empoderamento das mulheres poderia representar um desafio às relações patriarcais, significar uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, na busca de lhes proporcionar garantias e autonomia. O processo de empoderamento das mulheres pode trazer à tona, por conseguinte, uma nova concepção de poder, assumindo formas mais democráticas, construindo, assim, novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas.

Dessa maneira, por meio da economia solidaria e feminista e da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e do desenvolvimento de um Comercio de Consumo Responsável da Grande São Paulo, buscaremos compreender como que a vida dessas mulheres agricultoras melhorou depois da criação da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA), além de identificar quais foram os maiores desafios por elas enfrentados no que tange a vida pessoal e profissional.

1.1 A escolha do tema de pesquisa

Ao estabelecer que as mulheres agricultoras da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) e os Grupos de Consumo Responsável (GCRs) da Grande São Paulo estão alicerçados na economia solidária, se admite, como destaca Singer (2008), que é um modo de produção que se caracteriza pela igualdade.

Dentro do cenário da Economia Solidária, a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras é vista como um significativo exemplo de articulação feministas – e também com a agroecologia. Apesar dos avanços, no entanto,

Dantas (2005) aponta que ainda existem desafios tradicionais e problemas a serem superados, tais como: o trabalho das mulheres ainda é, muitas vezes, tido como 'ajuda', mesmo que seja a maior parte da renda monetária ingressante nas famílias; os limites impostos por maridos ou companheiros para participação das mulheres em eventos na região; a participação ainda desigual em atividades políticas e comercialização.

O interesse por esse tema de pesquisa se deu ainda no mestrado, no qual realizei uma dissertação em que teve como objetivo elaborar uma análise a partir das interfaces entre gênero e agricultura familiar, como o acesso a uma política pública específica, no caso o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), influenciou (ou não) no empoderamento das agricultoras participantes. Tomamos como referência empírica, a Associação Força Feminina, organização coletiva das mulheres do Assentamento Santa Apolônia, Novo Horizonte e São Bento, localizados no Município de Mirante do Paranapanema – SP. Contudo, ao longo do trabalho percebi que não existia uma articulação entre elas no que se refere a relação de grupo, pois praticamente não era realizado encontro entre elas, reuniões e assembleias, o que impactou no desenvolvimento de um empoderamento pessoal dessas mulheres.

Para o doutorado tive como interesse identificar uma organização de mulheres que, de fato, vivencie atividades coletivas, que possuem um planejamento de assembleias e reuniões, e também encontros frequentes entre as mulheres participantes visando a criação de uma rede de colaboração mútua entre elas. A partir desse interesse, em um evento científico conheço a RAMA, e como as mulheres agricultoras do município de Barra do Turvo no Vale do Ribeira – SP, desenvolveu uma rede de comercialização com Grupos de Consumo Responsáveis no município de São Paulo, o que neste momento e depois se confirmou bastante promissor desenvolver uma pesquisa com mulheres que de fato praticam uma organização coletiva e feminista.

Esta pesquisa, se fez relevante, pois a economia rural sempre esteve, de algum modo, marcada pela divisão sexual do trabalho: os homens associados às atividades que geram renda e as mulheres às atividades de autoconsumo familiar. Sendo assim, esta pesquisa contribui com os estudos que visam mostrar outras realidades na área rural, espaços que são organizados por mulheres e que juntas constroem outras histórias. Mulheres agricultoras que, de fato, vêm

construindo movimentos de ações e lutas por políticas públicas e o fim das desigualdades ligadas ao sexo e sociais, que participam de marchas, que contam suas histórias e que sabem da importância do seu trabalho tanto para o seu desenvolvimento pessoal e financeiro, quanto para a dinâmica familiar, e se tornam mulheres que contribuem politicamente para mudanças em seus territórios.

Na agricultura familiar é frequente que, além do trabalho na casa, as mulheres participem dos afazeres na agricultura e se responsabilizem por atividades agrícolas, como aquelas realizadas nas hortas e nos pequenos roçados para consumo familiar, no beneficiamento de alimentos e cuidado com os pequenos animais, principalmente aqueles destinados ao consumo direto da família. Em outras palavras, em regime de economia familiar, o trabalho agrícola para a mulher é uma extensão das suas tarefas domésticas e, portanto, não é considerado como “trabalho”, mas apenas como “ajuda”.

Na agricultura familiar existe, portanto, uma articulação necessária entre as atividades produtivas e as atividades reprodutivas. A reprodução social depende do trabalho coletivo de toda a família, estabelecendo uma relação que envolve elementos como a terra, os meios de produção e a esfera familiar, constituída pela relação que se estabelece entre seus membros e o trabalho. Esta pesquisa colabora com estudos ligados a Geografia Agraria, principalmente nos que se dedicam às realidades das mulheres rurais, e tem interesse em aplicar a categoria mulheres, pois foi questionada nas últimas décadas, mas que vem tomando novas proposições, pensando nesta como uma nova posição política e um campo de ação e reflexão dos estudos feministas.

Esta pesquisa também auxilia nos estudos ligados à temática de rede, pois destacamos o surgimento e o desenvolvimento de uma rede de comercialização em que participam mulheres agricultoras, ONG e GCRs entre os municípios de Barra do Turvo e da Grande São Paulo. E, por fim, nos estudos ligados a economia solidária e feminista que é um modo de produção e organização que se caracteriza pela igualdade e que vem corroborar com a análise crítica das formas atuais de organização econômica e mostra como as mulheres vivenciam os ajustes entre a lógica temporal do capital e a lógica da vida.

Posto isto, buscaremos responder ao longo da pesquisa às seguintes questões:

- Em que medida a organização coletiva das mulheres rurais do município de Barra do Turvo – SP transformou o território em que elas vivem?
- Será que a organização das mulheres da RAMA propiciou o aumento do empoderamento pessoal e do conhecimento do feminismo?
- O aumento da renda monetária das mulheres rurais com a venda da produção para os Grupos de Consumos Responsáveis foi identificado e quais melhorias possibilitou?
- A produção e a comercialização são responsáveis e visa não só preço, mas também a qualidade do produto e da vida de quem o produz?
- A economia solidária de fato se instalou nesse território, sendo criadas relações de cooperação entre produtoras e consumidores?

1.2 A hipótese do trabalho

Deste modo, levantamos a hipótese de que a organização coletiva das mulheres rurais em grupos formais estabeleceu uma relação de empoderamento no território vivido, pois estas passaram a participar da obtenção de renda monetária da família. Neste cenário de união entre parte das mulheres rurais do município de Barra do Turvo, alicerçado no feminismo inserido por meio da Ong SOF, gerou um pensamento mais crítico quanto a realidade dessas mulheres, buscando, a partir da criação da Rede Agroecológica de Mulheres Rurais, uma nova possibilidade de melhorias de vida pessoal e familiar.

1.3 Objetivos Geral e Específicos

Pretende-se analisar a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) e o desenvolvimento da economia solidaria no município de Barro do Turvo – SP, por meio da relação entre as mulheres rurais organizadas coletivamente, a Ong e os Grupos de Consumo Responsáveis, e em que medida essa ação contribuiu para o fortalecimento da autonomia das mulheres.

Para atingir o objetivo principal desta tese, desenvolveremos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar, a partir de referencial bibliográfico, a relação entre a categoria mulheres e economia solidária;
- Identificar e compreender as principais dificuldades, assim como os aspectos positivos e as melhorias que ocorreram na vida das mulheres depois da criação da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras;
- Constatar se as mulheres participantes da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras atingiram algum grau de empoderamento e autonomia e como isso interfere nas suas atividades profissionais e pessoais;
- Entender como se estabeleceu a economia solidaria e o mercado destinado aos Grupos de Consumo Responsáveis, além de como se dá a rede entre as produtoras da Rama e os consumidores.

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, a tese foi estruturada em seis capítulos, além desta introdução, das considerações finais, referencias e anexo.

No capítulo 2, iniciamos com os procedimentos metodológicos, em que é apresentado o objeto de estudo, ou seja, as mulheres agricultoras da RAMA. Neste capítulo apresentamos o método e as metodologias utilizadas na tese que está baseada em método qualitativo, com a utilização de roteiro de entrevistas semiestruturados, diário de campo e observação.

No capítulo 3, desenvolvemos os elementos teóricos norteadores deste trabalho, ou seja, a categoria mulheres e a economia solidária e feminista. Para tanto, foi realizado o levantamento bibliográfico da categoria mulheres buscando relacionar com os conceitos de interseccionalidade e ecofeminismo. No que tange à economia solidaria e feminista, também foi realizada uma revisão bibliográfica que perpassa principalmente a vertente ligado ao feminismo e das mulheres rurais e agricultoras.

No capítulo 4 compreendemos o território do Vale do Ribeira, suas contradições quanto aos aspectos naturais e as áreas de reserva de Mata Atlântica e os baixos Índices de Desenvolvimento Humano, fazemos uma análise sobre o mito da natureza intocável. O contexto histórico do município de Barra do Turvo. Estas reflexões são necessárias, pois assim, será possível entender as tensões entre as agricultoras e os parques e unidades de conservação.

No capítulo 5 buscamos compreender em que momento se deu a organização da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras no Vale do Ribeira (RAMA) e a formação dos Grupos de Consumo Responsáveis. Para tanto, realizamos uma análise da ONG Sempreviva Organização Feminista (SOF), as mulheres agricultoras de Barra do Turvo (RAMA), e quem são os Grupos de Consumo Responsáveis (GCRs) que compõe essa rede.

No capitulo 6 analisamos as informações que foram coletadas durante a realização do trabalho de campo. O capitulo está dividido em dois, no qual corresponde ao período que realizei um intercâmbio[2] com RAMA e, posteriormente, as entrevistas realizadas utilizando de um roteiro semiestruturado com as mulheres dos Grupo Rio Vermelho e Grupo Rosas do Vale. Neste capitulo é apresentada a importância da relação entre as mulheres agricultoras e as integrantes da SOF e o impacto da comercialização com os GCRs na vida delas.

Por fim, cabe destacar que o texto escrito nunca é o texto que imaginamos, contudo, parafraseando Pablo Neruda, é importante compreender que começamos este trabalho com uma letra maiúscula e terminaremos com um ponto final, e no meio apresentaremos algumas ideias. O fazer de uma tese é, portanto, permeado de fases tal qual um parto, fases que absorvemos informações, juntamos em palavras, fases que precisamos percorrer caminhos duros, fases que precisamos de outras pessoas caminhando com a gente e por fim, deixar nascer, sendo assim termino citando Gabriel Garcia Marques no livro Amor nos tempos do cólera, “se deixou levar por sua convicção de que os seres humanos não nascem para sempre no dia em que as mães os dão à luz, e sim que a vida os obriga outra vez e muitas vezes a se parirem a si mesmo”. Boa Leitura!

[2] Termo que os participantes da RAMA utilizam quando pessoas vão até o território das mulheres agricultoras de Barra do Turvo – SP.

2. Só se faz pesquisa fazendo: Metodologia e aprendizados

As primeiras informações sobre a RAMA chegaram até mim ainda no mestrado, numa participação no Grupo de Trabalho, durante o 13º Congresso Mundos de Mulheres (MM), realizado conjuntamente ao Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 (FG), entre 30 de julho e 4 de agosto de 2017. Nesse evento, uma integrante da SOF estava apresentando o seu trabalho e me interessou muito, principalmente por conta da dinâmica de organização das mulheres agricultoras, com reuniões e assembleias em um território tão grande e disperso. Termino o mestrado com interesses ligados a como as mulheres rurais se organizam, se essas organizações de fato existem e como a união das mulheres impacta a vida delas na área rural. Ao participar do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP para o Doutorado, proponho o projeto de pesquisa sobre as mulheres agricultoras da RAMA e como se organizou essa rede de comercialização, na qual os produtos são cultivados em Barra do Turvo e percorrem 300km até a Grande São Paulo para serem comercializado.

A Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) é composta por 12 grupos de mulheres agricultoras localizadas em doze (12) bairros rurais do município de Barra do Turvo, sendo eles: As Margaridas (Bairro Indaiatuba), Rosas do Vale (Bairro Córrego da Onça e do Franco), As Perobas (Quilombo Terra Seca), As Raízes (Quilombo Ribeirão Grande), as mulheres do Quilombo Cedro, Mulheres do Bairro Rio Vermelho, Grupo Esperança (Bairro Bela Vista), Mulheres do Conchas, Ceafim (Córrego da Onça), As Girassóis do Vale (Divisa), Reginaldo (Quilombo Reginaldo) e As Rochas (Quilombo Terra Seca).

O funcionamento da rede se dá através da articulação entre as agricultoras, a SOF, ong de São Paulo que participou da articulação dessas mulheres, e a criação da RAMA, além de intermediar o contato com os Grupos de Consumo Responsável, sendo essa uma iniciativa de consumidores organizados que viabiliza a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos a preços acessíveis, estabelecendo uma nova relação de compra e venda com o(a)s agricultores familiares e consumidores, estimulando a proximidade entre estes dois atores, fortalecendo os circuitos curtos de comercialização. Seus

relacionamentos internos e externos estão baseados nos princípios da Economia Solidária e do Comércio Justo e Solidário, como a transparência de preços e a autogestão. Esta é uma das formas de valorizar e fortalecer a produção rural familiar orgânica e agroecológica, pois abre uma nova possibilidade de mercado para as agricultoras da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) do Vale do Ribeira.

2.1 Métodos e metodologia

Dentre os métodos e metodologias admitidos na busca da construção do conhecimento para essa pesquisa, se optou pela metodologia qualitativa de pesquisa que possibilitou compreender o significado que uma dada situação tem para o sujeito ou grupos de sujeitos, objeto de nossa pesquisa. E isso é relevante porque tal reflexão conduz à apreensão da importância e do significado que determinada realidade possui para o sujeito, e de não poder ser compreendido unicamente através de indicadores e índices, embora, em determinadas situações, essas informações sejam de extrema importância. Entretanto, por si só não permitem que se chegue ao conhecimento de uma realidade em contínuo movimento, contexto no qual vive o ser humano (Martinelli, 2003).

Para a realização desta tese, foram feitas revisões bibliográficas que nortearam essa pesquisa, a utilização da categoria Mulheres, que foi feita através de uma escolha política desta pesquisadora, na tentativa de não contribuir para o apagamento desta categoria nas ciências humanas, além de compreender que as mulheres agricultoras, objeto deste estudo, são marcadas desde o seu nascimento pelo seu sexo.

Foram realizadas pesquisas de dados de fontes secundárias, em *sites* do IBGE e SEADE para a caracterização do município de Barra do Turvo -SP e do Vale do Ribeira e dispusemos de extensa gama de matérias produzidas pela SOF, como artigos, livros, cartilhas, bem como vídeos com a participação das mulheres da RAMA, disponíveis na plataforma do *Youtube*, no qual foi possível acompanhar o processo de criação da RAMA, depoimento das agricultoras e as ações realizadas pela SOF.

As entrevistas foram realizadas mediante roteiros de entrevistas semiestruturados (anexo A). Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada

tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam origem a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo entrevistador. O autor afirma que a entrevista semiestruturada,

> [...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Neste tipo de entrevista, o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. No momento em que ele achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa, fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele.

Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. Outra vantagem diz respeito à dificuldade que muitas pessoas têm de responder por escrito. Desse modo, este tipo de entrevista colabora muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa. Tanto na entrevista aberta como na semiestruturada, temos a possibilidade da utilização de recursos visuais, como cartões, fotografias, o que pode deixar o entrevistado mais à vontade e fazê-lo lembrar de fatos, o que não seria possível num questionário, por exemplo (Selltiz et al, 1987).

As técnicas de entrevista aberta e semiestruturada também têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas também

são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista, maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. (Selltiz et al, 1987).

As entrevistas semiestruturadas foram ao encontro dos objetivos desta pesquisa, pois como pesquisadora, o meu maior interesse é ouvir as entrevistadas de uma forma mais livre, mesmo utilizando o recurso de perguntas semiestruturadas que nortearam o nosso diálogo, pois acredito que dessa forma consegui captar informações uteis a essa pesquisa.

Foram realizadas entrevistas a 14 mulheres (Quadro 1), sendo duas integrantes da SOF que fazem parte do processo de formação da RAMA e que atuam como técnica, assessorando as mulheres agricultoras nas suas produções e 12 mulheres agricultoras que participam da RAMA.

Quadro 1. Perfil geral das entrevistadas.

Nº	Nomes fictícios das entrevistadas[3]	Idade	Origem	Profissão	Escolaridade	Estado Civil	Filhos	Data da Entrevista
1	Técnica 1.	-	-	Técnica da SOF	Superior Completo	-	-	02/08/2022
2	Técnica 2.	-	-	Técnica da Sof	Superior Completo	casada	1	02/08/2022
3	Ada	50	Barra do Turvo	Agricultora	1ª ano	casada	2	11/11/2023
4	Benedita	49	Irati - PR	Agricultora	6º ano	casada	4	11/11/2023
5	Catarina	45	Barra do Turvo	Agricultora	7 ° ano	Casada	3	11/11/2023
6	Elisabete	59	Toledo - PR	Agricultora	6° ano	solteira	2	11/11/2023
7	Fatima	34	São Paulo	Agricultora	5° ano	casada	3	11/11/2023
8	Joana	16	São José dos Pinhais - PR	Estudante	Ensino Médio Completo	solteira	0	11/11/2023
9	Margarete	23	Tijuca - PR	Agricultora	Ensino Médio Completo	casada	1	11/11/2023
10	Nina	41	Barra do Turvo	Agricultora	Ensino Médio Completo	casada	2	12/11/2023
11	Rute	51	Curitiba - PR	Agricultora	4º Ano	Separada	2	12/11/2023

[3] Todos os nomes são fictícios para preservar a identidade das entrevistadas. Os nomes foram inspirados e retirados do livro Histórias de ninar para garotas rebeldes – 100 fabulas sobre mulheres extraordinárias de Elena Favilli, 2017.

12	Samira	43	Guarapiara - PR	Agricultora	Ensino Fundamental Completo	casada	4	12/11/2023
13	Virginia	25	Barra do Turvo	Agricultora	Ensino Médio Completo	solteira	3	12/11/2023
14	Tamara	45	Barra do Turvo	Agricultora	7ºano	casada	7	12/11/2023

Fonte: Elaborada pela autora.

O encontro com as mulheres da RAMA se deu em dois momentos: o primeiro, de observação, e o segundo de realização das entrevistas. No primeiro momento, o encontro se deu através de um convite de duas representantes da SOF, logo depois da entrevista que realizei com elas, na qual foi feito o convite para participar de um intercâmbio com a RAMA, pratica bastante importante na dinâmica da rede que foi criada. Contudo, foi determinado que, neste momento, eu só poderia observar, realizar uma escuta atenta, mas sem realizar as entrevistas e que para estas ocorrerem precisaria passar pela aprovação das mulheres em assembleia. Aceitei o convite e decidi que usaria um diário de campo para realizar essa primeira parte da pesquisa.

O diário de campo é um dos instrumentos mais básicos de registro de dados do pesquisador, inspirado nos trabalhos dos primeiros antropólogos que, ao estudar sociedades distantes utilizavam um caderno, no qual registravam as práticas cotidianas, as viagens, os experimentos. Como método de pesquisa científica, o diário de campo surge com o trabalho clássico de Bronisław Malinowski e é amplamente utilizado em pesquisas etnográficas, qualitativas, mas também em pesquisas quantitativas, experimentais. (Rose, et al, 2006).

O diário de campo tem um caráter informal, um instrumento de anotações, comentários, observações e reflexões. Para Falkembach (1987), nos diários de campo anotamos observações de fatos concretos, fenômenos sociais, acontecimentos, relações verificadas, experiência pessoais do investigador, suas reflexões e comentários. Ele facilita criar o hábito de observar com atenção, descrever com precisão e refletir sobre os acontecimentos de um dia de trabalho. Espera – se que seja anotado diariamente para poder perceber a evolução das percepções e reflexões. No texto Diário de campo: um instrumento de reflexão de Elza Maria Fonseca Falkembach (1987), descreve que os diários de campo devem ser compostos de três (3) partes, sendo elas:

> O Diário de Campo pode ser organizado em três partes: uma com a descrição dos fatos concretos e fenômenos sociais; a segunda, com a interpretação do que foi observado. Nesta parte é importante procurar, explicitar, conceituar, mostrar como se veem as relações entre os fatos e fenômenos, procurar algumas explicações para o que foi visto, ir a raízes, antecipar consequências. Na terceira parte devera-se registrar as primeiras conclusões, dúvidas, imprevistos, desafios ao

> aprofundamento, tanto para o investigador como para os grupos populares, outros educadores, técnicos e instituições inseridas no processo. (FALKEMBACH, F., 1987, p. 4)

É fundamental ressaltar que os registros devem ser feitos o quanto antes, para que não falhe a memória e também podem ser feito textos contínuos, desenhos, ou qualquer forma de registro. Malinowski (1967), a partir de seus trabalhos, demonstrou que esse instrumento de registro é imprescindível no campo da pesquisa social e também para os registros solitários e vivos. Esse autor destacava que os melhores registros, os mais confiáveis, são aqueles realizados logo após a saída do local denominado de campo de pesquisa. Cabe aqui ressaltar que esse diário de campo foi revisitado muitas vezes ao longo da pesquisa, mas que foi um material produzido somente durante esse período e, posteriormente, foi utilizado para pensar a pesquisa, planejar as novas ações, anotar citações importantes e questões a serem levadas para a orientadora. Termino aqui lembrando do meu estágio docência que foi realizado no primeiro semestre de 2022, na qual o professor Dr. Necio Turra Neto[4], comenta com os alunos do 4º ano, a importância do seu diário de campo ao longo da sua pesquisa de doutorado e quanto este material se tornou pessoal e o quanto falava não só sobre o objeto da sua pesquisa, mas sobre ele enquanto pesquisador.

Apesar de me sentir a estranha naquele ambiente e também ser vista como a diferente e isso chamar a atenção de algumas mulheres que se aproximaram e trouxeram questões até mim, sem eu precisar de muito esforço e que, nenhuma pergunta foi feita tentando tirar alguma informação, e sim sob a forma de conversas curiosas e atentas. Em alguns momentos foi me questionado o que minha presença ali traria de retorno para elas, ou o que eu estava fazendo. Contudo, percebi que as mulheres da RAMA de alguma maneira já estão bem acostumadas com a presença do outro, com o interesse do outro na organização desta rede.

A observação participante se refere ao processo em que os membros da comunidade estudada concordam com a presença do/a pesquisador/a entre eles/as. O/a observador/a participante deve criar meios para ser aceito/a no

[4] Professor Doutor do Departamento de Geografia na Universidade Estadual Paulista – campus de Presidente Prudente/SP.

contexto da pesquisa. É importante, nesse tipo de pesquisa, que o/a pesquisador/a realize suas ações de acordo com o funcionamento do local que se estuda, mesmo que isso signifique sair do proposto no roteiro planejado (Flick, 2009). Deste modo, este trabalho se realizou através de uma dupla de métodos, nas quais foram realizadas uma curta observação e, posteriormente, a entrevista semiestruturada depois de o período de um ano deste primeiro encontro, pois minha solicitação de entrevistas foi incluída na assembleia da RAMA do mês de setembro de 2023. Para tanto, foi necessário ser enviado meu projeto de pesquisa, um vídeo curto explicando os objetivos do trabalho, e somente depois disso foi autorizada a minha presença.

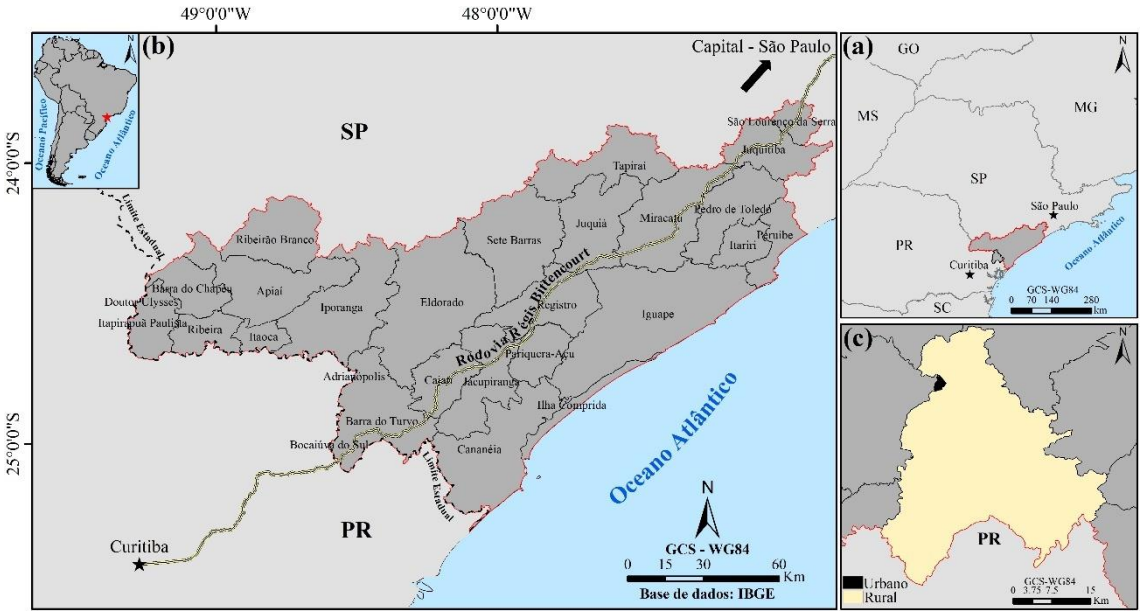
O período de observação e as entrevistas possibilitaram atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, a metodologia qualitativa foi uma alternativa encontrada para que pudéssemos ouvir e ecoar a voz das mulheres da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras do município de Barra do Turvo – SP. Apesar de seguirmos um roteiro semestruturado para todas as entrevistadas, foi possível individualizar cada entrevista de acordo com o interesse apresentado pelas agricultoras.

3. O Vale do Ribeira e o município de Barra do Turvo: um território de interesse

O Vale do Ribeira Paulista (Figura 1) está localizado no sul do estado de São Paulo e norte do estado do Paraná, abrangendo a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá. Sua área é de 2.830.666 km^2, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010, e inclui integralmente a área de 22 municípios, sendo eles: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra e Sete Barras.

Segundo informações do Censo Demográfico de 2022, a população total do Vale do Ribeira Paulista é de 318.474 habitantes, dos quais 89.173 vivem na área rural, o que corresponde a cerca de 28% do total. No que diz respeito à população rural, 53.827 são mulheres, o que representa 46,9% do total. O território possui 7.037 estabelecimentos de agricultura familiar, 159 famílias assentadas, 3.438 pescadores/as, 33 comunidades quilombolas e 13 terras indígenas. Do total da população do território, 33.904 estão em situação de extrema pobreza e 1.196 famílias estão inscritas no Programa Bolsa Família (PBF, 2025).

Figura 1. Municípios que compõem o Vale do Ribeira.



Fonte: Elaborado pela autora.

Essa região está entre as primeiras colonizadas pelos ibéricos, tanto espanhóis quanto portugueses que, em início do século XVI, disputaram a posse dessa terra de fronteira. Esses colonizadores encontraram aí povos nativos de origem Tupi. Essa região era habitada, à época dos descobrimentos, pelos Tupiniquins entre São Vicente e sul da região lagunar e pelos Carijó a partir dali, predominando os Tupinambás no litoral norte paulista que consumiam mariscos, cujas cascas deram origem aos inúmeros sambaquis (Diegues, 2007)

Foi no Alto Ribeira que a exploração do ouro foi atividade relevante, ocupando um grande número de homens escravizados. Num primeiro período, até meados do século XVII, o povoamento era disperso, mas a partir dessa com a descoberta do Morro do Ouro, em Apiaí, formou-se o primeiro povoado, transformado em vila em 1771. Iporanga, antes chamado de Arraial de Santo Antônio, situada às margens do Rio Ribeira, já tinha moradores em meados do século XVIII, trabalhando também na mineração e na agricultura. Iporanga tem um casario colonial bem conservado e foi declarado recentemente sítio do Patrimônio Natural, pela Unesco, por ter 90% de seu território recoberto pela Mata Atlântica. (Mancebo, 2001)

A exploração mineral aurífera durou do século XVI ao XIX, tendo entrado em decadência a partir do século XVIII. Na primeira década do século XIX, a rizicultura se instala na região e, com seu declínio, a partir da segunda metade

do século XIX, dá lugar às monoculturas de chá e banana no século XX (Turutti, 2006), sendo que essa última permanece até hoje com grande importância econômica na região.

O início do século XX foi acompanhado pela construção de rodovias, como a BR 116, no final da década de 1950, que corta a região. A partir da segunda metade do século XX, foram criadas as primeiras unidades de conservação, como o Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ), em 1969. Essa unidade de conservação foi criada de forma autoritária, por meio do Decreto – Lei Estadual Nº 145 de agosto de 1969, abrangendo uma área de 150 mil hectares de seis municípios do Vale do Ribeira: Barra do Turvo, Cananeia, Cajati, Iporanga, Eldorado e Jacupiranga. (Telles, 2018)

O Vale do Ribeira, a partir de 2003, passa a ser reconhecido como Território Rural[5], para onde convergem uma série de ações e programas do governo federal. Nesse processo, há um esforço para articular as duas instâncias criadas para a gestão de políticas públicas no Vale do Ribeira. Em 2008, o governo federal reconhece o Vale do Ribeira como Território da Cidadania (TC), devido aos seus baixos indicadores socioeconômicos e à alta concentração de agricultores familiares, de assentamentos, e 58 comunidades tradicionais (comunidades quilombolas, indígenas e de pescadores/as artesanais). (Telles, 2018)

Segundo a Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira de 2008, produzido pelo Instituto de Socioambiental (ISA), o Vale do Ribeira é a região do Estado de São Paulo onde se encontra a maior parte das comunidades quilombolas. A diversidade social, ambiental e cultural ali existente não se compara a qualquer outra região do Brasil. Tal especificidade se justifica pelo fato de que no Vale se concentram um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do Brasil e abrigam várias comunidades tradicionais e locais, quilombolas, indígenas, caiçaras e agricultores familiares. Por outro lado, a

[5] Em 2003, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) é implantado sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). O Pronat visa à concertação participativa de uma estratégia de desenvolvimento rural fundamentada no marco territorial da política e na integração horizontal e vertical dos atores e instituições. Em 2008, surge o Programa Territórios da Cidadania (PTC) sob a coordenação do Ministério da Casa Civil (MCC), com o objetivo inovador de integrar o enfoque territorial à proposta de universalização das políticas sociais e da intersetorialidade das ações, cujo objetivo é o desenvolvimento rural sustentável. (SILVA JR, J. A, 2016)

região apresenta questões que lhe são próprias e demandam políticas específicas, como a regularização fundiária tanto para indígenas como para pequenos agricultores e quilombolas. É preciso considerar ainda que existem conflitos de sobreposições entre os territórios tradicionais destas populações com Unidades de Conservação (ISA, 2008)

Do ponto de vista fundiário, o problema da indefinição de direitos de propriedade faz do Vale do Ribeira uma das maiores áreas de posse não legalizada do país. Esse problema afeta, sobretudo, os mais pobres e acaba se transformando num estímulo ao uso predatório das áreas de reservas naturais, especialmente por grandes produtores que, aproveitando-se das brechas legais de titulação das terras, invadem áreas públicas derrubando a mata, estabelecendo formas descuidadas de exploração e reivindicando a propriedade definitiva do solo (Resende, 2000). Segundo dados de Chabaribery *et al* (2004), esse percentual de terras com situação dominial indefinida representa 35% da pendência total do Estado de São Paulo. Assim sendo, o Vale do Ribeira é a região de maior importância para regularização fundiária e, por essa razão, um dos seus principais problemas é o conflito em torno da propriedade fundiária

Cabe destacar que no Vale do Ribeira existem treze (13) Unidades de Conservação de Proteção Integral (três Estações Ecológicas e dez Parques Estaduais) e 21 de Uso Sustentável, sendo oito (08) Áreas de Proteção Ambiental, três (03) Áreas de Relevante Interesse Ecológico, três (03) Reservas Extrativistas, cinco (05) Reservas de Desenvolvimento Sustentável e duas (02) Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (Silva Júnior, 2015).

Considerando as informações disponibilizados pelo Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira - PDES-VR 2020, em contraste a este valioso patrimônio ambiental, o Vale do Ribeira é historicamente uma das regiões mais pobres do estado de São Paulo. Seus municípios possuem índices de desenvolvimento humano inferiores às respectivas médias estaduais, assim como os graus de escolaridade, emprego e renda de suas populações, entre outros indicadores, são tradicionalmente menores do que os de outras populações paulistas. O que pode ser explicado pelo processo de ocupação, no qual seu isolamento em relação aos ciclos de desenvolvimento econômico estadual, especialmente do café, e ao processo de industrialização que se seguiu, bem como a própria fisiografia acidentada

contribuíram para que a região conservasse um dos mais representativos e expressivos patrimônios geoambiental do planeta. Contudo, essa diversidade ambiental colide com o desenvolvimento econômico do território havendo a necessidade de políticas públicas que tracem estratégias para o processo de desenvolvimento da região, permitindo que sejam priorizadas as oportunidades econômicas que conduzam a ganhos efetivos para a população local, em bases ambientalmente sustentáveis. (PDES-VR, 2020)

Em 2019, o governo de São Paulo lançou uma iniciativa, chamada Vale do Futuro, para impulsionar a economia local, melhorar a qualidade de vida e promover o turismo, visando a diversificação de renda e a preservação ambiental e cultural. As ações têm transformado a região, antes considerada uma das mais pobres, em um destino turístico emergente, com novas infraestruturas e atividades que respeitam a sustentabilidade e a cultura local.

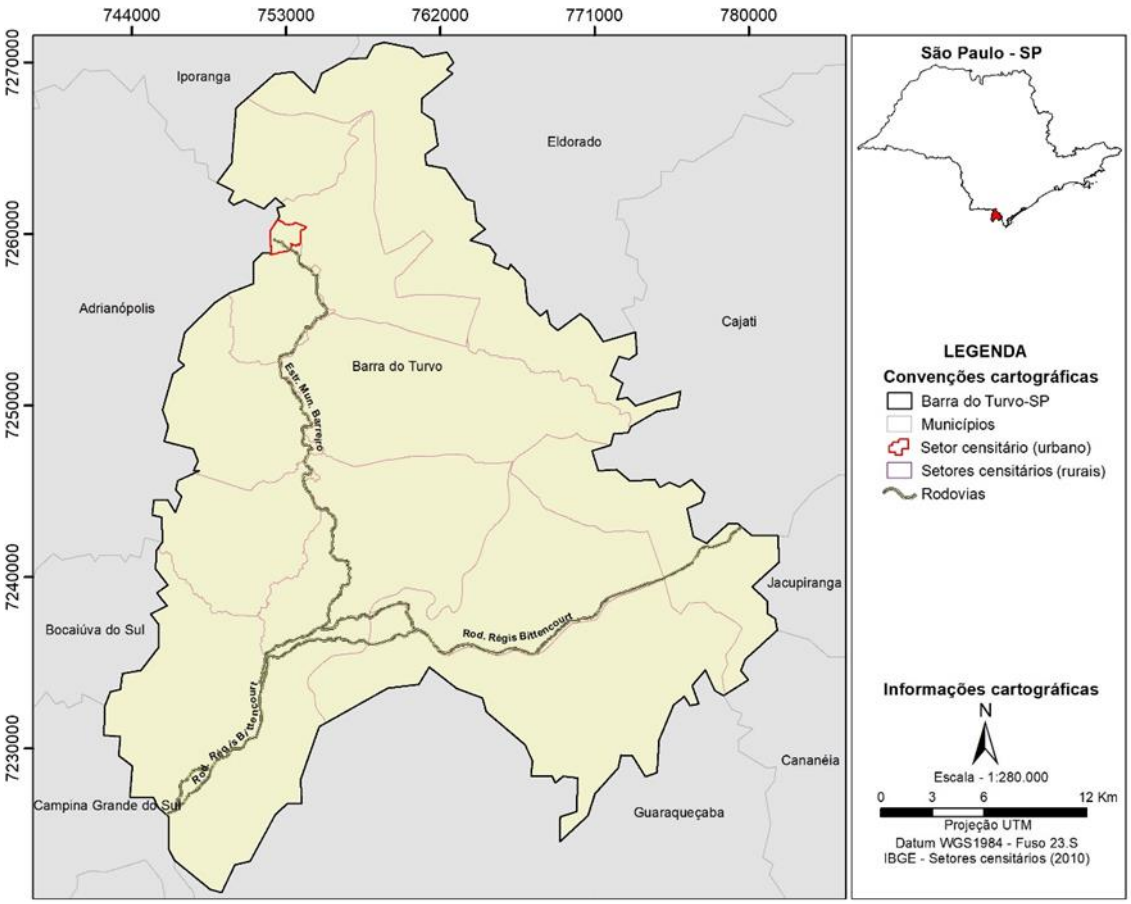
Barra do Turvo sendo um dos municípios que fazem parte do Vale do Ribeira e foco de interesse desta pesquisa, se faz relevante compreender os processos de formação e ocupação do seu território, o qual apresenta muito interesse tanto governamental quanto de pesquisadores devido a sua rica diversidade biológica, e apresentando a maior concentração de populações tradicionais e quilombolas do Estado de São Paulo, dos quais fazem parte as mulheres agricultoras.

3.1 O município de Barra do Turvo

A Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) fica localizada no município de Barra do Turvo – SP (Figura 2) no Vale do Ribeira, ficando no limite entre os estados de São Paulo e Paraná.

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE de 2022, o município de Barra do Turvo possui uma população total de 6.784 habitantes, dos quais 3.429 são homens e 3.355 são mulheres. Com uma área total de 1007,684 km² e uma densidade populacional de 6,78 hab/km², de acordo com o SEADE, residem na área rural 4.096 habitantes (58%) e na área urbana 3.591 habitantes (41 %). Barra do Turvo é uma entre tantas outras pequenas localidades rurais do Brasil.

Figura 2. Localização do município de Barra do Turvo – SP.



Fonte: Elaborado pela autora.

Sua especificidade maior, aparentemente, encontra-se na expressividade de sua agricultura, não pelo volume de produção, mas pelo diferencial na forma de produzir. O município tornou-se um centro de referência nacional em agricultura ecológica e, mais especificamente, em produção agroflorestal. (Krasucki, 2014).

O município de Barra do Turvo está distante cerca de 310 km da capital paulista e 130 km de Curitiba, o que torna a capital paranaense a maior referência para a população. A população rural, composta por 2.106 mulheres, cerca de 46% do total, se encontra distribuída em 279 estabelecimentos da agricultura familiar e sete (7) comunidades remanescentes de quilombos (IBGE, 2010).

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2017 e do Cadastro Único 2025, do total da população, 1.002 pessoas viviam em situação de extrema pobreza e 1.196 famílias estavam inscritas no Programa Bolsa Família

(PBF, 2025). A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8,8%, o que corresponde a 688 pessoas. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 42,4% da população se encontrava nessas condições (IBGE, 2017).

Do ponto de vista da conservação da biodiversidade, o município conta com oito (8) unidades de conservação: dois Parques Estaduais, três Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Três Áreas de Proteção Ambiental (APA), o que corresponde a mais de 70% do território do município, segundo dados da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Entre as unidades de conservação, está a RDS Quilombos de Barra do Turvo, formada pelas Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ) de Ribeirão Grande, Terra Seca, Cedro e Pedra Preta, distribuídas ao longo da BR116 (Rodovia Régis Bittencourt) e da SP 552/230. A BR 116 é uma via importante para o escoamento dos produtos e uma ligação com o estado do Paraná, especialmente com Curitiba.

A presença dos parques e das unidades de conservação no município de Barra do Turvo, gera algumas dificuldades devido as regras para produção nestas unidades para as mulheres da Rama, visto que muitas propriedades ficam dentro dos parques, fazendo com que essas mulheres agricultoras passem a viver as duras restrições de produção e dos modos de vidas tradicionais, sendo multadas com muita frequência. Uma outra questão que se apresenta no grupo é que dentro dele existem mulheres que produzem mudas de plantas que serão vendidas para as próprias mulheres que forem autuadas pelo Ministério do Meio Ambiente, existindo então um conflito de interesses. Contudo, aqui cabe fazermos uma discussão sobre o Mito da Natureza Intocável[6].

Para Diegues (2008), no livro “O mito moderno da natureza intocada”, o modelo de criação de áreas naturais protegidas, nos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, se constitui numa das políticas preservacionistas mais utilizadas pelos países do Terceiro Mundo. Parte da ideologia preservacionista subjacente ao estabelecimento dessas áreas protegidas está baseada na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza. Os preservacionistas americanos, partindo do contexto de rápida expansão urbano-industrial dos

[6]DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. 6. Ed., São Paulo: HUCITEC, 2008.

Estados Unidos, propunham "ilhas" de preservação ambiental, de grande beleza cénica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem. Desse modo, as áreas naturais protegidas se constituíram em propriedade ou espaços públicos.

Para o autor, a transposição desses espaços naturais vazios em que não se permite a presença de moradores, entrou em conflito com a realidade dos países tropicais, cujas florestas são habitadas por populações indígenas e outros grupos tradicionais que desenvolveram formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais. Mediante grande conhecimento do mundo natural, essas populações foram capazes de criar engenhosos sistemas de manejo da fauna e da flora, protegendo, conservando e até potencializando a diversidade biológica.

> Em muitos casos, eles têm acarretado a expulsão dos moradores tradicionais de seus territórios ancestrais, como exige a legislação referente às unidades de conservação restritivas. Na maioria das vezes, essas leis restringem o exercício das atividades tradicionais de extrativismo, caça e pesca dentro das áreas protegidas. (DIEGUES, p. 15, 2008)

O município de Barra do Turvo está inserido no bioma Mata Atlântica e é marcado pela resistência de comunidades quilombolas que, historicamente, produzem alimentos em harmonia com a conservação ambiental. Além das comunidades tradicionais, o município conta com experiências agroecológicas importantes, tais como a Cooperafloresta (Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis) e a Rede de Mulheres Agricultoras (RAMA). Os quilombolas, as mulheres e os agricultores familiares do município vivem em meio a diversas disputas na região, entre elas, atividades de exploração de minérios, barragens, hidrelétricas, empresas alinhadas com a economia verde e Unidades de Conservação.

As populações e culturas tradicionais não-indígenas, são, de forma geral, consideradas "camponesas" (Queiroz, 1973), são fruto de intensa miscigenação entre o branco colonizador, o português, a população indígena nativa e o escravizado negro. São populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial, frequentemente nos interstícios da monocultura e de outros ciclos económicos. Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram

modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques com inúmeras palavras de origem indígena e negra. (Diegues, 2008).

Segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA), em 2025, no Brasil, há 336 Unidades de Conservação federais, das quais 149 estão localizadas na Amazônia Legal. Estas, somadas a mais 202 unidades estaduais, compõe uma extensa rede formada por 126 unidades de proteção integral e 225 unidades de uso sustentável. O Brasil possui 46% de seu extenso território continental com áreas sem restrição de uso econômico direto, além de 6,5% de terras públicas não destinadas. As terras indígenas, unidades de conservação e territórios quilombolas representam apenas 13,5%, 12% e 0,2%, respectivamente.

Para Ghimire (1993), há uma combinação de fatores que explicam esse aumento da preocupação mundial pelas unidades de conservação: a rápida devastação das florestas e a perda da biodiversidade, a disponibilidade de fundos internacionais para a conservação e a possibilidade de geração de renda pelo turismo em parques. Como afirma esse autor, o estabelecimento de áreas protegidas se transformou também em uma importante arma política para as elites dominantes de muitos países do Terceiro Mundo, como forma de obtenção de ajuda financeira externa.

Em linhas gerais, hoje com o poder dos administradores de parques nacionais e seus colaboradores, os cientistas naturais que pretendem definir como as populações tradicionais devem comportar-.se em relação à natureza e aos usos dos recursos naturais. Trata-se, na verdade, de um processo de despossessão do conhecimento e técnicas patrimoniais em poder das populações tradicionais e a afirmação do poder da ciência nas mãos dos cientistas e dos administradores. (Diegues,2008)

No Brasil, os parques nacionais e categorias similares são áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, devendo possuir atração significativa para o público, oferecendo oportunidade de recreação e educação ambiental. A atração e uso são sempre para as populações externas à área e não se pensava nas populações indígenas, de pescadores, ribeirinhas e de coletores que nela moravam. Como afirma Ghimire

(1993), não basta tentar somente resolver conflitos gerados com as populações de moradores locais tradicionais pela implantação mal planejada de unidades de conservação. É preciso melhorar as condições de vida dessas populações, sem afetar essencialmente sua relação mais harmoniosa com a natureza. Isso implica dizer que a conservação custa caro, não somente em fiscalização, criação de infraestrutura, mas em investimentos socioeconômicos e culturais que beneficiem as populações tradicionais. Não se trata somente de indenizá-las pela perda de acesso livre ao uso dos recursos naturais, mas também em recompensá-las pelo trabalho exercido em proveito da conservação da natureza.

3.1.1 Processo histórico de ocupação do município

O início do povoamento da região dos rios Pardo e Turvo, próxima a confluência de ambos, foi dado na metade do século XVII, quando chegaram os jesuítas para estabelecer a catequese dos índios, fato comprovável pelos vestígios deixados pelo empreendimento (IBGE, 2024). Mas, a colonização efetiva se deu com a vinda de Antônio Bueno Sampaio, proveniente de Iporanga em 1852, fixando-se nas terras da margem esquerda do rio Turvo, no ponto onde este desagua no Pardo, iniciando a plantação de milho e a criação de porcos. A criação de suínos ganhou impulso, ao lado da agricultura, graças à ligação da Barra do Turvo com Iporanga e Itapeva, mediante tropas de Burros, ou em canoas, através do rio Pardo e Ribeira, com Iguape e Cananéia. (IBGE, 2024)

> A terra apesar de extremamente acidentada era fértil e o feijão surgia como a principal cultura da região. O extrativismo do palmito Jussara surgiu também como uma oportunidade e uma ilusão econômica para muitas famílias rurais. Depois de vários ciclos extrativistas e agropecuários (porco, milho, feijão, palmito Jussara, gado, búfalo e agrofloresta...), hoje em dia a paisagem é dominada pelos pastos nos vales e baixo de encostas, agrofloresta nas encostas e pela Mata Atlântica nos cumes e encostas. Barra do Turvo teve sua maior fartura no período entre 1910 e 1930, quando foi grande a produção agrícola e pecuária. (site da prefeitura local www.barradoturvo.org.br)

As informações sobre a fartura produzida trouxeram outros colonizadores, que construíram seus ranchos e abriram suas roças na margem direita do Turvo.

Posteriormente Gregório da Silva e Malaquias Morato de Lima transpuseram o rio e fixaram-se junto as terras do fundador, Antônio Bueno Sampaio. Em 1822 foi construído por Pedro Franco de Lima e seu filho Graciano, o cemitério do povoado e em 1894, inaugurada a capela erguida em louvor ao Sagrado Coração de Jesus. Com a chegada em 1896, de Antônio José de Lima que instalou sua casa comercial, os moradores passaram a contar com suprimento de artigos necessários. (IBGE, 2024) A criação do distrito deu-se em 1938 e o seu desmembramento de Iporanga, como município autônomo, em 1964. O Distrito foi criado com a denominação de Barra do Turvo, por meio do Decreto-Lei Estadual no 9775, de 30 de novembro de 1938, no Município de Iporanga. Elevado à categoria de município com a denominação de Barra do Turvo, por Lei no 8092 de 28 de fevereiro de 1964.

Fase latente



Reunião RAMA – Barra do Turvo – SP (10/09/2022)

A fase latente é uma fase preparatória no parto, o período mais longo, no qual o corpo se expande, sendo assim, nesta parte da tese nos preparamos intelectualmente para o que encontraremos em campo. Realizamos uma revisão bibliográfica sobre o uso da categoria mulheres que é utilizado tanto numa perspectiva que melhor se enquadra na realidade estudada, mulheres agricultoras e a criação de uma economia solidaria e feminista, e também como uma forma de corroborar para o não apagamento desta categoria nas pesquisas das ciências humanas. Para tanto, nos alicerçamos nas teorias do feminismo, da segunda onda, e dos conceitos de interseccionalidade e ecofeminismo. O que se refere à economia solidaria, foi feita uma revisão bibliográfica do surgimento do termo e utilizamos como referencia Paul Singer, e nos apoiamos em uma economia solidária e feminista, pois se relaciona com os fundamentos da SOF que foram utilizadas nas reuniões e encontros com as mulheres agricultoras da SOF.

Aqui também apresentamos a Sempreviva Organização Feminista (SOF) é uma organização não governamental com sede em São Paulo, que vem atuando no campo da formação de mulheres, com temas referentes ao feminismo desde 1980. Coordenou atividades educativas desde o âmbito local até regional e América Latina, com um público diverso como mulheres rurais e urbanas, negras, indígenas e jovens, lideranças e ativistas de base, técnicas e técnicos de ONG´s e órgãos públicos. E também entenderemos sobre o surgimento do termo do terceiro setor e de Organizações Não Governamentais e o papel que essas organizações ocupam na sociedade brasileira atual. Buscaremos compreender em que momento se deu a organização da Rede Agroecologica de Mulheres Agricultoras no Vale do Ribeira (RAMA) e a formação dos Grupos de Consumo Responsáveis, utilizaremos para tanto as entrevistas realizadas no dia 02/08/2002 com duas mulheres representantes da SOF, analise de materiais digitais produzidos pela SOF sobre a RAMA e a participação dos Grupos de Consumo Responsáveis com as mulheres agricultoras de Barra do Turvo.

4. A categoria Mulheres e os caminhos para o empoderamento e criação da economia solidária e feminista

Na tentativa de contemplar as mulheres centrais desta tese, não caberia aqui uma análise sobre gênero, entendido como uma construção social e que tem como objetivo analisar a relação de mulheres e homens em termos de desigualdade e poder. Para Joan Scoot, em seu artigo “Os usos e abusos do Gênero”, de 2012, a autora questiona que a princípio o uso do termo gênero era utilizado como sinônimo de mulheres, e que em diversos momentos históricos as mulheres já foram definidas como agentes reprodutivas, em outros momentos identificadas com a cultura, levando a entender que, em contextos históricos distintos, o que está em jogo é a própria compreensão da categoria mulheres.

> Indiscutivelmente, é a própria identidade da mulher que está em jogo nos debates sobre gênero. Não é simplesmente uma questão de biologia versus sociologia. De fato, o conhecimento atual nos diz que é difícil separar o biológico do sociológico porque cada um destes é intrinsecamente ligado ao outro. Um dos problemas de focar na construção social é que isto retira a identidade da mulher como algo garantido e apenas observa como os papéis são variavelmente atribuídos. (SCOOT, J. p. 337, 2012).

No livro “A origem do Patriarcado” de Gerda Lerner (2019), esta autora aponta que o termo usado depende de como definimos as mulheres em grupo, sendo que, para ela, as mulheres são um sexo. Mulheres são um grupo à parte em razão de suas distinções biológicas. O mérito de se usar o termo é que ele define com clareza as mulheres, não como subgrupo ou minoria, mas como metade do todo. Já o gênero é a definição cultural de comportamento definido como apropriado aos sexos em dada sociedade, em determinada época. (Lerner, 2019). A mesma autora também define o termo patriarcado, no qual é compreendido como,

> [...] a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder. Mas não significa que as mulheres sejam totalmente impotentes ou privadas de direitos,

> influência e recursos. Uma das mais árduas tarefas da História das Mulheres é traçar com precisão as várias formas e maneiras como o patriarcado aparece historicamente, as variações e mudanças em sua estrutura e função, e as adaptações que ele faz diante da pressão e das demandas das mulheres. (LERNER, G. p. 322, 2019)

Nesta pesquisa, ficará claro que todas as mulheres da RAMA se identificam com o sexo de nascimento e em algum momento da sua vivencia, elas experimentaram as dificuldades e as desigualdades de se nascer mulher neste mundo patriarcal, seja através de relatos em que não foi facilitado os estudos formais, até casos de violência doméstica, as dificuldades físicas de trabalhar na roça, o isolamento e a falta de poder econômico. Sendo assim, decidimos ir direto ao ponto e utilizar a categoria mulheres, pois entendemos que existe uma diversidade de características principalmente ligadas ao sexo, raça e classe, além de concordar que para a análise das agricultoras da RAMA, existe um elo comum que as une e que será fonte de igualdade e luta política pela melhoria de vida, trabalho e empoderamento delas.

Para situar a movimentação política decorrente do feminismo principalmente no que tange ao feminismo radical e o surgimento do conceito de interseccionalidade, se faz relevante compreender principalmente a primeira e a segunda ondas do feminismo. É importante destacar que, nesse campo de estudos, nenhum conceito é estanque e estes se constroem e se reconstroem no tempo e na história. No entanto, para que pudéssemos partir de um conceito de feminismo, cuja premissa pudesse sustentar as reflexões a serem realizadas, no âmbito da tese, apropriamo-nos do pensamento de Gonçalves e Pinto (2011, p. 29) que afirmam:

> [...] a luta feminista se apoia no reconhecimento de que as mulheres são oprimidas específica e sistematicamente e que essa opressão não está inscrita na natureza (GONÇALVES; PINTO, p. 29, 2011)

Durante o século XIX e na primeira metade do século XX, intitulado **primeira onda** do feminismo, temos a expressão das primeiras organizações de luta reivindicando direitos para as mulheres, como o movimento das sufragistas que pleiteavam o direito de voto para as mulheres, além de direitos de acesso à

educação e ao mercado de trabalho. Caracterizado como Feminismo Liberal, o seu cerne era a perspectiva igualitária do humano universal (Silva, 2008). A primeira onda do feminismo tinha como mote uma pergunta importante para as investigações após a década de 1960: “se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém?” (Piscitelli, 2002, p.2). Depois da perspectiva acerca do que seria uma mulher elaborada apenas por homens, passamos para um conjunto de reflexões que foi feita por mulheres.

Nos Estados Unidos, esse momento foi entre as décadas de 1960 e 1970, essa nova onda de lutas caracteriza a chamada **segunda onda** do feminismo. As feministas radicais concordavam que todas as mulheres eram dominadas pelos homens e essa dominação patriarcal, a desigualdade entre os sexos, precederia todas as outras desigualdades existentes. Para o patriarcado se afirmar enquanto sistema de poder, ele necessita da diferenciação sexual que é “fundamentada pela explicação de que homens e mulheres seriam em essência diferentes” (Silva, 2008, p.27). A dominação masculina poderia variar com o tempo e espaço, porém existiria um princípio que seria universal: ocorreria em todos os períodos históricos e seria decisivo e uniria todas as mulheres em um só grupo (Piscitelli, 2002).

A teoria feminista, em seus primórdios, desconheceu a diversidade de experiências e situações das mulheres no mundo. O movimento feminista da segunda onda surge no mundo em torno dos anos sessenta e setenta do século passado (XX), junto com uma cultura contestatória, principalmente através dos grupos marginalizados, além da progressiva entrada das mulheres no mercado de trabalho, do aumento da escolaridade e da diminuição das taxas de fecundidade e no aumento da expectativa de vida das mulheres. O movimento feminista, desde sua segunda onda, preocupou-se em discutir a origem da opressão sobre as mulheres. Tais teorias desmistificam a desigualdade sexual como algo natural do ser humano, revelando-a como socialmente constituída. As diferentes teorias contribuem para uma construção prática do feminismo e se concentra tanto em explicar as causas, como, principalmente, em construir alternativas de emancipação para as mulheres. (Conceição; Silva, 2023, Piscitelli, 2002).

Por estas críticas, o pensamento feminista das brancas-heterossexuais de classe média do primeiro mundo, foi corretamente denunciado como

insuficiente (Camurça, 2007). Contudo, para Kofes (1992) é essencial uma identidade politicamente assumida, a qual está invariavelmente ligada aos lugares social, cultural, geográfico, econômico, racial, sexual, que ocupamos e a partir do qual lemos e interpretamos o mundo, no qual a categoria mulheres torna-se, portanto, uma posição política e um campo de ação e reflexão dos estudos feministas.

No período das duas guerras mundiais, milhares de mulheres assumiram postos de trabalho considerados masculinos, tanto na Europa quanto nos EUA. Atuaram como bombeiras, mineiras, condutoras de transporte público, mecânicas, metalúrgicas, além de produzirem alimentos, atuarem na indústria têxtil e no campo da saúde.

Após a Segunda Guerra, alguns Estados cederam à pressão das mulheres e reconheceram-lhes alguns direitos, como o de votar. No entanto, campanhas foram realizadas para convencer as mulheres, em especial as de classe média e brancas, a retomarem suas posições de esposas submissas e 'do lar'. Novas pautas e demandas surgiram a partir da publicação de "O segundo sexo", de Simone de Beauvoir, em 1949. Responsável pela rearticulação do feminismo europeu após a Segunda Guerra Mundial, o texto explicita de que forma a mulher se constituiu como a "outra" em relação ao homem, sem que desta relação resultasse reciprocidade (Martins, 2015). Desse modo, mesmo quando se amplia a visibilidade das mulheres na esfera pública,

> Um homem não teria a ideia de escrever um livro sobre a situação singular que ocupam os machos na humanidade. Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar: "sou uma mulher". Essa verdade constitui o fundo sobre o qual se erguerá qualquer outra afirmação. Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é natural. É de maneira formal, nos registros dos cartórios ou nas declarações de identidade que as rubricas, masculino, feminino, aparecem como simétricas. A relação dos dois sexos não é a de duas eletricidades, de dois polos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos (...). A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. (BEAUVOIR, 1961, p. 9).

Segundo Dias (2018), o feminismo, como sujeito político, se faz somente através das mulheres e de sua movimentação. É imprescindível termos um "**nós**

mulheres”[7], a partir do qual é possível analisar o contexto, identificar as contradições, fixar objetivos para esta movimentação. Sem este “nós mulheres” não há como o feminismo seguir sendo um sujeito político com força transformadora. Na formação feminista há, portanto, que se valorizar a reflexão sobre a identidade e experiência das mulheres. Na teoria feminista, precisamos da categoria política “mulheres”. Na luta feminista, deveremos sempre reafirmar nossa identidade política de mulheres “conscientes da sua força de oprimidas” (Dias, 2018).

Nesse sentido, a utilização da categoria analítica —mulheres - tem como base a teoria feminista radical que, segundo a qual, para além de questões de classe e raça, as mulheres são oprimidas pelo fato de serem simplesmente mulheres.

> (...) O reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na ideia de que o que une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas. Dessa maneira, a "identidade" entre as mulheres tornava-se primária (PISCITELLI, 2002, p. 4).

As mais variadas formas do movimento feminista se voltaram para a luta por direitos iguais entre os sexos, na medida em que questionaram as raízes dessas desigualdades, criaram um sujeito político coletivo, as mulheres, e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a sua subordinação. Ao mesmo tempo, procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas originais dessa subordinação (Piscitelli, 2002, p. 3).

Deste modo, o uso da categoria mulheres permite que o feminismo possa articular-se politicamente levando em conta suas divergências. O foco da análise é a construção social de diferentes categorias de mulheres que se constituem em relação às configurações históricas diversas; experienciam a “feminilidade” em trajetórias e circunstâncias materiais e sociais distintas. E, mesmo dentro destas categorias de diferenciação, não há homogeneidade; não existem fronteiras claras entre as categorias; as classificações estipuladas destacam algumas diferenças maiores.

As teorias feministas entram nesse campo da disputa de narrativas com o questionamento a esse modelo de ciência enviesada que hierarquiza saberes

[7] Grifo da própria autora, no qual vem corroborar com o entendimento da importância das mulheres como sujeito político e coletivo.

e pasteuriza todas e todos no modelo de um único sujeito universal e essencial, que se queira saber assexuado, atemporal, indistinto e indiferente, mas cujo olhar “conquistador que não vem de lugar nenhum [...] inscreve miticamente todos os corpos marcados [...]” e que possibilita a essa categoria não marcada “alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar escapando à representação” (Haraway, 1995, p. 18).

Sendo assim, o feminismo, como um grupo político, se faz somente através das mulheres, sendo estas diversas, nas quais não se pode homogeneizar, e sim destacar as diferenças de classe e raça, onde precisamos da categoria política “mulheres” e assim, reafirmar nossa identidade e sermos conscientes das forças que nos oprimem. A defesa da categoria mulheres se apresenta como capaz de gerar a produção de programas políticos no campo da agricultura familiar, ainda que profundamente diferentes.

Deste modo, a categoria das mulheres não se torna inútil[8] com o exercício da desconstrução, são seus usos que deixam de ser retificados como “referentes” e que ganham uma chance de abrir-se, de fato, para outras formas de significação que ninguém poderia prever de antemão. Certamente, é preciso ser possível não só usar o termo, empregá-lo taticamente mesmo quando, por assim dizer, ele é utilizado e alocado, mas também sujeitar o termo a uma crítica que interroga as operações de exclusão e relações diferenciais de poder que constroem e delimitam as invocações feministas das mulheres.

4.1. A interseccionalidade e a cisão do conceito de mulher

A categoria “mulher” começou por ser definida em relação ao “ser”, mas categorizar um grupo como sujeito uno se tornou problemático, porque muitas vezes, excluía quem promete emancipar. As teorias contemporâneas caminham no sentido de não mais categorizar a mulher enquanto ser, mas como um sujeito político, dentro de lutas específicas. Não obstante, mulher como sujeito político também apresenta seus contratempos: diversas identidades e subjetividades

[8] Em alusão ao artigo: SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99

existem e interagem entre si e abrem espaços para novos formatos (não identitários) existirem. (Conceição e Silva, 2023)

As feministas trabalharam para construir um sujeito político coletivo: “a mulher”. Dentre suas principais pautas podemos citar a reivindicação dos direitos sobre o corpo, o controle total da reprodução, o direito ao aborto e o acesso ao conhecimento sobre o próprio corpo. O cerne do movimento era a tentativa de derrotar o patriarcado em todas as instâncias pública e privada; sendo essa diferenciação questionada e posta em análise (Puelo, 2005).

Para além da distinção entre homem e mulher e as desigualdades estabelecidas pelo sexo, junto com a segunda onda do feminismo, surge o desconforto entre as próprias mulheres, onde este feminismo representava as mulheres brancas e estadunidenses. Deste modo, havia uma distinção de lugares em que cada mulher ocupava na sociedade, das mulheres brancas às negras e brancas pobres, sem marido, sem filhos, que jamais poderiam concorrer ou acessar cargos de trabalho equivalentes aos dos homens brancos (Hooks, 2015, p. 194), e foi o encontro ou o eco dessas vozes no espaço público que provocou uma cisão no conceito de mulher, permitindo perceber essa distinção, que não poderia ser compreendida apenas de uma perspectiva sexista e homogênea, mas num entrecruzamento das categorias de gênero, raça/etnicidade e classe social.

A necessidade que as mulheres negras têm de reivindicarem seu lugar de representatividade vem acompanhada, de um lado, do racismo das suas irmãs brancas; e, de outro, do sexismo de seus irmãos negros. Nesse cenário, as mulheres negras ocupavam um lugar de invisibilidade social, pois “quando falam de pessoas negras, o foco tende a ser homens negros; e quando falam sobre mulheres, o foco tende a ser mulheres brancas” (Hooks, 2019, p.27). Através da experiência vivida das mulheres negras poderemos observar que a categoria “mulher” não é unitária.

Em termos globais, as primeiras ondas do feminismo buscavam atender aos interesses próprios de mulheres brancas, que frequentemente defendiam seus direitos individuais, demonstrando superficialidade e fraqueza ao pautar a questão da igualdade racial. (Davis, 2016. p. 84). Assim, essa noção de desigualdade de gênero e raça é desenvolvida no final da segunda onda do feminismo, como elucidou Sojourner Truth:

> Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem- quando eu conseguia comida- e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (DAVIS, 2016, p. 71).

Podemos constatar que, apesar do termo “interseccionalidade” ter sido inaugurado apenas em 1989 com Kimberlé Crenshaw, essa discussão já era feita a partir de campos não estritamente acadêmicos, mas também vindo dos coletivos das feministas negras e lésbicas (Henning, 2015). Crenshaw entende que a interseccionalidade busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de opressão, tratando da forma como o racismo, o sexismo, e outros sistemas de segregação criam desigualdades básicas que determinam a posição de grupos marginalizados na sociedade. Para Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade:

> [...] busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como as políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

O processo de socialização das experiências permitiu às mulheres constatarem que os problemas vivenciados no seu cotidiano tinham raízes sociais e demandavam, portanto, soluções coletivas. Veio daí a afirmativa ‘o pessoal é político’, questionando não apenas a suposta separação entre a esfera privada e a esfera pública, como também uma concepção do político que toma as relações sociais na esfera pública como sendo diferentes em conteúdo e teor das relações e interações na vida familiar, na vida ‘privada’. Na medida em que a dinâmica do poder estrutura as duas esferas, essas diferenças são apenas ilusórias (Sardenberg, 2018, p.16). Para tanto, se faz necessário compreender as desigualdades pelo qual as mulheres vivenciam para assimilar a complexa compreensão do universo rural.

Examinar como as mulheres negras lidaram com o desafio de seu próprio empoderamento demonstra diferentes padrões de como raça/classe/sexo/ sexualidade foram negociadas no contexto político dos movimentos sociais. (Collins, 2017). Neste contexto, argumentos sobre raça/classe/sexo/sexualidade foram forjados na relação de múltiplos movimentos sociais, uma localização estrutural que teve um importante efeito nas dimensões simbólicas do discurso interseccional.

4.2 Empoderamento das mulheres uma nova concepção de poder

O termo empoderamento vem sendo muito utilizado nos dias atuais, em especial pela comunidade feminista. O conceito de empoderamento (*empowerment*) surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos 1970, através da bandeira do poder negro, como uma forma de autovaloração da raça e conquista de uma cidadania plena. O termo começou muito rapidamente a ser usado também pelo movimento de mulheres. (Rui, 2019)

O empoderamento consiste em quatro dimensões, cada uma igualmente importante, mas não suficiente por si própria para levar as mulheres para atuarem em seu próprio benefício. São elas: a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de auto-estima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente). (Stromquist, 2002, *apud* Sardenberg, 2009).

> A origem do conceito é disputada tanto pelos movimentos feministas, como pelo movimento American Blacks, que nos anos 1960 movimentou o cenário político norte-americano exigindo o fim do preconceito e da discriminação que marcavam a vida dos negros nos EUA. Contudo, é na interseção com gênero que o conceito de empoderamento se desenvolve tanto em nível teórico quanto como instrumento de intervenção na realidade. Nos anos 1970 e 1980, feministas e grupos de mulheres espalhadas pelo mundo desenvolveram um árduo trabalho de conceitualização e de implementação de estratégias de empoderamento, com o qual buscaram romper com as diferentes dinâmicas que condicionavam a existência e impediam a participação e a cidadania plena das mulheres. (ROMANO; ANTUNES, 2002, p.21)

Já no Brasil, Paulo Freire foi o primeiro a traduzir o termo, criado em 1977, pelo psicólogo norte-americano Julian Rappaport, que, transformou o verbo "*to empower*" ("dar poder") no substantivo "*empowerment*". Isso porque ele queria destacar que era preciso dar às minorias oprimidas meios para que elas adquirissem autonomia e se desenvolvessem.

Na página da ONU MULHERES[9], encontramos uma definição mais detalhada de como o termo vem sendo percebido e utilizado para a promoção de políticas públicas:

> O empoderamento das mulheres consiste em realçar a importância de que as mulheres adquiram o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-las nesse processo, de forma a lhes garantir a possibilidade de realizarem todo o seu potencial na sociedade, e a construírem suas vidas de acordo com suas próprias aspirações. O empoderamento inclui para as mulheres o direito à liberdade de consciência, religião e crença; sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder; o reconhecimento explícito e a reafirmação do direito de todas as mulheres a acessarem e de controlarem todos os aspectos de sua saúde; o acesso das mulheres, em condições de igualdade, aos recursos econômicos, incluindo terra, crédito, ciência e tecnologia, treinamento vocacional, informação, comunicação e mercados; a eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e meninas; e o direito à educação e formação profissional e acesso às mesmas. Para fomentar o empoderamento das mulheres é essencial elaborar, implementar e monitorar a plena participação das mulheres em políticas e programas eficientes e eficazes de reforço mútuo com a perspectiva de gênero, inclusive políticas e programas de desenvolvimento em todos os níveis. (ONU MULHERES, 2015, p.15)

Numa perspectiva mais ampliada, Horochovski (2006), ressalta que a definição de empoderamento é,

---

[9] A ONU Mulheres foi criada, em 2010, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres e, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais. A ONU Mulheres atua como secretariado da Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres (CSW), que se reúne, no mês de março, em Nova Iorque, há mais de 60 anos. Essa é uma das principais instâncias de negociação e de monitoramento de compromissos internacionais sobre direitos humanos das mulheres. Site: http://www.onumulheres.org.br/

> [...] próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se aufere poder e liberdades negativas e positivas. Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e grupos. (HOROCHOVSKI, 2006, p.01).

Nesse sentido, pode-se pensar que o empoderamento das mulheres poderia representar um desafio às relações patriarcais, significar uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, na busca de lhes proporcionar garantias e autonomia. O processo de empoderamento da mulher pode trazer à tona, por conseguinte, uma nova concepção de poder, assumindo formas mais democráticas, construindo, assim, novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas.

> Uma das contradições fundamentais do uso do termo 'empoderamento' se expressa no debate entre o empoderamento individual e o coletivo. Para aqueles que o usam a partir da área do indivíduo, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento se circunscreve ao sentido que os indivíduos se autoconferem. Tomo um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoal. E 'fazer as coisas por si mesmo', e 'ter êxito sem a ajuda dos outros'. Esta é uma visão individualista, que chega a assinalar como prioritários os sujeitos independentes e autônomos com um sentido de domínio próprio, e desconhece as relações entre as estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana de indivíduos e grupos, além de desconectar as pessoas do amplo contexto sócio-político, histórico, do solidário, do que representa a cooperação e o que significa preocupar-se com o outro (LEÓN, 2001, p. 96 *apud* SIQUEIRA, 2014).

No livro *Microfísica do Poder*, Foucault (1979), de uma forma bastante abrangente, nos apresenta indagações acerca do poder, considerando-o como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instancia negativa que tem por função reprimir, pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. O poder é o poder

concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política. O poder político teria, neste caso, encontrado na economia sua razão de ser histórica. Nesse sentido, para o autor, o poder não se dá, não se troca e nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação; o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas, acima de tudo, uma relação de força.

Dessa forma, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos. (Batliwala, 1994, p. 130 *apud* Siqueira, 2014). Para León (2001), o processo de empoderamento deve estar atrelado ao gradual reconhecimento, por parte das mulheres, das estruturas de poder que estão presentes na vida dos indivíduos (na própria vida delas) e dos grupos (a que elas pertencem). (Siqueira,2014)

Já no livro a *História da sexualidade I*, Foucault (1988) aborda de uma forma bem densa o que determina por poder, ao se referir sobre esse tema o autor propõe dizendo que poder, não significa "o Poder", como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entende poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entende como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. (Foucault, 1988, p. 88).

Sendo assim, o autor introduz algumas proposições acerca do poder, sendo elas:

- que o poder não é algo que se adquira ou algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis;

- que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhes são imanentes; são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que se produzem nas mesmas;

- que o poder vem de baixo; isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social;

- que as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas, contudo, não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos;

- que onde há poder, há resistência e, por isso mesmo, esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a preensão.

O empoderamento é pensado como um meio e um fim para a transformação das relações de poder existentes e para superar o estado de pobreza. É propagado como um meio de construção de um futuro possível, palpável, capaz de recuperar as esperanças da população e de mobilizar suas energias para a luta por direitos no plano local, nacional e internacional. Mas, o empoderamento também pode ser compreendido como um fim, porque o poder está na essência da definição e da superação da pobreza. Por isso, é visto como necessitando ser constantemente renovado para garantir que a correlação de forças não volte a reproduzir as relações de dominação que caracterizam a pobreza. (Romano; Antunes, 2002).

Vale ressaltar que, segundo Cruz (2018), o componente psicológico inclui o desenvolvimento de sentimentos que as mulheres podem colocar em prática em nível pessoal e social para melhorar sua condição, a ênfase na crença de sua autonomia para obter êxito em seus esforços para mudança. A autonomia dá ênfase à faceta psicológica do conceito de empoderamento, envolve o poder

desde dentro para que as mulheres possam exercer qualquer poder sobre os outros segmentos da sociedade.

No que tange o empoderamento das mulheres rurais, Stronquist (1997), reforça que a educação contribui em boa medida para o aumento da produtividade, fazendo assim crescer a renda familiar e reduzindo a pobreza. A criação da Rama, se estabelece também no pilar da educação das mulheres agricultoras, na medida em que são mediadas conversas sobre o feminismo e da valorização do conhecimento tradicional dessas mulheres. Deste modo, o objetivo principal do empoderamento é a tomada de consciência e das próprias competências, não é somente construir uma sociedade de mulheres empoderadas, porém isoladas, mas contribuir para a construção de uma nova ordem socialmente justa e politicamente democrática. Sendo assim, ninguém contesta que o poder seja central. Para além de uma privilegiada instancia de articulação das relações de poder, a noção de empoderamento vem buscando a participação e a integração por meio da igualdade e do fim da subordinação das mulheres.

4.3 A resistência das mulheres rurais na agricultura familiar

As mulheres agricultoras da RAMA vêm contribuindo com a união entre as agricultoras de Barra do Turvo, para o desenvolvimento de uma rede de economia solidária e feminista e para a emancipação econômica e empoderamento das mulheres

Ao longo de, pelo menos, dois milênios e meio de estrutura patriarcal (Saffioti, 2015, p. 63), as mulheres foram, em sua grande maioria, relegadas ao mundo reprodutivo, privado, enquanto que os homens ocuparam o mundo público, das atividades produtivas porque geralmente monetárias e socialmente reconhecidas, estabelecendo ao mesmo tempo uma separação e uma hierarquização do mundo social (Kergoat, 1996), em que os corpos e sujeitos/as não inclusos/as na imagem do homem branco, rico e heterossexual, estão sempre dispostos nas camadas inferiores dessa hierarquia, daí onde se produzem as desigualdades sociais. Segundo Siliprandi (2015), essa subordinação das mulheres, em específico, que de maneira geral se apresenta em todas as sociedades, estaria relacionada a uma distinção entre os atributos

da natureza e os da cultura, muito característico da razão instrumental ocidental, em que:

> [...] a distinção entre ambas estará no fato de que a cultura se estrutura com base no poder da transcendência sobre as condições naturais para transformá-las segundo os propósitos humanos. Assim, a cultura não seria apenas distinta da natureza (onde se situariam os atributos da existência natural), mas seria superior a ela em sua capacidade de transformá-la e transcende-la através da simbologia e da tecnologia, construindo assim os processos de socialização e aculturação (SILIPRANDI, 2015, p. 49).

O feminismo "procurou articular modos de resistência ao questionamento de ‘verdades’ estabelecidas que permeiam a produção e a reprodução das relações entre homens e mulheres, de forma hierárquica e desigual" (Meyer, 1996, p. 41). Ao entender que sexo também é político, pois nele contem relações de poder, o feminismo rompe com os modelos tradicionais e aponta também para um caráter subjetivo da opressão. Esta apreensão se faz relevante, pois a economia rural sempre esteve, de algum modo, marcada pela divisão sexual do trabalho, atividades, espaços de produção e identidades sociais são diferenciados, sendo frequentemente atribuídas às mulheres as atividades domésticas e de reprodução da família e, aos homens, as atividades de geração de renda. (Siliprandi; Cintrão, 2011).

A dificuldade em caracterizar o trabalho da mulher rural como produtivo traz ainda outras implicações. Os efeitos diretamente percebidos estão relacionados com a dificuldade de participação das mulheres na comercialização de produtos (participação em feiras, exposições ou mesmo no processo de negociação da comercialização direta), uma vez que o espaço público é reconhecido como predominantemente masculino. (Carneiro, 2001).

A tese de Livre Docência de Rosa Ester Rossini, intitulado “Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista” de 1988, foi pioneiro no estudo que versava sobre a temática Mulher e Trabalho, sobretudo da presença da mulher na lavoura canavieira paulista. O aumento da participação da mulher na força de trabalho foi constatado a partir de pesquisa de campo realizada em 1977 e 1986, na mais importante área canavieira do Estado de São Paulo - Ribeirão Preto. Foram feitas pesquisas qualitativas com 43 e 35 famílias, respectivamente, levantando uma população de 323 pessoas em 1977 e 162 em

1986, para verificar, entre outros aspectos, como era a sobrevivência dessas famílias, nas quais pelo menos uma mulher, na casa, empregava sua força de trabalho em atividade ligada à agricultura canavieira (Rossini, 1993). Da relação de "ajuda" ao trabalho familiar à introdução na produção altamente capitalizada, que caracteriza a monocultura canavieira, a mulher passa a ser absorvida como mão-de-obra individualizada, assalariada, com consequências imediatas em nível da organização familiar.

Rossini (1993), por sua vez, aponta que toda mudança carrega alterações que serão consideradas positivas ou negativas de acordo com a perspectiva que se vê. Comparando-se o trabalho da família no colonato, parceria, arrendamento e assalariamento, pesquisa realizada na macro área de Ribeirão Preto, no período de 1977 e 1986, a autora constatou que a mulher não perdeu sua autoridade, já que não a tinha, o que na realidade aumentou foram suas responsabilidades. Em geral, continuaram reservados a ela os mesmos trabalhos domésticos, como operária ela vai à luta para "complementar" os ganhos familiares.

Mulheres rurais vêm construindo movimentos de ações e lutas por políticas públicas e o fim das desigualdades entre as mulheres e homens e sociais. Embora historicamente as mulheres participem das lutas e movimentos sociais no campo, a história de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil é relativamente recente.

As primeiras organizações específicas de mulheres rurais datam do início dos anos de 1980, estimuladas principalmente pela igreja católica, movimento sindical e partidos políticos, e tomaram maior força nas regiões Sul e Nordeste do país (Herédia; Cintrão, 2006). A participação feminina sempre foi significativa dentro da organização produtiva agrícola das unidades familiares camponesas. No entanto, apenas há pouco mais de duas décadas, o trabalho feminino na agricultura familiar e também incorporando os princípios da agroecologia tem sido considerado de acordo com sua real contribuição

Gema Esmeraldo (2010) aponta que, até meados da década de 1980, a representação identitária da mulher rural esteve subordinada à sua condição familiar e conjugal. Mesmo com sua irrestrita e importante participação nos processos de lutas sociais no campo, as mulheres estiveram por muito tempo associadas e identificadas à figura da mãe, filha e avó, como coadjuvantes de

uma história em que os protagonistas homens assumiram o lugar de sujeito políticos. Essa representação social da mulher rural impossibilitou o seu reconhecimento tanto nas lutas do campo como na sua relevante atividade produtiva na unidade agrícola familiar (Esmeraldo, 2010)

Segundos dados da FAO (2012), o percentual de mulheres agricultoras no Brasil é de apenas 13% em relação ao universo total de trabalhadores agrícolas. Para essa instituição, essa participação tem crescido nos últimos anos no Brasil e em toda América Latina. Já para a Via Campesina, as mulheres camponesas produzem de 70% a 80% dos alimentos consumidos pelas famílias mais pobres no mundo. Outros estudos no Brasil, no âmbito de políticas especificas voltadas às mulheres agricultoras, já apontam uma participação de 37% a 51% em alguns segmentos da agricultura familiar (Jesus, Tait, 2016)

Andréa Butto (2011) chama atenção para o fato de que mesmo representando quase a metade da população rural e sofrendo com a falta de acesso a direitos básicos e com o processo de modernização da agricultura, as mulheres agricultoras familiares assumem cada vez mais a responsabilidade por seus grupos familiares (Butto, 2011, p. 12). Essa responsabilidade pelos trabalhos domésticos, de cuidado e de manutenção da casa é tida como parte de suas identidades, a maternidade sendo sua principal expressão, porque entendida muitas vezes como sinônimo de realização pessoal, e não como parte ou uma atribuição da vida

Nesse caso falamos de uma agricultura familiar, expressa “nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica” (Wanderley, 2003, p. 45). Assim, no modo de produção da agricultura familiar, que é onde nascem as práticas agroecológicas, e onde se localizam os agroecossistemas, é indispensável que se problematize essas relações de poder invisibilizadas das mulheres rurais enquanto sujeitas sociais e políticos.

Dessa forma, podemos compreender como agricultoras agroecológicas as mulheres que:

> [...] desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas voltadas para a reprodução de seus grupos familiares e de proximidade, a partir de práticas sustentáveis (sociais, ambientais, culturais, econômicas e ecológicas) em seus agroecossistemas. Adicionalmente, são aquelas que desenvolvem relações sociopolíticas e econômicas com diferentes atores fundamentais

> para os processos de transição agroecológica e para a reprodução da vida, estando envolvidas em redes sociotécnicas, em movimentos sociais mistos ou feministas e outros espaços de organização social/política. Elas são portadoras de conhecimentos ancestrais, que ressignificam e transformam suas práticas a partir das necessidades e mudanças ambientais e culturais, desenvolvendo atividades fundamentais para a garantia da segurança e soberania alimentar, para o fortalecimento das relações sociais nos territórios e para a conservação e reprodução da sociobiodiversidade (CARDOSO, 2019, p. 7)

As mulheres agroecológicas colaboram com a manutenção dos saberes tradicionais, com a produção sustentável e responsável com o meio ambiente. Dentro destas práticas e fazeres podemos ver surgir o movimento chamado ecofeminismo, sendo este definido como uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientalistas e feministas, desde a década de 1970, em várias partes do mundo, procurando fazer uma interconexão entre a dominação da natureza e a dominação dos homens (SiliprandiI, 2000).

Visto que esta tese retrata a relação tanto das mulheres da rede agroecológica de mulheres agricultoras com a ONG Sempreviva Organização feminista, e que segundo Siliprandi (2000), no Brasil ainda são poucas as organizações que se preocupam em fazer uma relação entre a teoria e pratica, e acabamos por ver mais ações com um enfoque mais na produção. A parceria entre mulheres agricultoras de Barra do Turvo com a ONG fez com que para além da produção e comercialização que eram pontos importantes, foram realizadas atividades que apoiava as mulheres na construção de um pensamento e vivencias ligadas ao feminismo.

Vandana Shiva, um dos expoentes do pensamento do ecofeminismo, desde 1988 vem produzindo analises de como a violência contra as mulheres e a natureza, na India e em países do terceiro mundo, se relaciona com as formas de dominação entre os povos destes países que se orientaram através de programas de desenvolvimento associado com a destruição ambiental, cuja a principal consequência é a destruição das condições para a própria sobrevivência das mulheres, ligadas a extinção das fontes de alimentação, agua e biodiversidade. (Siliprandi, 2000)

Segundo Siliprandi (2000 p.63), o ecofeminismo, então, pode ser verificado através de alguns princípios gerais:

a) Do ponto de vista econômico, existe uma convergência entre a forma como o pensamento ocidental hegemônico vê as mulheres e a Natureza, ou seja, a dominação das mulheres e a exploração da Natureza são dois lados da mesma moeda da utilização de “recursos naturais” sem custos, a serviço da acumulação de capital;

b) Para o ecofeminismo, o pensamento ocidental identifica, do ponto de vista político, a mulher com a Natureza e o homem com a cultura, sendo a cultura (no pensamento ocidental) superior à Natureza; a cultura é uma forma de “dominar” a Natureza; daí decorre a visão (do ecofeminismo) de que as mulheres teriam especial interesse em acabar com a dominação da Natureza, porque a sociedade sem exploração da Natureza seria uma condição para a libertação da mulher;

c) As políticas científicas e tecnológicas que têm orientado o desenvolvimento econômico moderno são políticas que reforçam essa visão, não sendo “neutras” do ponto de vista de gênero ou ambientais. A própria forma de pesquisar a história tem seguido esses princípios, e, portanto, não tem evidenciado como se deu a exclusão das mulheres do mundo do conhecimento “científico” e como a sua visão de mundo (de integração com a Natureza) foi sendo subjugada pela ideia de dominação.

Sendo assim, a recuperação do princípio feminino é uma resposta às múltiplas dominações e privações sofridas não só pelas mulheres, mas também pela natureza e pelas culturas não ocidentais. Eles representam a recuperação econômica e a libertação da natureza, das mulheres e a dos homens que, dominando a natureza e as mulheres, sacrificaram sua própria humanidade. Assim, para a autora, a recuperação do princípio feminino baseia-se na amplitude e consiste em: recuperar na Natureza, a mulher, o homem e as formas criativas de ser e perceber. No que se refere à Natureza, supõe vê-la como um organismo vivo. Com relação à mulher, supõe considera-la produtiva e ativa. E no que diz respeito ao homem, a recuperação do princípio feminino implica situar de novo a ação e a atividade em função de criar sociedades que promovam a vida e não a reduzam ou a ameacem (Shiva, 1998, p. 96)

Sendo que a dominação é quase um sinônimo do patriarcado, pois não representa somente o poder dos homens individualmente sobre as mulheres,

mas por uma ordem social, além disso, entre as características em comum, apresentam que a subordinação das mulheres também uma das consequências do capitalismo. (Saffioti, 2002). A historiadora Silvia Federici, em sua obra “Calibã e a Bruxa. Mulheres, corpos e acumulação primitiva” (2017) realizou uma pesquisa sobre o papel das mulheres na transição ocorrida entre o chamado período feudal e o capitalismo, destacando que, em parte da assim dita Idade Média europeia, as mulheres realizavam funções tidas (mais tarde) como masculinas e tinham elevado poder social devido ao domínio sobre a atividade reprodutiva de seus corpos e o conhecimento com plantas medicinais.

Portanto, a incorporação da categoria mulheres, vai contribuir para entender as dinâmicas nas quais as mulheres da RAMA, estão inseridas, pois são agricultoras que praticam agroecologia e que através das ações da SOF estão desenvolvendo ações que irão ampliar tanto o empoderamento pessoal e coletivo dessas mulheres, além de ser possível identificar como o ecofeminismo, pode ser uma das respostas em que as mulheres e a natureza sofrem dominação do patriarcado, e que somente através da união das mulheres agricultoras e a manutenção dos seus saberes vai ser possível realizar um empoderamento.

4.4 Da economia solidaria à economia solidaria e feminista

No livro “Introdução à Economia Solidária” de 2002, Paul Singer faz uma detalhada revisão bibliográfica sobre o surgimento, desenvolvimento e formação da economia solidária. Segundo o autor, a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar. Sendo assim, a Revolução Industrial também é marcada por grandes problemas sociais, como a substituição massiva de trabalho humano por maquinários, a exposição dos trabalhadores fabris a condições de trabalhos degradantes, e outros ao desemprego e a miserabilidade (Collyer, 2015, p. 2).

Este primeiro momento da Economia Social nasceu como reação à precariedade das condições de trabalho e demais efeitos sociais negativos do capitalismo. Surgiram, assim, várias iniciativas de associativismo, mutualismo e cooperativismo. É possível citar como um dos momentos mais importantes, o surgimento das cooperativas *woenistas*. Robert Owen, proprietário de uma indústria têxtil, propôs a criação de empreendimentos cooperativos, como meio de superação das crises econômicas vivenciadas na primeira parte do século XIX. Suas ideias inspiraram a criação de várias cooperativas, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos (Lechat, 2002, p. 5)

Deste modo, os industriais mais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores. Entre eles encontrava-se o britânico Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark. Em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, Owen decidiu, ainda na primeira década do século XIX, limitar a jornada e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas. O tratamento generoso que Owen dava aos assalariados resultou em maior produtividade do trabalho, o que tornou sua empresa bastante lucrativa, apesar de gastar mais com a folha de pagamento. Owen tornou -se objeto de grande admiração e respeito, adquirindo fama de filantropo. Visitantes do mundo inteiro iam a New Lanark tentar decifrar o mistério de como o dinheiro gasto com o bem estar dos trabalhadores era recuperado sob a forma de lucro, ao fim de cada exercício. (Singer, 2002).

As práticas da Economia Solidária representam uma alternativa de contraposição à sociedade capitalista. Tais práticas, baseadas nos propósitos da gestão democrática, estruturam a base de uma nova forma de convivência em que a dimensão humana não é subordinada a critérios simplesmente financeiros. No campo, buscam viabilizar a organização da produção e construir uma proposta de comercialização cooperativista, cujo foco principal é o desenvolvimento econômico e social de suas populações.

Na década de 1970, no Brasil, o neoliberalismo encontrava-se em ascensão, porém como decorrente do sistema capitalista, no decorrer das décadas, aconteceu à chamada “crise do neoliberalismo” afetando os trabalhadores de uma forma geral. Nessa época, a taxa de desemprego se elevou e a alternativa da inserção de trabalhos informais também. Foi na década

de 1990 que o mercado informal tomou grandes proporções, acompanhado da massiva precarização do trabalho. (Singer, 2002)

No Brasil, a Economia Solidária surge no final da década de 1980, quando setores do movimento sindical sentiram necessidade de lutar pelos postos de trabalhos dos milhares de trabalhadores que estavam perdendo seus empregos e que não estavam conseguindo se reinserir no mercado de trabalho, ou por aqueles que estavam na informalidade. As experiências de economia solidária surgem no cenário sócio-político do país através de articulações políticas e agenciamentos produtivos envolvendo organizações não governamentais, movimentos sociais, igrejas e sindicatos. (Singer, 2002)

Nos anos 1990 houve um processo de reestruturação capitalista, iniciado nos anos 1970, com o fortalecimento do capital financeiro e das empresas monopolistas, o mundo do trabalho passou por transformações significativas. Essas mudanças foram marcadas não apenas pelo aumento das taxas de desemprego, mas também pela precarização do trabalho, em comparação com o período anterior, com aumento do trabalho informal, dos contratos temporários e das terceirizações (Singer, 2002).

Neste contexto, as experiências de Economia Solidária abriram possibilidades de ressignificar a economia. A economia solidária é aqui entendida como “o conjunto de atividades econômicas – produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob forma de autogestão” (MTE-SENAES, 2006, p. 11). Sendo assim, os empreendimentos solidários, “[...]surgem em grande número, sejam de produção, trabalho, consumo ou crédito, dentro de um movimento cada vez mais combinado entre a sociedade civil e as políticas públicas progressivas” (Tauile; Rodrigues, 2004, p.36).

Ao constituírem um empreendimento solidário, toda(o)s as/os atrizes/atores envolvidas(o)s estão interessado(o)s em seu desenvolvimento e sucesso, e devido a isso, os empreendimentos tornam-se, ao longo do tempo, viáveis e sustentáveis. O trabalho cooperado, organizado e solidário representa uma forma significativa de promover o desenvolvimento econômico e social para sociedades carentes de renda e de políticas públicas pertinentes (TAUILE; RODRIGUES, 2004). As práticas da economia solidária preveem uma unidade entre a posse dos meios de produção e o uso destes no processo produtivo.

Além disso, o poder de decisão, o controle e a gestão do empreendimento pertencem à sociedade de trabalhadores, onde todos participam, com direitos iguais (Gaiger, 2003). Para Singer (2000);

> A importância dessas experiências é o aprendizado que proporcionam a segmentos da classe trabalhadora de como assumir coletivamente a gestão de empreendimentos produtivos e operá-los segundo princípios democráticos e igualitários. (SINGER, 2000, p. 44).

Primeiramente, é importante ressaltar que a solidariedade, como princípio da Economia Solidária, especifica-se pela solidariedade democrática, não se confundindo com a filantrópica, da qual decorrem ações sociais de cunho caridoso, mas sim de uma solidariedade que se pauta pela igualdade, pela reciprocidade e pela necessidade de organização para produzir.

A solidariedade é uma construção social e a sua concepção atual surgiu já no início do século XIX, como resposta às realidades decorrentes da sociedade industrial, em que se assume que o mercado deve ser complementado e que essa complementaridade pode ser conseguida através da solidariedade democrática e da associação entre iguais, que só são possíveis se existirem no ambiente atual de democracia. (Aleixo, 2015, p. 26)

A princípio, é possível afirmar que a Economia Solidária se trata de um modo de produção alternativo ao capitalismo, ao mesmo tempo que se revela como um movimento social. Isto porque não tem os resultados financeiros como único fim, mas por buscar, principalmente, o desenvolvimento humano, mantendo em harmonia o social, o político e o econômico. No mesmo sentindo, é possível afirmar que a Economia Solidária se baseia no ideal de que “as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas solidárias, cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante” (Pinheiro, 2013, p. 89).

Reiterando sua natureza social, Alves *et al* (2016, p. 244) afirmam que a “Economia Solidária se baseia na ideia de que os benefícios da atividade econômica devem estar ao alcance daqueles que a realizam, ou seja, dos trabalhadores”. O conceito de Economia Solidária dado por Aleixo (2015, p. 23) dispõe que ela se correlaciona com a economia social no sentido de “evitar a separação entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação dessas

três dimensões que se situa o aspecto essencial da Economia Solidária". Para Bertucci (2010, p. 51), a Economia Solidária pode ser entendida como:

> [...] um conjunto de organizações econômicas, caracterizadas pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela autogestão do trabalho por meio de mecanismos de tomada coletiva de decisões e pelo engajamento comunitário.

Para tal, a organização mais simples são os Empreendimentos Econômicos Solidários, que por sua vez pode ser uma cooperativa, associação ou um grupo informal.

A Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital. Essa prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e a segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, do presente e do futuro, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos.(IPEA, 2006)

Cabe ressaltar que a Economia Solidária ganhou maiores proporções a partir de grupos marginalizados que sofriam com a exclusão social, principalmente no auge da crise do neoliberalismo. Com o passar dos anos, a Economia Solidária abarcou diversos grupos de variadas atividades produtivas que se identificavam com o contexto de luta e igualdade que esta se propõe.

Segundo a Coleção "Cadernos Pedagógicos ProJovem Campo - Saberes da Terra, Economia Solidária" produzida pelo Governo Federal (2010), os empreendimentos de economia solidária são organizados com as seguintes características:

1. Autogestão: Os/as trabalhadores/as não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa;
2. Democracia: A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital;
3. Cooperação: Em vez de forçar a competição, convida-se o trabalhador/a se unir a trabalhador/a, empresa a empresa, país a país, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto;
4. Centralidade do Ser Humano: As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena das necessidades de todos e todas;
5. Valorização da Diversidade: Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, raça/etnia ou opção sexual;
6. Emancipação: Contribuições para conquistas de bens materiais e simbólicos dos sujeitos, os quais desenvolvendo estratégias à economia de mercado, emancipam-se e libertam-se;
7. Valorização do Saber Local: Respeito aos saberes locais, considerados em sua totalidade e como integrantes da cultura e da tecnologia popular;
8. Valorização da Aprendizagem: Respeito aos processos de construção das mudanças necessárias às práticas solidárias através da formação continuada e permanente;
9. Justiça Social: na Produção e Comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem-viver das coletividades e justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana;
10. Cuidado com o Meio Ambiente.
11. E responsabilidade com as gerações futuras.

Os empreendimentos solidários, além de se preocuparem com a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função da vida com qualidade, da felicidade das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas. O desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico, estimula a criação de elos entre os que produzem, os que financiam a produção, os que comercializam os produtos e os que consomem (cadeias produtivas solidárias locais e regionais). Dessa forma, afirmam a vocação local articulada com uma perspectiva mais ampla, nacional e internacional. (Brasil, 2010)

Segundo informações do Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005) foram identificados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários em 2.274 municípios do país (o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros). Considerando a distribuição territorial, há uma maior concentração dos empreendimentos em Economia Solidaria na região Nordeste, com 44%. Os restantes 56% estão distribuídos nas demais regiões: 13% na Região Norte, 14% na Região Sudeste, 12% na Região Centro-Oeste e 17% na Região Sul.

Quanto à forma de organização, os empreendimentos econômicos solidários estão distribuídos em: cooperativas, associações, grupos informais e outros (sociedades mercantis etc.). No Brasil, a maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação (54%), seguida dos grupos informais (33%) e organizações cooperativas (11%) e outras formas de organização (2%). Esta distribuição é diferenciada de acordo com as regiões. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, predomina o perfil nacional, diferentemente das regiões Sul e Sudeste, onde há uma menor participação das associações e maior participação dos grupos informais.

Metade (50%) dos Empreendimentos em Economia Solidaria (EES) atua exclusivamente na área rural, 33% atuam exclusivamente na área urbana e 17% têm atuação tanto na área rural como na área urbana. Considerando as regiões, cabe destacar que na Região Sudeste, a maioria dos EES (60%) atua na área urbana e nas regiões Norte e Nordeste, a participação dos EES que atuam exclusivamente na área rural está acima da média nacional (57% e 63%, respectivamente). (Brasil, 2006)

Quanto às dificuldades enfrentadas, constata-se que 61% dos empreendimentos em Economia Solidária afirmaram ter dificuldades na comercialização, 49% para acesso a crédito e 27% não tiveram acesso a acompanhamento, apoio ou assistência técnica. A Região Norte está acima da média nacional em todos os itens (68% comercialização, 54% crédito e 34% apoio ou assistência). A Região Nordeste destaca-se pela dificuldade de crédito (58% dos EES), e a Região Centro-Oeste, pelo não acesso a apoio ou assistência técnica (35%). (Brasil, 2006)

A Economia Solidária é construída, quando os/as trabalhadores/as se organizam em "uma atividade economicamente viável e socialmente justa com vistas a garantir sua subsistência" (Szul, Moura, 2017, p.2), levando em conta princípios basais como a não-exploração do trabalho, propriedade coletiva dos meios de produção, autogestão, democracia, horizontalidade, engajamento comunitário, solidariedade, reciprocidade, cooperação e compromisso com o desenvolvimento do território. (Szul, Moura, 2017)

De acordo com Oliveira (2007), quando se fala sobre as experiências de Economia Solidária e suas estratégias, "as pessoas tendem a acreditar que se trata de um apêndice da economia liberal, criada para amortecer os conflitos gerados pela crise do desemprego, da exclusão social, da fome e da miséria. Muitos teimam em enxergar a Economia Solidaria como uma 'coisa' de pobre para pobre" (Oliveira, 2007, p.9). Entretanto, salienta-se que o trabalho dentro da Economia Solidaria se volta para o desenvolvimento de valores e práticas emancipatórias não só para as pessoas que estão diretamente envolvidas nos empreendimentos, mas para a sociedade como um todo. Ao democratizar as relações sociais de produção, supera a subalternidade do trabalho em relação ao capital, desenvolve as capacidades do trabalhador, valorizando o trabalho familiar, das mulheres e de outros setores excluídos da sociedade. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes. (IHU ONLINE, 2007)

A organização do trabalho de forma autogestionária, solidária e cooperativa, com divisão dos recursos é definida pelos próprios trabalhadores, e passa a ser chamada de Economia Solidária, o conjunto de experiências associativas que surgem tanto no campo quanto na cidade.

O mapeamento da economia solidária realizado pela SENAES[10] que foi realizado em duas etapas, uma em 2005 e outra em 2007 possibilitou um amplo levantamento de informações, de 21.859 Empreendimentos de Economia Solidária (EES), em 2.274 municípios, nas 27 Unidades da Federação. Esses empreendimentos têm 1.687.035 participantes, sendo 63% homens e 37% mulheres, dos quais 3.875 grupos têm apenas sócias mulheres e 2.053 são exclusivamente masculinos; 48% são rurais, 35% urbanos e 17% rurais e urbanos. Segundo os dados desse mapeamento, apenas 26% dos grupos de mulheres têm como produto ou serviço principal as atividades de produção agropecuária, extrativismo e pesca, nos quais certamente combinam a produção agrícola com o artesanato e atividades de beneficiamento. (Butto; Dantas, 2011).

Para Mirian Nobre (2003), a questão da mulher na economia solidária iniciou-se com a consciência da invisibilidade, da marginalização e do não reconhecimento do protagonismo das mulheres. Muitos grupos de mulheres, em algum momento de sua existência, se empenharam em gerar renda, nem que fosse apenas para garantirem o funcionamento do próprio grupo ou para justificarem para si e sua família as tardes em que se ausentavam de casa para estarem com as companheiras.

4.4.1 A Economia Solidária e Feminista

A Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) está alicerçada na economia solidária e feminista, e se admite, como destaca Singer (2008), que é um modo de produção e organização que se caracteriza pela igualdade. Já a economia feminista vem corroborar com a análise crítica das formas atuais de

[10] A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto n° 4.764, de 24 de junho de 2003, fruto de intensa mobilização da sociedade civil. A SENAES nasce não de vontades institucionais-burocráticas, mas sim, das experiências práticas de autogestão dos trabalhadores e trabalhadoras. A SENAES tinha como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à economia solidária em todo o território nacional, buscando promover **geração de renda**, **inclusão social** e **promoção do desenvolvimento justo e solidário**. Em 2019, com a extinção do Ministério do Trabalho, a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) teve suas atribuições repassadas ao Ministério da Cidadania. As competências que têm relação com a economia solidária ficaram restritas à política de assistência social e à de renda, associada ao conceito de cidadania, evidenciando que não é nesse ministério que se define estratégias da política de trabalho e de desenvolvimento do país. Em 20023 a secretaria voltou a ser incorporada no Ministério do trabalho e do Emprego e passou a ser chamada de Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária.

organização econômica e mostra como as mulheres vivenciam, em seus corpos os ajustes entre a lógica temporal do capital e a lógica da sustentabilidade da vida (Nobre; Moreno, 2020).

Historicamente, foram questões de caráter bem prático aquelas que impulsionaram as primeiras investigações acerca da condição feminina na economia. Estas questões tornaram-se mais visíveis e começaram a chamar mais atenção há relativamente pouco tempo, em meados do século XX. A incorporação massiva das mulheres no mercado de trabalho durante os períodos subsequentes às duas grandes guerras mundiais no século passado foi um fenômeno sem precedentes históricos e que deu ensejo a toda uma gama de preocupações que antes, de modo geral, não existiam (Fernandez, 2017). O fato de as mulheres passarem a ocupar postos de trabalho que antes eram desempenhados exclusivamente por homens trouxe para a ordem do dia questões muito variadas, que nunca haviam sido formuladas pela tradição em economia. Segunda Fernandez (2017), a economia feminista como um todo foi estruturado a partir do ponto em que a introdução do gênero como categoria analítica também passou a ser estudada pela economia tradicional.

> [...] à possibilidade de participação no espaço público por parte das mulheres, à modalidade dos trabalhos desempenhados por elas, às suas ocupações típicas, às condições de estabilidade ou de intermitência destes trabalhos, aos seus salários, à existência ou não de diferenças entre as pautas laborais masculinas e femininas, à dupla jornada de trabalho, à tentativa de identificação de discriminação contra as mulheres no ambiente de trabalho, bem como aos modos como as diversas discriminações poderiam manifestar-se são algumas das questões pedra de toque para a economia dita feminista. (FERNANDEZ, 2018, p. 561)

A teoria econômica neoclássica abstrai o trabalho doméstico de sua estrutura social e política e analisa a família como se fosse uma pequena empresa que produz bens, utilizando trabalho e insumos de mercado. Mais: supõe a vigência de um processo de substituição perfeita e automática entre tempo de trabalho doméstico e serviços oferecidos no mercado, partindo do pressuposto que as mulheres escolhem livremente entre ficar em casa ou trabalhar fora. (Carrasco, 2006)

Vale enfatizar que a economia feminista, ressalta que apesar da crescente participação das mulheres no mercado do trabalho e de suas conquistas em termos de direitos reprodutivos, sociais, políticos, ainda persistem traços discriminatórios como diferenças salariais entre homens e mulheres para idênticas funções. (Fernandez, 2017)

A crítica a essa noção de economia pela chamada economia feminista inicia-se a partir dos anos 1960/70, examinando, tanto o paradigma neoclássico quanto o marxista, e a maneira como apresentam a situação socioeconômica das mulheres, como afirma Cristina Carrasco (1999).

Na economia neoclássica, o papel tradicional definido para ambos os sexos, quer seja na família quer seja no mercado, reitera a conjuntura existente, ou seja, aos homens competem o trabalho público, remunerado, valorizado pelo mercado, enquanto para as mulheres são delegadas basicamente, as tarefas não remuneradas, privadas, invisíveis para o mercado. No marxismo, por outro lado, as noções de proletariado, exploração, produção e reprodução são encaradas com uma neutralidade em relação ao gênero, como se houvesse uma confluência natural de interesses econômicos entre homens e mulheres da classe trabalhadora. Além de que o trabalho doméstico (predominantemente feminino) não remunerado, não faz parte do movimento circular do valor de troca e, portanto, é improdutivo. Ou seja, ambas as vertentes tratam historicamente a divisão por sexo no trabalho e na família como se fosse uma determinação biológica (Carrasco, 1999; Quintela, 2006).

Ademais, a economia feminista ressalta que não há uma autonomia para exercer as escolhas, como alega a tendência predominante, uma vez que há relações de poder e conflito, tanto na sociedade como na família, fazendo com que uns tenham mais autonomia que outros. Nobre (2002) aponta que “o pressuposto da autonomia esconde todo o trabalho da reprodução, da produção das pessoas, que é feito em sua maioria pelas mulheres” (Nobre, 2002, p. 2).

Mirian Nobre (2002, p. 2) afirma que a economia feminista se estrutura para

> [...]tornar visível a contribuição das mulheres à economia. São pesquisas que consideram o trabalho de forma mais ampla, incluindo o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família, e integram a reprodução como fundamental à nossa existência, incorporando saúde, educação

> e outros aspectos relacionados como temas legítimos da economia.

Deste modo, Grecco (2018) afirma ainda que para as economistas feministas não é suficiente simplesmente acrescentar as mulheres no contexto, é necessário estabelecer uma teoria em que as ferramentas analíticas sejam reinventadas com pressupostos e métodos que atentem para os trabalhos não considerados pela economia hegemônica como por exemplo, a produção do viver, a sustentabilidade da vida humana e que valores como emoções, responsabilidade com outros, reciprocidade, solidariedade, subjetividades sejam contemplados (Grecco, 2018).

Teixeira (2018, p.160) aponta quatro componentes fundamentais nas contribuições da economia feminista para a teoria econômica:

i) dar visibilidade às mulheres como sujeitos, legitimando suas experiências e perspectivas;
ii) reconhecer e entender as desigualdades entre mulheres e homens;
iii) modificar a teoria, a metodologia e as práticas da disciplina econômica;
iv) desenvolver um método que inclua todas as pessoas.

Sendo assim, os grandes desafios para a economia feminista dizem respeito principalmente, à necessidade de reconceitualização dos métodos da economia hegemônica de maneira a se estimular um processo de alteração das relações sociais de gênero em prol de uma sociedade mais emancipada e igualitária. Sabendo que está sociedade acaba produzindo desigualdades econômicas, mas também sociais, culturais e, por que não, de gênero. Estas desigualdades, é importante destacar, não são naturais, são resultados da maneira como a vida social e econômica se organiza na sociedade – são construções culturais (Nobre, 2002).

A Economia Solidária organizada por mulheres apresenta um elemento significativo para o debate sobre a emancipação feminina: o entrelaçamento entre os processos produtivos e reprodutivos. Muitas atividades dos empreendimentos autogeridos por mulheres funcionam, no geral, na própria casa, como também outras ações voltadas à comunidade. Segundo Guérin

(2003), as mulheres se inserem na economia a partir de seus saberes e de suas práticas historicamente realizadas no espaço privado, daí se estendem para a comunidade e para a economia.

Guérin (2005, p. 12) declara que a Economia Solidária “é uma resposta possível, tanto do ponto de vista conceitual como do operacional”, uma vez que as “mulheres são frequentemente as primeiras atrizes da economia solidária; mas o mais importante (...) oferecem uma oportunidade inédita para avançar na luta contra as desigualdades entre os sexos”.

Ao organizar um empreendimento solidário, deve-se atentar para as desigualdades de gênero, pois há o risco iminente de se reproduzir a histórica divisão sexual do trabalho e a “falsa” igualdade, que alimenta a estrutura dual construída pela sociedade capitalista. Deste modo, a participação das mulheres em empreendimentos solidários constitui-se como objeto da nossa reflexão. (Pessoa; Ramos; Peixoto, 2008).

De acordo com a ativista feminista, agrônoma e integrante da Sempreviva Organização Feminista (SOF), Miriam Nobre (2015, p. 1), que desde 1993 desenvolve ações de formação feminista, acompanhamento técnico e articulação em torno da agroecologia, soberania alimentar e economia solidaria:

> La economía solidaria se propone atender las necesidades materiales y emocionales de las personas con base en la autogestión y la reciprocidad. Entra en contraposición con la economía capitalista, cuyo centro es su propia reproducción basada en la ganancia, la propiedad privada y la alienación del trabajo. La economía capitalista no es, por lo tanto, la única manera de organizar el trabajo, la distribución y el consumo, pero es hegemónica en nuestra sociedad. De este modo, la economía solidaria es vista como una forma de resistencia a la economía capitalista.

A economia feminista, por sua vez, pode colaborar com a Economia Solidária, pois de acordo com Specht (2009), ao propor o fim da distinção entre atividades mercantis e não mercantis e a valoração das atividades de subsistência humana e, por conseguinte, entender a desvalorização dada ao aspecto da reprodução e das atividades correlatas a isso, consideradas inferiores, secundarias. Assim, o trabalho das mulheres, tido muitas vezes como improdutivo, ganha nova configuração nesse cenário, ou seja, o trabalho

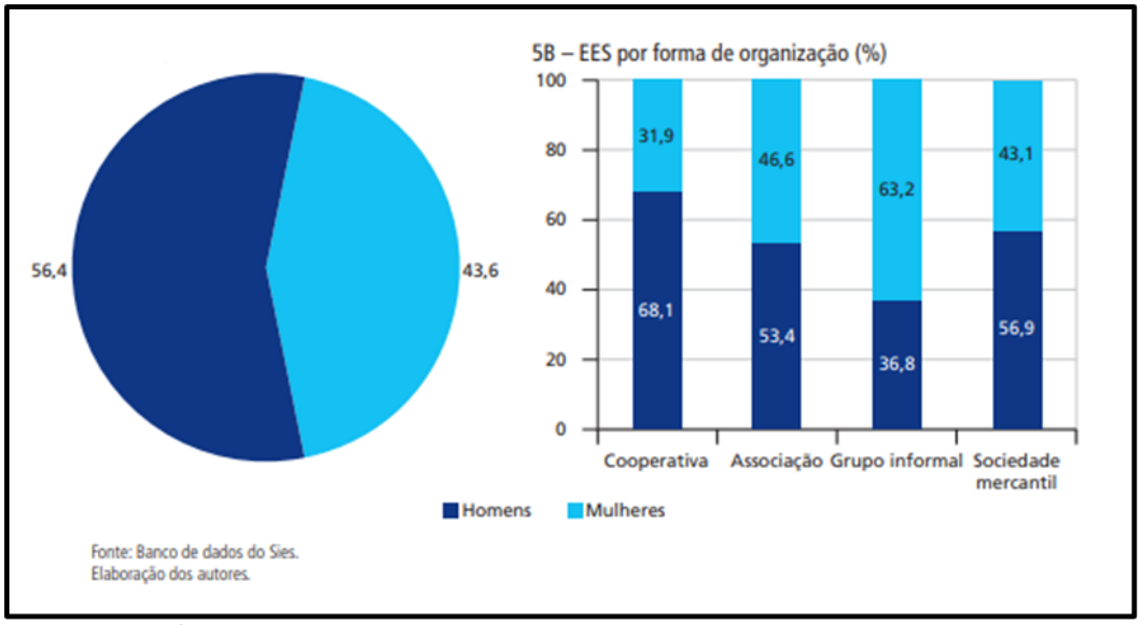
doméstico e de cuidados é estruturado numa “racionalidade substantiva, não monetária e desmercantilizada” (Aguayo; Ramírez, 2019, p. 5).

Cabe aqui destacar, que apesar da maior participação das mulheres em empreendimentos de Economia Solidária, Isabelle Hillenkamp, Isabelle Guérin, Christine Verschuur (2016) apontam que as mulheres precisam contar com uma rede de apoio de parentescos e vizinhança, bem como creches e escolas para deixarem os filhos para poderem atuar nos empreendimentos solidários. Ou seja, apesar da configuração do movimento de preocupação com a igualdade, ainda se reproduz a divisão sexual do trabalho, uma vez que os maridos e companheiros praticamente não atuam nessa tarefa.

A Economia Solidária, em contraponto ao capitalismo, orienta-se pela emancipação sociopolítica do indivíduo, tem pretensão de gerar renda, de promoção e inclusão social. Isto se deve aos seus pilares, enquanto o capitalismo se rege pelo princípio da economia de mercado, “a Economia Solidária coloca a tónica na hibridação destes três princípios (mercado, reciprocidade e redistribuição)” (Aleixo, 2015, p. 34-35). Já Díaz (2009) acrescenta que tanto a economia feminista quanto a Economia Solidária possuem, portanto, uma visão crítica ao sistema hegemônico constituída em demandas justas, que subsidiam conceitualmente, as interpretações de processos e políticas concretas, além de promover alternativas fundamentadas nas características culturais e históricas de cada comunidade.

Segundo dados do IPEA (2016), no que diz respeito a relação de gênero na participação de Empreendimentos de Economia Solidária, a maioria é do sexo masculino, sendo 803.373 (56,4% do total) contra 620.258 do sexo feminino (43,6%), com uma média de 41 homens e 32 mulheres por Empreendimento de Economia Solidária (Figura 3).

Figura 3. Gráfico com Composição dos Empreendimentos em Economia Solidaria por Gênero, 2016 – IPEA.



Fonte: Relatório de Pesquisa IPEA, 2016.

Nesse quesito, as cooperativas e os grupos informais apresentam outra relação inversa: enquanto as cooperativas possuem a maior proporção de homens (63,8%) dentre as formas de organização dos empreendimentos, os grupos informais são os únicos com média superior de mulheres (63,2%). Embora não conste no questionário do Sistema de Informações de Economia Solidária (Sies)[11], a pergunta sobre quantidade de horas trabalhadas semanalmente no empreendimento, as experiências empíricas do mundo do trabalho permitem supor que, parte dessa realidade, é explicada pela necessidade de muitas mulheres buscarem uma ocupação em tempo parcial que lhe permita uma complementação da renda familiar e que ela possa conciliar com outros afazeres que ainda são majoritariamente desempenhados pela população feminina, como os cuidados do lar e da família. Isso explica parte da razão de um alto percentual de mulheres em empreendimentos informais, por exigirem dinâmicas administrativas mais simples e serem mais fáceis de serem desfeitos em caso de uma eventualidade.

[11] O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária foi desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, sob a coordenação da Comissão Gestora Nacional e em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária enquanto um instrumento para identificação e registro de informações de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento à economia solidária e políticas públicas de economia solidária no Brasil.

Já com relação à área de atuação, os EES urbanos apresentam média de homens e mulheres mais equilibrada, enquanto que, nos rurais e rurais/urbanos, a predominância é masculina.

Vale ressaltar que a economia feminista é construída por sujeitos coletivos em luta e busca também ampliar a consciência, de forma integral e impulsionada pelas lutas por soberania alimentar. E, de modo geral, construir respostas concretas para um amplo espectro de demandas específicas de cada grupo provou ser uma condição para o desenvolvimento de solidariedade dentro dos grupos. A solidariedade não é apenas um “valor” de mulheres rurais (pobres), mas algo que resulta da ação concreta e das regras que são criadas durante a ação. (Hillenkamp; Nobre, 2018)

Sendo assim, dentro do cenário da Economia Solidária, a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras é vista como um significativo exemplo de articulações feministas com a Economia Solidária – e também com a agroecologia e, apesar dos avanços, Dantas (2005) aponta que ainda existem desafios tradicionais e problemas a serem superados, tais como: o trabalho das mulheres ainda é, muitas vezes, tido como 'ajuda', mesmo que seja a maior parte da renda ingressante nas famílias; os limites impostos por maridos para participação das mulheres em eventos na região; a participação ainda desigual em espaços mistos; além das dificuldades físicas para comercialização e atividades políticas.

5. A formação da rede agroecológica de mulheres agricultoras: a ong, as mulheres e os grupos de consumo responsáveis

As Organizações Não-Governamentais fazem parte do chamado "Terceiro Setor", que está constituído por entidades que, embora sejam privadas, perseguem fins públicos. As organizações governamentais, na forma de órgãos da administração direta e indireta, empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias, fundações e estatais afins, constituem o chamado "primeiro setor", enquanto as organizações privadas representam o "segundo setor". (Ferreira, 2005)

O terceiro setor se expandiu na década de 1970, sendo utilizado nos Estados Unidos para designar o conjunto de organizações sem fins lucrativos que se voltavam para a prestação de serviços públicos. A definição do termo cunhado naquele país está impregnada do individualismo liberal que caracteriza o regime político e a cultura dos EUA, no qual o ideário dominante é o da precedência da sociedade em relação ao Estado; e o associativismo e o voluntarismo estão fortemente arraigados na cultura e uma extensa gama de organizações laicas e religiosas, que se voltam para a prestação de serviços comunitários, a autoajuda e a defesa de temas de interesse social (Rodrigues, 2004).

O termo Terceiro Setor foi mais difundido a partir das pesquisas realizadas pelo *Institute for Policy Studies* da *John Hopkins University* (JHU) a partir do final da década de 1980. Dentre os principais objetivos desse projeto destacam-se a mensuração do impacto do Terceiro Setor sobre a economia dos países pesquisados e o estabelecimento de definições estruturais e operacionais adaptadas à realidade dos diferentes países. A Organização das Nações Unidas (ONU), reconhecendo a relevância desses esforços, associou-se à JHU para a criação da Classificação Internacional das Organizações Não-Lucrativas (Rodrigues, 2004)

O projeto conduzido pela JHU envolveu inicialmente 13 países, incluindo o Brasil. Tendo em vista a grande diversidade cultural e as próprias diferenças observadas na legislação das nações enfocadas, estabeleceram-se apenas cinco critérios para o enquadramento de uma organização como pertencente ao Terceiro Setor:

1. **Formalização** - a entidade deve estar estruturada, com reuniões regulares, representantes reconhecidos e trabalhos consolidados como regulares. Estão, assim, excluídas as uniões temporárias de pessoas. Incluem-se as organizações que, embora não estejam inscritas nos órgãos públicos de registro de pessoas jurídicas, possuam um grau significativo de estrutura interna e permanência temporal.
2. **Natureza privada** - somente são aceitas instituições separadas do Estado. Não há restrições ao recebimento de verbas públicas e nem à participação de representantes do governo nos conselhos de gestão, desde que não constituam a maioria dos membros dos colegiados.
3. **Não distribuição de lucros** - os excedentes financeiros que venham a ser gerados pela instituição precisam ser integralmente aplicados nas suas atividades-fim, não podendo ser repassados a sócios ou membros.
4. **Autogestão** - as organizações precisam ter estruturas de governança própria, controlando de forma autônoma a gestão de suas atividades.
5. **Participação voluntária** - esse requisito desdobra-se, na realidade, em duas diferentes exigências: deve haver um corpo de voluntários envolvidos nas atividades institucionais e a afiliação à organização deve ser facultativa e não compulsória.

Helmut Salamon, coordenador do projeto em questão, considera como sendo componentes do Terceiro Setor as seguintes instituições (Salamon, 1997):

1. *funding agencies* - entidades que captam recursos para outras organizações que prestam serviços sociais. Exemplos desse tipo de organização são as diversas ONGs localizadas nos países desenvolvidos que têm como missão captar verbas para repassar a entidades que promovem trabalhos sociais nos países subdesenvolvidos.
2. *member-serving* - fornecem bens e serviços a seus próprios membros, como os clubes e associações em geral;
3. *public-benefit* - contribuem com o bem-estar geral, defendendo causas ou promovendo ações de interesse social;
4. congregações religiosas.

Nesta tese, iremos trabalhar com o termo Organização Não – Governamental (ONG), visto que a SOF, se intitula como uma ONG. A expressão ONG foi importada das agências internacionais de financiamento para denominar, nos países de terceiro mundo, projetos desenvolvidos junto a organizações de base. Nos países de primeiro mundo chamavam-se ONGDs, com o "d" de desenvolvimento. Na América Latina ficaram conhecidas, a princípio, como Centros Populares (de educação, informação e outros). O termo popularizou-se no Brasil especialmente a partir da ECO-92, conferência mundial sobre meio-ambiente e desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro (Scherer, 1993).

No caso brasileiro, é fato de que mesmo entidades privadas, que geram lucro para seus proprietários e são gerenciadas totalmente dentro da lógica de mercado, podem legalmente ser denominadas como sem fins lucrativos. No Brasil, a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABOMG), fundada em 1991, apresenta no art, 2º do seu estatuto, a seguinte definição de ONGs:

> [...] são consideradas Organizações NãoGovernamentais – ON Gs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma d e fundação, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrati vos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromis so com a construção de uma sociedade democrática, participati va e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter d emocrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias in stitucionais e pelos termos dos seus estatutos.

Além desse e de outros conceitos que surgem para definir as Organizações Não-Governamentais, destacamos o que foi formulado pela comissão sobre governança global (1996), por ser um pouco mais abrangente.

> As ONGs constituem um grupo diverso e multifacetado. Suas perspectivas e suas áreas de atuação podem ser locais, regionais ou globais. Algumas se dedicam a determinadas questões ou tarefas; outras são movidas pela ideologia. Algumas visam ao interesse público em geral; outras tem uma perspectiva mais estreita e particular. Tanto podem ser pequenas entidades comunitárias cujas verbas são escassas, como organizações de grande porte, bem dotadas de recursos humanos e financeiros. Algumas atuam individualmente; outras formaram redes para trocar informações e dividir tarefas, bem

> como ampliar seu impacto. (Comissão sobre governança global, 1996, p. 192).

No próprio universo das ONGs podem ser propostas categorias diferenciadoras das entidades que o compõem. Antônio Onorati destaca a existência de alguns tipos específicos, com características diferenciadas. Essa proposição parece interessante para a compreensão dos diferentes objetivos que podem se revelar determinantes para a fundação e manutenção de iniciativas nessa área (Onorati, 1992):

- **ONGs institucionais ou "quase ONGs" (Quangos)** - foram criadas por grandes instituições, tais como as igrejas, os partidos políticos e as centrais sindicais. Têm como objetivo primordial criar consenso em tomo das estratégias gerais das instituições que as criaram, defender essas estratégias e financiar suas ligações com os países do sul. Também estão incluídas nessa categoria algumas agências especializadas nas ajudas emergenciais que atuam em uma relação muito íntima com os governos.
- **Grandes ONGs (Bingos)** - são aquelas que podem dispor sozinhas de orçamentos de centenas de milhões de dólares e estão em ligação direta e permanente com grupos industriais, bancos, governos e a mídia de massa. Essas organizações possuem, em geral, uma visão assistencialista, buscando consertar parte dos estragos provocados pelo atual modelo de desenvolvimento econômico.
- **ONGs formadas por profissionais que atuam essencialmente em condições de mercado**. Caracterizam-se pelo conteúdo quase que exclusivamente técnico de suas intervenções, apresentando-se, muitas vezes, como empresas de prestação de serviços disfarçadas de ONGs. Visam, com isso, usufruir benefícios fiscais, de imagem ou repasses de recursos da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD).
- **ONGs de desenvolvimento** - surgiram a partir da crise de credibilidade e de participação dos partidos europeus tradicionais. Oferecem aos cidadãos uma opção de representação formal, delegação da cidadania, de "protagonismo" para os que desejam interferir nas escolhas que regem a vida da sociedade como um todo e reivindicam o direito de traçar estratégias alternativas às propostas pelo poder, dando forma a uma

> prática de "microcidadania". Representam, assim, uma maneira alternativa de fazer política por parte dos cidadãos. Os membros dessas organizações pretendem ser protagonistas das escolhas de seus países na área de política internacional.

Segundo Fernandes (1994), para o sistema capitalista era imprescindível que os países mais desenvolvidos contribuíssem com o avanço dos denominados países subdesenvolvidos, sendo uma das estratégias financiar ações comunitárias e incentivar movimentos de promoção social nos países do chamado “Terceiro Mundo”. Para tanto, as agências internacionais, originárias de países da Europa e dos Estados Unidos, necessitavam de parceiros locais que fossem capazes de formular, acompanhar e executar os projetos. E assim surgiram as ONGs latino-americanas, num jogo de reforços mútuos, com parceiros de cooperação internacional no apoio às ações comunitárias e os movimentos de promoção social.

Para Denise Gomide Carvalho, o início do século XXI, com a reestruturação capitalista e políticas neoliberais, as ONGs se acentuaram como “um espaço tido como de integração cidadã” (Carvalho, 2001, p. 07). De acordo com essa autora, no terreno movediço da atualidade, marcado pela reestruturação capitalista, pelo impacto das políticas globalizantes de cunho neoliberal, pelo choque das novas tecnologias, pela crise das utopias, pelo processo acelerado de transformação em todos os campos da atuação e do saber humanos; por entre as forças tentaculares do Estado e do mercado, passam a ter visibilidade as organizações sem fins lucrativos da sociedade civil, multifacetadas, dinâmicas, voláteis, por vezes paradoxais, e que um neologismo já de uso corrente denomina terceiro setor (Carvalho, 2002, p.01). Já Vera Soares (1988) ressalta os seguintes pontos positivos dessas ONGs:

> (...) o fato de não buscarem lucro; de não admitirem apropriação privada de seu patrimônio; de não pertencerem ao setor governamental; de manterem um compromisso com a transformação social e de estarem fortemente articuladas com os movimentos sociais (SOARES, 1998, p. 38).

Numa interpretação mais crítica, Jules Falquet (2003) aponta que:

> Vistos de um ângulo “positivo”, as instituições internacionais estão aceitando cada vez mais uma série de noções apresentadas pelos movimentos sociais, que se tornaram mais institucionalizados e mais propositivos, em vista de uma melhor gestão dos graves problemas que afetam a maior parte da humanidade. Visto de outro modo, essa tendência pode ser analisada como a progressiva ONGização dos movimentos sociais, aspirada pela lógica de institucionalização e legitimação fomentada em grande parte pelo sistema da ONU: esses movimentos não são apenas neutralizados, mas levam a contribuir para o estabelecimento de uma nova ordem mundial totalmente oposta aos interesses das populações inicialmente mobilizadas (FALQUET, 2003, p. 180)

A partir disso, fica claro que a SOF se enquadra no que se caracteriza por uma ONGs, pois ela formula e executa projetos que passam tanto a ser financiados por Programas do Governo, quanto de instituições privadas internacionais. A seguir faremos uma análise da SOF, da sua formação, seus pilares e projetos, para tanto utilizaremos informações contidas no *site* da organização e entrevista realizada com duas representantes da SOF.

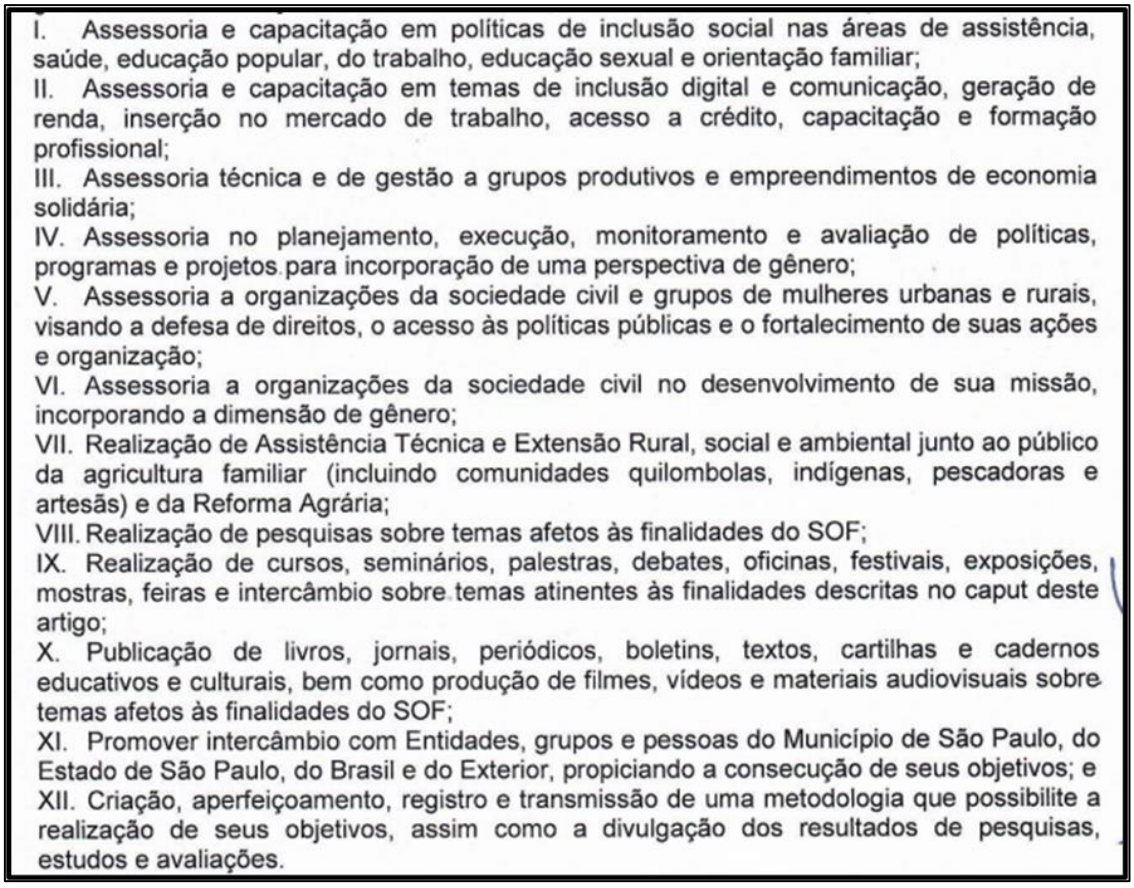
5.1 A Sempreviva Organização Feminista: Formação e Ação

A Sempreviva Organização Feminista (SOF) é uma Organização Não Governamental que faz parte do movimento de mulheres no Brasil e em âmbito internacional. Uma das contribuições centrais da SOF está no campo da formação que tem sido forte desde os anos 1980 (SOF, 2023). Fundada no dia 4 de maio de 1963, na capital do estado de São Paulo, sob a denominação “SempreViva Organização Feminista (SOF) - Serviço de Orientação da Família”, a associação civil, sem fins econômicos ou lucrativos, como é identificada em seu estatuto social, possui como principais finalidades organizacionais: a defesa de direitos, a prestação de serviços permanentes e a promoção de atividades de relevância pública e social à população, particularmente às pessoas de baixa renda, de forma gratuita, continuada e planejada.(Gomes, 2022)

Segundo informações contidas no *site* da SOF, a ONG expressa sua razão no tripé **Movimento Social, Transformação e Feminismo**. Sintetizando uma trajetória que combina atuação de assessoria, a organização de mulheres e organizações mistas, a movimentos sociais e órgãos de governo; trabalhando com formação para fortalecimento de grupos e a participação nos movimentos

sociais a partir do feminismo. O estatuto social da SOF, contém as finalidades e competências que esta ONG se propõe, nas quais conta com acessórias no âmbito de políticas públicas para mulheres, a realização de assistências técnicas voltadas a agricultura familiar e mulheres rurais, promovem cursos, seminários e palestras e intercâmbios com temáticas feministas, além da publicação de livros, boletins, cartilhas entre outros (Figura 4).

Figura 4. Trecho do Estatuto Social da SOF.



I. Assessoria e capacitação em políticas de inclusão social nas áreas de assistência, saúde, educação popular, do trabalho, educação sexual e orientação familiar;
II. Assessoria e capacitação em temas de inclusão digital e comunicação, geração de renda, inserção no mercado de trabalho, acesso a crédito, capacitação e formação profissional;
III. Assessoria técnica e de gestão a grupos produtivos e empreendimentos de economia solidária;
IV. Assessoria no planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos para incorporação de uma perspectiva de gênero;
V. Assessoria a organizações da sociedade civil e grupos de mulheres urbanas e rurais, visando a defesa de direitos, o acesso às políticas públicas e o fortalecimento de suas ações e organização;
VI. Assessoria a organizações da sociedade civil no desenvolvimento de sua missão, incorporando a dimensão de gênero;
VII. Realização de Assistência Técnica e Extensão Rural, social e ambiental junto ao público da agricultura familiar (incluindo comunidades quilombolas, indígenas, pescadoras e artesãs) e da Reforma Agrária;
VIII. Realização de pesquisas sobre temas afetos às finalidades do SOF;
IX. Realização de cursos, seminários, palestras, debates, oficinas, festivais, exposições, mostras, feiras e intercâmbio sobre temas atinentes às finalidades descritas no caput deste artigo;
X. Publicação de livros, jornais, periódicos, boletins, textos, cartilhas e cadernos educativos e culturais, bem como produção de filmes, vídeos e materiais audiovisuais sobre temas afetos às finalidades do SOF;
XI. Promover intercâmbio com Entidades, grupos e pessoas do Município de São Paulo, do Estado de São Paulo, do Brasil e do Exterior, propiciando a consecução de seus objetivos; e
XII. Criação, aperfeiçoamento, registro e transmissão de uma metodologia que possibilite a realização de seus objetivos, assim como a divulgação dos resultados de pesquisas, estudos e avaliações.

Fonte: https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Estatuto-da-SOF.pdf, 2022.

Para a SOF é fundamental fortalecer e ampliar o número de mulheres líderes com capacidade de serem multiplicadoras de processos formativos em âmbito local, potencializando assim a formação de dirigentes capazes de incidir sobre a realidade brasileira, de forma a alterar a relação desigual entre mulheres e homens (SOF, 2023).

A primeira experiência da SOF foi com a formação de profissionais da saúde para transmitir sua experiência com a saúde da mulher, em meados dos anos 1980. No período seguinte, nos anos 1990, a SOF passou a compreender

os processos de auto-organização das mulheres e se aliou a diversos movimentos sociais e escolas de formação política, como o Instituto Cajamar e a Central Única de Trabalhadores (CUT). Nos anos 2000, esse foi um período em que a SOF trabalhou com a "formação de gestores de várias secretarias municipais em implementação de políticas para as mulheres, articulando um debate mais geral sobre feminismo com políticas públicas de trabalho, saúde, educação e violência" (Faria, 2015, p. 10).

Para Miriam Nobre, agrônoma, mestre e integrante da SOF, a trajetória da SOF desenvolveu uma abordagem que possibilitou:

> (…) orientar uma estratégia de desnaturalização das desigualdades de gênero; demonstrar como se utiliza o trabalho das mulheres como recurso inesgotável, e como variável de ajuste das tensões do sistema; reconhecer a sabedoria e o conhecimento das mulheres e possibilitar que possam ir mais além; construir respostas coletivas de autoorganização e aliança (NOBRE, 2015, p. 61).

A SOF tem importância fundamental na história da organização política feminista, sobretudo na cidade de São Paulo. A sua relação com diversos grupos de mulheres, como os clubes de mães da Zona Sul; e a partir de 1979 a SOF passou a atual na Zona Leste, onde se fortalecia o movimento das mulheres donas de casa e o de saúde que se ampliava e ganhava visibilidade. Foram realizadas oficinas com metalúrgicas e também junto à CUT, a SOF foi uma das primeiras ONGs do país a tratar da saúde das mulheres dentro de uma perspectiva feminista, ao lado de outras organizações como SOS Corpo (Recife) e do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (São Paulo), sendo que as reuniões gerais do Movimento de Luta por Creches ocorriam, normalmente, na sede do SOF, na zona sul da cidade. (Grecco, 2019)

Segundo entrevista realizada com a integrante da SOF, o início da organização começou com ações ligadas à saúde das mulheres

> SOF tem o seu nome oficial Serviço de Orientação Familiar e surge em 1963 e nos 90, a SOF começou a mudar o seu fio de atuação, antes era mais para a promoção de saúde integral, trabalhando em postos de saúde e na formação feminista. A partir de 1996 começou atuar de forma mais organizada com agricultoras, começamos fazendo oficinas para mulheres rurais

> e mulheres do movimento sindical. (Entrevista realizada com a integrante da SOF, no dia 02/08/2022)

Nos anos 1990, a SOF já tinha iniciado o trabalho na área de gênero e agricultura familiar. Naquele momento, a categoria “agricultura familiar” passou a aparecer como demanda de política pública para trabalhadoras e trabalhadores do campo, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de 1995, como explicita Miriam Nobre.

> A primeira oficina com essa temática foi realizada em 1996. O objetivo era desenvolver com mulheres e homens de movimentos sociais rurais e ONGs, uma leitura comum sobre “agricultura familiar”, com enfoque em “desmantelar estruturas desiguais no interior das famílias e comunidades, e fortalecer a agricultura familiar e as comunidades do campo” (NOBRE, 2015, p. 59).

Segundo Grecco (2019), entre 1998 e 2004, a SOF assessorou o Grupo de Trabalho de Gênero da Rede de Programas de Tecnologia Alternativas (PTA)[12]da região sudeste e passou a integrar o Grupo de Trabalho de Gênero da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)[13]. Neste mesmo período, a formação da Rede Latino-americana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE)[14] e da Marcha Mundial de Mulheres (MMM)[15], em que por meio da

---

[12] Em meados da década de 1980 diversas organizações não-governamentais a exemplo da **Rede do Projeto de Tecnologias Alternativas** – **Rede PTA** – iniciou junto com as famílias agricultoras experimentos para melhoria da produção e qualidade de vida dos/as camponeses/as, respeitando as condições impostas pela natureza e levando em consideração sua fauna e flora. Muitas dessas organizações já apontavam tecnologias descentralizadas de captação de água de chuva como uma possível estratégia de superação dos tempos mais secos. Mas somente no fim da década de 1990 para início dos anos 2000 é que as **cisternas** de placas, idealizada por um agricultor da própria região, se popularizaram e foram reconhecidas como uma tecnologia social e, posteriormente, política pública de sucesso para o Semiárido. (https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/584256-nao-ha-solucao-tecnologica-sem-que-haja-um-projeto-social)

[13] A **Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)** é um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Atualmente a ANA articula vinte e três redes estaduais e regionais, que reúnem centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo o país, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional. (ANA, 2024)

[14] A **Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia (Remte)** surge em 1997, a organização tem exercido um papel fundamental para pautar e organizar uma visão comum sobre a economia feminista na região, a partir do enfrentamento à economia dominante.

[15] A criação da **Marcha Mundial das Mulheres (MMM)** partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo,

articulação nesses espaços, a SOF se tornou bastante ativa na luta contra os tratados de livre comércio.

Nos anos 2000, a SOF encampou a luta contra a mercantilização do corpo e, no campo da alimentação, assumiu a luta contra a produção de alimentos transgênicos e a favor dos sistemas agroecológicos (Nobre, 2015). Neste contexto, a SOF passou a incorporar a **Economia Feminista** como uma "ferramenta de análise" (Moreno, 2015, p. 35), formando a Rede de Economia e Feminismo (REF)[16] para pensar questões relativas à economia e ao desenvolvimento no contexto nacional. Entre 2001 e 2003, esse grupo realizou diversos encontros para discutir a teoria econômica feminista e a conjuntura econômica brasileira. Em 2002, a SOF realizou o Seminário Feminismo e Economia e o Curso de Formação Econômica Feminista. Entre 2009 e 2013, a SOF atuou nos Territórios da Cidadania (TC) para qualificar suas demandas sobre a política de ATER e a partir de 2015 foi credenciada pelo Governo Federal para desenvolve essa política no Vale do Ribeira/SP. (Grecco, 2019)

> Daí quando começamos a fazer o Ater em 2015, na época trabalhávamos com 240 mulheres em 12 municípios do vale e já tinha uma concentração grande de Barra do Turvo naquele momento. Então quando o ATER terminou deu uma coincidência boa que a gente entrou numa chamada no Conselho Britânico, um projeto de fortalecimento institucional e daí a gente se concentrou mais em barra do turvo, apesar de fazer bastante formação com as mulheres que a gente já tinha trabalhado. E aí nesse processo tinha uma publicação chamada de Praticas Feministas para a transformação da Economia, aí durante esse tempo estávamos participando de uma pesquisa nacional que quem coordenava era uma feminista holandesa que morava na suíça chamada Christine Verschuur[17], daí quando terminamos a

simbolicamente, "Pão e Rosas". As mulheres do Quebec buscaram contatos com organizações em vários países, para compartilhar essa experiência e apresentar a proposta de criar uma campanha global de mulheres. O primeiro contato no Brasil foi com as mulheres da Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores (CUT). Foram elas que marcaram as reuniões para discutir a proposta e definir as representantes brasileiras para o primeiro encontro internacional da MMM, que aconteceu em 1998, em Quebec, e teve a participação de 145 mulheres de 65 países e territórios.

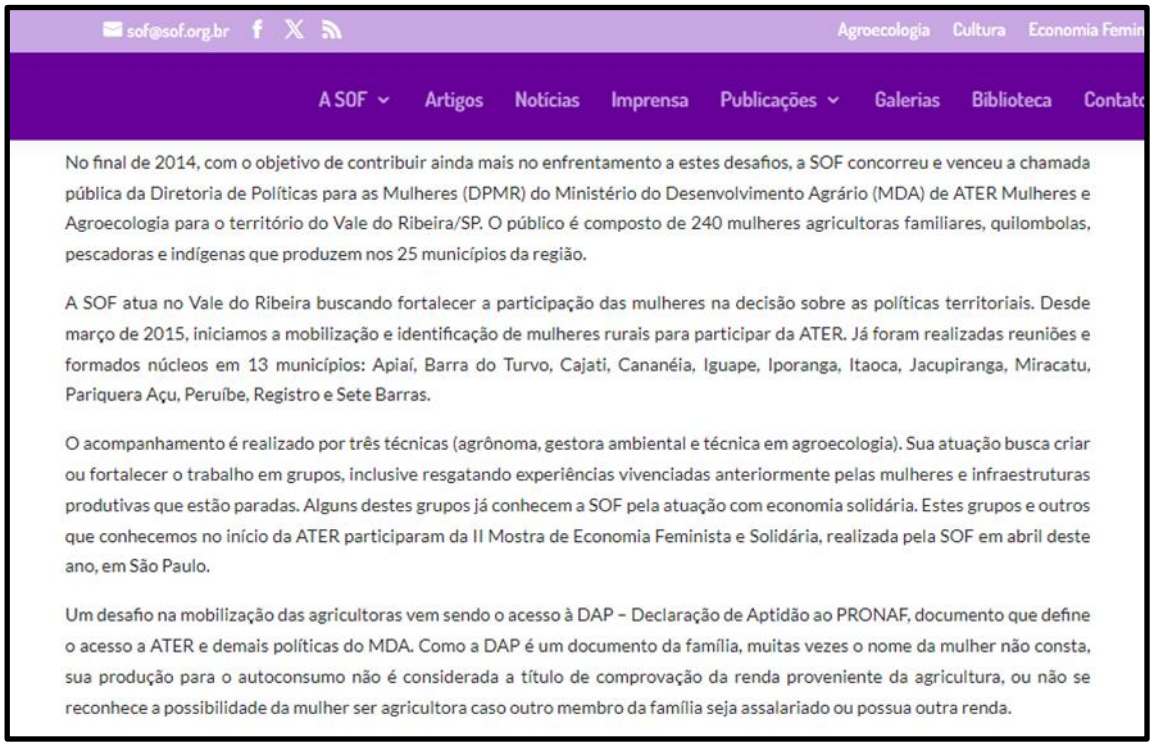
[16] **A Rede Economia e Feminismo (REF)** foi criada em novembro de 2001 durante o Seminário Feminismo e Economia, que aconteceu em São Paulo e reuniu 33 mulheres de 13 estados e 22 organizações. A REF se propõe a articular ativistas de movimentos sociais, técnicas de organizações não governamentais e governamentais e pesquisadoras que desejem atuar com prioridade no tema economia e feminismo.

[17] Christine é socióloga e antropóloga, professora e responsável pelo setor de Gênero e Desenvolvimento do Instituto de Altos Estudos Internacionais e Desenvolvimento (IHEID), editora da revista Gênero e Desenvolvimento, autora de vários estudos tanto no meio rural como urbano. Nos últimos anos, vem dedicando-se a refletir sobre as alternativas possíveis no campo

> pesquisa, ela nos convidou para apresentar um projeto para Fundo de Genebra de Cooperação, nós apresentamos e deu certo, a partir dessa relação política ficou melhor para gente, pois conseguimos pensar uma ação de mais longo prazo e de mais parceria, porque com o ATER era uma prestação de serviço. (Entrevista realizada com membro da SOF, no dia 02/08/2022)

Segundo uma notícia localizada no *site* da SOF do dia 11/04/2015 é possível identificar esse primeiro contato com as mulheres do Vale do Ribeira, como se pode observar na figura 5:

Figura 5. Nota sobre a participação da SOF no Vale do Ribeira, via ATER mulheres.



Fonte: https://www.sof.org.br/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-para-mulheres-e-impulsionada-pela-sof-no-vale-do-ribeira/, 15/02/2024.

A participação da SOF na ATER Mulheres previa a realização de 13 atividades durante dois anos de execução, sendo a maioria delas atividades coletivas (Figura 6). Através destas atividades, se pretendia uma compreensão comum da sociobiodiversidade presente nas áreas onde as mulheres produzem, o que incluía uma análise de como elas usam seu tempo. Além de refletir sobre

---

da economia solidária. A SOF integrou o projeto de pesquisa “Análises feministas das práticas da economia social e solidária: visões da América Latina e Índia” que envolve pesquisadoras da Argentina, Bolívia, Brasil, França, índia e Suíça e é coordenado pelo Instituto de Altos Estudos Internacionais e Desenvolvimento (IHEID, Suíça).

o que é ser mulher, o cotidiano, a organização do trabalho e o que fazer para estabelecer novas formas de produção, consumo, trocas e vendas. Alguns exemplos de atividades realizadas:

1. visitas técnicas para implantação de práticas agroecológicas e para o beneficiamento da produção;
2. oficinas de gênero e feminismo;
3. troca de vivências agroecológicas;
4. elaboração de projetos para acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Figura 6. Foto de uma das atividades realizadas pela SOF, via ATER mulheres.



Fonte: https://www.sof.org.br/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-para-mulheres-e-impulsionada-pela-sof-no-vale-do-ribeira/, 15/02/2024.

Para Alvarez (1999, apud 2014), na medida em que os estados aumentavam a subcontratação de ONGs feministas para assessorar ou implementar programas governamentais de mulheres, a capacidade das ONGs de monitorar criticamente as políticas e defender reformas mais radicais (talvez mais feministas?) estava potencialmente em perigo. E no que diz respeito aos

financiamentos, a SOF já participou de editais do Governo Federal, como o de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e também recebe apoios de organizações internacionais entre elas estão:

- *Brot für die Welt* (Pão para o Mundo) - é uma organização de ajuda das Igrejas protestantes regionais e livres na Alemanha, desde 1959, em prol da erradicação da fome, da pobreza e da injustiça. O objetivo é alcançar um mundo sem fome, sem pobreza e sem injustiça, no qual todas as pessoas possam ter uma vida digna. Trabalham em mais de 85 países do globo, apoiando as pessoas pobres e desfavorecidas, independentemente de sua origem, idade ou religião. O trabalho é financiado através de doações, fundos estatais e fundos eclesiásticos. Usamos o dinheiro que nos é confiado de forma zelosa e transparente. (BFDW, 2023)
- A *Grassroots Internacional* – é uma organização global de doações e apoio a movimentos sociais. Acompanhando, financiando e trabalhando em solidariedade, predominantemente no Sul Global e nos EUA, desde 1983. Trabalha em parceria com movimentos sociais para criar um mundo justo e sustentável, promovendo os direitos humanos à terra, território, água, soberania alimentaria e justiça climática através de subvenções globais, construção de solidariedade entre organizações. (GI, 2023)
- *Fundação Rosa Luxemburgo* - é uma instituição alemã sem fins lucrativos vinculada ao partido Die Linke (A Esquerda). Fundada no ano de 1990, em Berlim, tem como principais desafios promover a formação política e a crítica social, pautadas na tradição dos movimentos trabalhistas, feministas, antirracistas e antifascistas. Desde 2000, suas iniciativas de cooperação internacional e solidariedade contam com apoio do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento e do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Com escritórios em mais de 24 países, a FRL abriu o escritório regional do Brasil e Paraguai, em 2003, na cidade de São Paulo. Na região, os eixos principais são: a defesa da democracia e de direitos políticos e sociais; críticas a

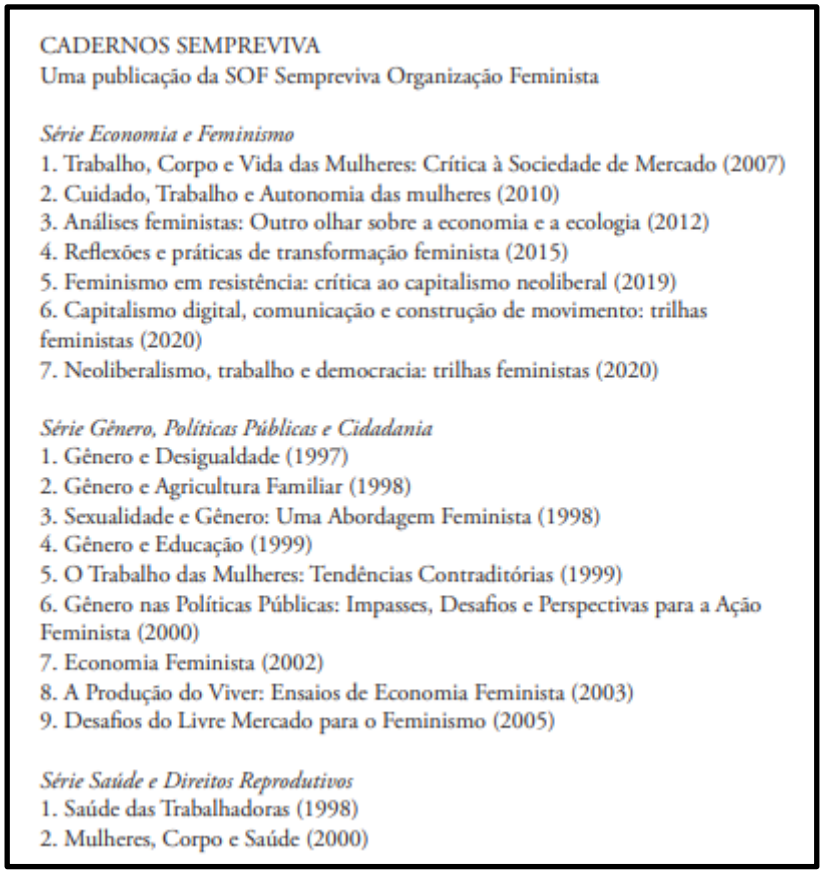
modelos extrativistas, transgenia e mercantilização da natureza e da vida; e alternativas ao sistema capitalista, com o apoio a experiências coletivas e solidárias, bem como a divulgação de conceitos como Bem Viver e a luta contra o racismo e todas as opressões e por uma sociedade justa e livre. (FRL, 2023)

- *Federation Genevoise de Cooperation (FGC)* - Uma organização guarda-chuva[18] criada em 1966, o FGC contribui para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Está a mobilizar-se para cumprir o compromisso central da Agenda 2030: “Não deixar ninguém para trás”, eliminando a pobreza extrema, reduzindo as desigualdades e contribuindo para a igualdade de género. Através das suas organizações membros (associações, fundações ou cooperativas) e dos seus parceiros no terreno, a Federação trabalha na África, na América Latina e na Ásia para melhorar o acesso das populações desfavorecidas aos direitos económicos, sociais e culturais, para que possam viver com dignidade. (FGC, 2023)

A SOF ainda se destaca por conta de uma ampla produção de materiais bibliográficos, como a Coleção Cadernos Sempreviva e uma série de folhetos e cartilhas (Figura 7) Além do trabalho de produção desses materiais, a SOF os utiliza como fonte de estudos, debates e formação feminista e como fundamento para executar políticas públicas. A formação da SOF tem como foco a transformação das relações desiguais de gênero pela ação individual e coletiva das mulheres. Essa experiência de formação tem como um de seus principais resultados o fortalecimento de processos organizativos que possam interferir no sentido de modificar relações sociais de desigualdade, que têm como uma de suas consequências a escassa participação de mulheres entre as camadas dirigentes de nossa sociedade (SOF, 2023)

[18] Uma organização guarda-chuva é uma associação de instituições, que trabalham unidas formalmente para coordenar atividades ou reunir recursos.

Figura 7. Cadernos Sempreviva, título, serie e ano de publicação.



CADERNOS SEMPREVIVA
Uma publicação da SOF Sempreviva Organização Feminista

Série Economia e Feminismo
1. Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres: Crítica à Sociedade de Mercado (2007)
2. Cuidado, Trabalho e Autonomia das mulheres (2010)
3. Análises feministas: Outro olhar sobre a economia e a ecologia (2012)
4. Reflexões e práticas de transformação feminista (2015)
5. Feminismo em resistência: crítica ao capitalismo neoliberal (2019)
6. Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento: trilhas feministas (2020)
7. Neoliberalismo, trabalho e democracia: trilhas feministas (2020)

Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania
1. Gênero e Desigualdade (1997)
2. Gênero e Agricultura Familiar (1998)
3. Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista (1998)
4. Gênero e Educação (1999)
5. O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias (1999)
6. Gênero nas Políticas Públicas: Impasses, Desafios e Perspectivas para a Ação Feminista (2000)
7. Economia Feminista (2002)
8. A Produção do Viver: Ensaios de Economia Feminista (2003)
9. Desafios do Livre Mercado para o Feminismo (2005)

Série Saúde e Direitos Reprodutivos
1. Saúde das Trabalhadoras (1998)
2. Mulheres, Corpo e Saúde (2000)

Fonte: SOF, 2024.

Cabe aqui ressaltar que esses cadernos foram de fundamental importância para compreender os interesses e as dinâmicas dos trabalhos de formação da SOF, que se dá tanto pela ampla divulgação desses cadernos, cartilhas, quanto através de cursos, realizados no formato online e presenciais. Estes buscam um fortalecimento da autonomia das mulheres e sua presença como sujeito político e com uma perspectiva de que o processo de organização dos movimentos sociais é fundamental na construção de uma nova dinâmica de relações sociais. Sendo assim, a SOF vem cumprindo um papel inicial de criar oportunidades regulares para que as mulheres se encontrem, identificando questões comuns, ajudando a criar respostas coletivas e encorajando as mulheres a se unir.

Entre os dias 10 e 11 de julho de 2015 (Figura 8) mais de 400 mulheres se reuniram na cidade de Registro, localizada no Vale do Ribeira, unindo os estados de São Paulo e Paraná em dois dias de atividades de formação feminista e ato político. No encerramento, elas ocuparam as ruas da cidade, paralisando

um trecho da BR-116 e levando mensagens de denúncia da violência de gênero e em defesa de seus territórios e autonomia. A agenda fez parte da IV Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM)[19], mobilização que o movimento realiza a cada cinco anos em mais de 100 países e territórios onde está presente. Segundo Mirian Nobre (2015, s.p),

> "O Vale do Ribeira foi o escolhido pela Marcha para receber a ação porque abriga, além das mulheres da área urbana, as mulheres de comunidades tradicionais, como as quilombolas, as indígenas, as camponesas e as ribeirinhas, que há mais de 30 anos resistem à construção de uma barragem no Rio Ribeira", comenta Miriam Nobre, militante da MMM e integrante da SOF.

Essas ações vêm demonstrar a relação de que a SOF, ao entrar com as atividades no Vale do Ribeira, buscou construir uma dinâmica que passou a inserir as mulheres nos movimentos sociais e de uma organização coletiva das mulheres em busca de luta pelos seus direitos.

[19] Com o lema "Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres", a IV edição da Ação Internacional da Marcha das Mulheres acontece cinco anos após a última mobilização, quando mais de duas mil mulheres de todo o país marcharam por cerca de 100 km para dar visibilidade à luta das mulheres. Diferente dos outros anos, a edição de 2015 é descentralizada, enraizada localmente com objetivo de visibilizar as lutas das mulheres em seus territórios específicos, suas resistências e alternativas.

Figura 8. Mulheres do Vale do Ribeira participando da IV Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM).



Fonte: https://www.sof.org.br/vale-do-ribeira-em-sao-paulo-recebe-a-4a-acao-internacional-da-marcha-mundial-das-mulheres/,15/02/2024.

A SOF tem construído uma abordagem que reflete sobre a relação entre as relações econômicas, a cultura patriarcal e a violência contra as mulheres como um elemento estruturante dessas relações. O Feminismo, movimento social e de transformação social, vem corroborar para executar os projetos e ao trabalhar com a articulação da concepção de desigualdades de gênero, de classe e de raça, busca assim constituir e fortalecer as mulheres como sujeito político, atuando na perspectiva da conformação de um campo feminista democrático-popular capaz de provocar mudanças sociais. Estas mudanças são pensadas do ponto de vista pessoal, no interior dos próprios movimentos e no conjunto da sociedade. (SOF,2023).

A SOF é parte do movimento feminista no Brasil, no sentido de que contribui na organização da sociedade civil e na construção de uma agenda política feminista, mantendo relações com organizações sociais de esquerda e, ao mesmo tempo, realizando ações de acompanhamento a grupos de mulheres. A organização mantém duas vertentes – uma de movimento ativista e outra

técnica-profissional – comuns ao que Sonia Alvarez (1998) chama de “hibridez política” das ONGs feministas na América Latina.

Para Maria da Gloria Gohn, as ONGs na qual a SOF se enquadra foram decisivas no processo de redemocratização do país e esse período foi marcado por um tipo de ONG militante, que esteve na retaguarda de diversos movimentos sociais populares urbanos e que gerou uma intensificação da participação da “sociedade civil”. A autora considera que:

> Nos anos 1990, as ONGs se viram diante de um impasse em decorrência de sua crescente relação com o Estado, em espaços de negociação e equacionamento de conflitos de interesse. Por esse motivo as “ONGs militantes” teriam perdido espaço para um “universo de ações coletivas desenvolvidas nos espaços públicos sem fins lucrativos” (GOHN, 2000, p. 26).214

No que diz respeito aos aspectos de ser uma ONG de caráter feminista que serve à análise da atuação da SOF, é a interpretação de que as ONGs feministas têm “caráter híbrido” (Alvarez, 1998). Segundo Sonia Alvarez, separar as ONGs, de um lado, e os movimentos sociais, de outro, é o mesmo que ignorar “importantes diferenças na extensão e grau de ONGeização[20] em diferentes países, e obscurece a diversidade de atividades e práticas das ONGs”. A crescente ONGeização dos feminismos latino-americanos não se refere à proliferação de instituições mais formalizadas e profissionalizadas nos movimentos. Pelo contrário, a ONGeização se refere à promoção ativa e deliberada e à sanção oficial de algumas práticas e formatos de organização feminista por parte de estados, instituições intergovernamentais, instituições financeiras internacionais e doadores (Alvarez, 2009).

A ONGeização trouxe implicações preocupantes para a democracia interna e as relações de poder nos campos feministas, influenciando profundamente na determinação de que atores eram considerados aptos para “dialogar” com os elaboradores de políticas públicas nacionais e internacionais, instituições de desenvolvimento e agências de financiamento, de quem pode ter

[20] Ler mais: ALVAREZ, S. E. Advocating feminism: the Latin American Feminist NGO “boom”. **International Feminist Journal of Politics**, v. 1, n. 2, p. 181-209, 1999; SILLIMAN, J. Expanding civil society: shrinking political spaces: the case of women’s nongovernmental organizations. **Social Politics**, v. 6, n. 1, p. 23-53, 1999; JAD, I. The NGO-ization of Arab Women’s Movements. In: CORNWALL, A.; HARRISON, E.; WHITEHEAD, A. (Ed.). **Feminisms in development: contradictions, contestations & challenges**. London: Zed, 2007. p. 177- 191.

acesso a políticos locais e globais e de quem podia mais rapidamente acessar recursos culturais, políticos e materiais (Alvarez, 2014).

Para essa autora, as ONGs feministas têm papel central na articulação formal e informal das variações de espaços e de grupos em que os feminismos atualmente se desenvolvem. Elas funcionariam como “pontos nodais” (Alvarez, 2009) de articulação discursiva do “disperso e fragmentado campo feminista” (Alvarez, 2009). Isso porque, as mulheres que nelas atuam compõem movimentos de mulheres mais amplos. As ONGs feministas seriam integradas por mulheres de classe média, com formação universitária, mas que trabalhariam com grupos de mulheres “da base” (Alvarez, 2009). Ademais, a maioria dessas ONGs feministas compreenderia seu trabalho como uma possibilidade de alterar relações de poder de gênero e não como assistencialismo.

A SOF vem gradualmente passando da posição de ONG apoiadora a uma de parceria na construção de um movimento social comum, com raízes em nível local e articulado em nível nacional (SOF, 2023). A SOF busca o fortalecimento da autonomia das mulheres e sua presença como sujeito político na projeção de novos modelos de sociedade, conjugando-se com uma perspectiva de que o processo de organização dos movimentos sociais é fundamental na construção de uma nova dinâmica de relações sociais.

5.2 A Formação da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras do Vale do Ribeira

A intervenção da SOF no Vale do Ribeira tem início em 2015, quando a organização é contemplada em um edital para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), dedicado ao desenvolvimento da produção agroecológica das mulheres agricultoras (Figura 9). No documentário “Construindo a autonomia”, Miriam Nobre destaca que:

> O vale do Ribeira é uma região coberta pela mata atlântica, que tem uma sociobiodiversidade imensa, graças as pessoas que vivem lá as comunidades quilombolas, indígenas, caiçaras, agricultores e agricultoras que vivem ali. E também é muito rico em experimentação, desde agroflorestas, até o resgaste e as trocas de sementes e também de muitas ameaças com a presença de companhias mineradoras e ameaças de barragens.

> Foi nesse lugar tão rico que nós da SOF chegamos para executar uma política pública, uma assistência técnica, uma extensão rural para mulheres baseadas na agroecologia. (Mirian Nobre, 2018, Documentário construindo a autonomia)

Neste primeiro momento, a ATER Mulheres passou seis meses em processo de caracterização, em que as técnicas se empenharam para conhecer os bairros, as regiões, as agricultoras e suas demandas específicas. Também foi parte importante deste processo a emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que define o acesso à ATER e às demais políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em nota divulgada pela SOF, no dia 09 de dezembro de 2016, uma agricultora fez um balaço das atividades executadas pela SOF no período da ATER,

> Foi um trabalho muito lindo que essas técnicas fizeram conosco. Um trabalho diferente. Não vieram colocar em cima de nós o que a gente devia fazer, mas perguntaram o que a gente queria fazer. E nisso, muitas de nós, mulheres que estavam dentro de casa, que achavam que não tinham nada, que não sabiam fazer nada… hoje estamos aqui, com uma vida diferente, com documento na mão. Hoje tem muita coisa que aconteceu nas nossas vidas, e vocês sabem. Foi um caminho lindo para a gente, e deu muito trabalho para elas também. (SOF - Encontro Feminismo e Agroecologia reúne mulheres do Vale do Ribeira: “nós queremos lutar cada vez mais”, 2016)

Figura 9. Mulheres de Barra do Turvo que participaram das ações da SOF, via ATER mulheres.



Fonte: https://www.sof.org.br/mulheres-rurais-do-vale-do-ribeira-se-preparam-para-oficinas-e-uso-de-agenda-agroecologica/ 15/02/2024.

O projeto se manteve ativo através de apoio continuado (do Fundo Newton do Conselho Britânico[21]). A proposta de agroecologia feminista que a SOF introduziu em 2015 no Vale do Ribeira resulta de um processo mais amplo e muito mais longo, que reuniu mulheres agricultoras, equipes de ONGs, (ex) gestores públicos e algumas professoras universitárias de diferentes regiões do Brasil. Através das reuniões, visitas técnicas e outras atividades (feiras, intercâmbios) organizadas pela SOF, as mulheres foram incentivadas a se deslocar de suas relações e formas de organização iniciais no sentido de grupos

[21] O *Newton Fund* (Fundo Newton) é uma iniciativa do governo britânico que visa promover o desenvolvimento social e econômico dos países parceiros, por meio de pesquisa, ciência e da tecnologia. Lançado no Brasil pelo Ministro das Finanças britânico George Osborne, em abril de 2014, o Fundo Newton de fomento à pesquisa e inovação em países emergentes investiu £735 milhões em diversos programas que contemplam mobilidade, pesquisa e capacitação em 15 países. Deste total, cerca de £45 milhões foram investidos no Brasil até 2019.

de mulheres baseados na solidariedade, com ênfase no reconhecimento de seu trabalho agrícola e de sua contribuição na alimentação da família. Assim, progressivamente, foram mudando a natureza de suas atividades e sua posição nos bairros.

> Na RAMA já estamos no quarto ano e continuamos com a mesma ideia que nós já estávamos com o tripe de **fortalecimento das práticas agroecológicas**, porque já tinha agricultoras que já faziam e outras que fizeram a transição com a gente, com o tema de **comercialização** para que elas tenham a renda própria delas e construímos os grupos de consumo, com a ideia de acolher o que elas já produzem e não elas ficarem planejando o que os consumidores querem e com essa a ideia de **união pessoal e coletiva**, então tratar de temas de violência doméstica, sexualidade e aí com o tempo foi nascendo um quarto pé que é a **luta pela defesa do território,** como elas se envolvem e o poder de decisão e assim, nós nos organizamos nesses quatros pés. Esses grupos que tinham, uns vieram do grupo do ATER e outros as mulheres já tinham um grupo em que faziam crochê juntos e outros foram se criando com o tempo. (Entrevista realizada com integrante da SOF, no dia 02/08/2022)

Precisamos dividir a atuação da SOF com as mulheres agricultoras de Barra do Turvo em dois momentos. O primeiro momento acontece em 2015, com a execução da ATER mulheres com as agricultoras de 13 municípios do Vale do Ribeira, e durou dois anos; e em 2017, as ações se concentraram somente com as mulheres agricultoras de Barra do Turvo, através do financiamento do Fundo Newton do Conselho Britânico, e somente em 2019 as agricultoras decidiram pelo nome RAMA.

Em entrevista realizada com a agricultora **Dona Ada**., no dia 12/11/2023, ela informou que quando a SOF chegou em Barra do Turvo, elas vieram via ATER, isso em 2015, e elas tinham o interesse de construir uma cozinha industrial. Só que mais para a frente, as técnicas da SOF, em reunião com as nove (9) mulheres iniciais (Figura 10), perguntaram o que seria importante paraas mulheres:

> Daí eu pensei, cozinha industrial, o que a gente vai fazer, pão? Daí eu comecei a falar com as outras mulheres, quem quer cozinha industrial, para ter mais trabalho? A gente quer dinheiro, nós queremos vender o que a gente tem, eu tinha verdura perdendo. Faz sentido? **A gente quer é comercio, mais visão.** (Entrevista com a agricultora **Dona Ada.** 12/11/2023)

Figura 10. 1º reunião sobre comercialização das mulheres de Barra do Turvo – SP.



Fonte: https://www.sof.org.br/mulheres-rurais-barra-do-turvo/, 15/02/2024.

Nessa reunião, as mulheres agricultoras de três (3) bairros rurais: o Conchas, Bela vista e Rio Vermelho, tinham o interesse em produzir um ofício para ser encaminhada à prefeitura de Barra do Turvo – SP. A ideia é que o ofício apresentasse o grupo de mulheres e, assim, abrisse diálogo para debater as dificuldades que elas encontram para manterem a qualidade de vida das famílias em suas localidades e para a viabilizar a comercialização da produção delas para o posto em construção na BR 116.

Outras demandas que as mulheres agricultoras apontaram consistiram em diferentes atividades, tais como visitas de intercâmbio (observação orientada dos terrenos das participantes); mutirões para a construção de hortas elevadas e hortas em mandala; fossas sépticas; e manejo de agrofloresta; apoio para a apresentação de demandas perante à prefeitura e outras instituições; uma rede direta de comercialização com os grupos de consumo responsável, entre outras. (SOF, 2023). Essas experiências levaram a SOF a ampliar seus conhecimentos sobre agroecologia e o modo como o tempo das mulheres é organizado.

> Analisar as tarefas que as mulheres realizam historicamente, nos obrigou a ampliar o que são as práticas consideradas agroecológicas, e incorporar por exemplo a coleta de frutos e os

> diversos usos que elas fazem dos bosques, assim como a elaboração de artesanato com matérias primas locais; também nos levou a valorizar a produção de plantas medicinais, e a repensar estratégias, como incorporar a conservação que se realiza no âmbito familiar como função fundamental para assegurar a disponibilidade das sementes agroecológicas. Resgatar essas experiências nos permitiu também visibilizar como se utiliza o tempo das mulheres, tendo em conta a dificuldade de separar o tempo dedicado ao cuidado da casa e da família, do tempo destinado ao cuidado da horta e a cria de animais. (NOBRE, 2015, p. 66-67).

A integrante da SOF, em entrevista, aponta também que as mulheres agricultoras estão fazendo agroecologia em suas atividades cotidianas, relacionando suas práticas agrícolas com a natureza e a partir do manejo da cobertura vegetal e do solo, selecionando as espécies apropriadas para este tipo de solo e localização, além de armazenarem sementes para a próxima plantação. Há princípios de cuidado com a natureza, e são os mesmos princípios estabelecidos em casa e também na vida comunitária.

Em 2016, a mulheres agricultoras conseguiram a parceria com a prefeitura de Barra do Turvo para o transporte dos produtos cultivados pelas mulheres, a primeira entrega foi para o Quitandoca[22]. No dia 20 de fevereiro, oito (08) mulheres dos quilombos Cedro e Terra Seca, acompanharam o transporte de seus alimentos para a comercialização, na zona oeste de São Paulo. Este passo para a nova comercialização foi de grande importância para as agricultoras, que já entregavam para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), via - COOPERAFLORESTA[23], iniciativa do Governo Federal que adquire regularmente produtos de agricultores/as através da comercialização direta e incentiva a agricultura familiar.

No quadro 2, podemos perceber que as entregas realizadas pela Cooperafloresta de Barra do Turvo para o PAA, se deu efetivamente depois do ano de 2014 e vemos um aumento da participação das mulheres agricultoras, o

[22] Quitandoca fica localizado na Rua Guaicuí, 61, atrás do Largo da Batata, na cidade de São Paulo, e está aberta de terça a sexta, das 10h às 20h e aos finais de semana das 10h às 18h.

[23] A Cooperafloresta nasceu a partir da organização de famílias agricultoras quilombolas no Vale do Ribeira, visando superar as grandes dificuldades existentes na região. Atualmente é formada por 75 famílias organizadas em 20 grupos, envolvendo 300 pessoas nos municípios de Barra do Turvo em São Paulo e Adrianópolis e Bocaiúva do Sul no Paraná. Pertencemos às comunidades tradicionais e na nossa maior parte, já nos autos reconhecemos como remanescentes de quilombos. (https://www.cooperafloresta.com/loja-e-carrinho-c3m4, acessado em 20/04/2024)

que deve ser resultado da Resolução nº 44 do PAA, implementada a partir de agosto de 2011, no qual o Art. 2º a participação de mulheres deverá ser considerada como critério de priorização na seleção e execução de propostas, em todas as modalidades e por todos os operadores do Programa, desde que cumpram as demais exigências da referida modalidade do Programa. Já no Art. 3º são apresentados a porcentagem de mulheres participantes no Programa, onde serão destinados, no mínimo, cinco por cento da dotação orçamentária anual do PAA, no MDA e no MDS, para as organizações compostas por cem por cento de mulheres ou organizações mistas com participação mínima de setenta por cento de mulheres na composição societária. (BRASIL, 2011). A partir dos anos 2020 podemos verificar a discrepância em relação à participação das mulheres agricultoras em relação aos homens agricultores.

Quadro 2. Entrega do PAA feita pelas Mulheres e Homens que participam da Cooperafloresta, nos anos de 2010 a 2023.

ANO	Valor Formalizado (R$)	Valor executado (R$)	Fornecedor	
			Mulher	Homem
2010	232.655,20	0,00	15	38
2011	236.864,37	0,00	15	44
2012	224.173,04	0,00	11	40
2013				
2014	324.940,88	324.926,12	24	28
2015	----------	----------	--	--
2016	----------	----------	--	--
2017	111.999,94	85.665,46	10	04
2018	----------	----------	--	--
2019	----------	----------	--	--
2020	191.005,00	177.129,52	19	06
2021	----------	----------	--	--
2022	183.899,20	147.481,55	19	05
2023	359.938,56	192.858,04	19	05

Fonte: Transparência Publica Conab, 2024.

Segunda Nota divulgada no *site* da SOF, no dia 02/03/2016, no que diz respeito ao entusiasmo em relação a criação de mais uma possibilidade de venda, uma agricultora deu o seguinte depoimento: “A gente tem esperança de que vai dar certo, trazer melhoria para nós. Irá dar mais ânimo para produzirmos e também para aumentar nossa renda”. Neste dia havia uma variedade de bananas, palmito pupunha, limões, temperos e mais produtos e as agricultoras puderam conversar com consumidores paulistanos sobre os alimentos, o processo de produção e dicas de preparo.

Em um vídeo disponibilizado no Youtube da SOF, é possível ver como foi esse dia, as agricultoras e seus produtos na Quitandoca, e ouvir tanto as expectativas das produtoras, quanto dos consumidores. Para a Fabiana, do Grupo de Consumo Responsável Comer AtivaMente, é possível compreender a importância dessa troca tanto para as agricultoras no campo, quanto para os consumidores na cidade:

> Em relação à comercialização é bem importante esse projeto, o que a gente está propondo, é um desafio tanto pra gente que está na cidade que está se propondo a fazer essa comercialização, como para as mulheres que estão lá e se propõem a fazerem esse processo, e acho que o legal é que a gente está tentando realizar ele de uma maneira bem colaborativa, solidária entre as pessoas que estão na cidade e as que estão no campo, essa é a proposta, fortalecer quem está no campo e permitir o acesso a alimentos saudáveis para quem tá na cidade. Os alimentos tem uma história, tem quem plantou, ele foi plantado de uma forma diferente, por pessoas reais, que tem uma vida real e acho que nossa luta é única, uma luta contra o agronegócio e pela permanência das populações tradicionais na terra. A ideia é a gente se fortalecer e ir encurtando as cadeias e aproximando cada vez mais os consumidores dos produtores, eliminando algumas pessoas dessa cadeia que permite uma melhor remuneração para as produtoras e um preço mais acessível para quem está aqui na cidade (Comer Ativamente - Depoimento no vídeo de divulgação da primeira comercialização com os grupos de consumo responsável)

Após esse encontro foi fortalecida a parceria das mulheres com alguns poucos grupos de consumo, no qual sempre se fez essencial conhecer essas mulheres (Figura 11), saber como os produtos são produzidos e através disso estabelecer uma relação de confiança. No cartaz de divulgação de um evento de

comercialização de produtos das mulheres de Barra do Turvo, é também proposto atividades de troca de conhecimentos, como rodas de conversas sobre as dificuldades de comercialização, sendo assim, estabelecida uma rede de troca de experiências.

Figura 11. Cartaz de divulgação da comercialização e troca de experiencias com as mulheres de Barra do Turvo do Vale do Ribeira, no Quitandoca.



Fonte: https://www.sof.org.br/domingo-19-sera-dia-de-agroecologia-feminismo-e-feira-de-organicos-em-sao-paulo/,15/02/2024.

Além dos grupos de consumo em São Paulo, as mulheres agricultoras foram convidadas para participar da Feira de Agroecologia e Economia Solidária de Registro – SP (Figura 12). Esta Feira, realizada no município de Registro, surgiu como uma iniciativa do Grupo de Consumo Consciente com a finalidade de aproximar o campo e a cidade, consumidores e produtores do Vale do Ribeira, sendo que a primeira feira ocorreu no dia 16 de junho de 2018. Segundo informações contidas no *Facebook*,

> A feira se estabelece como um espaço de resistência, produzindo novas relações econômicas, baseadas em cooperação, solidariedade, respeito, diversidade e igualdade de gênero. O consumo de alimentos e produtos locais proporcionam as trocas de saberes, garantem os direitos humanos e da Terra, e favorecem a economia social e sustentável. E acreditamos que a agricultura familiar agroecológica e a garantia de que todos tenham acesso a alimentos livres de agroquímicos e de relações exploratórias de trabalho. (Post no Facebook da Feira de Agroecologia e Economia Solidária de Registro – SP, Publicado em 06/01/2019)

Figura 12. Participação das mulheres de Barra do Turvo na Feira de Agroecologia e Economia Solidária de Registro – SP.



Fonte: Facebook Feira de Agroecologia e Economia Solidária de Registro – SP.

Nesta feira, são comercializados tanto produtos *in natura*, quanto produtos beneficiados, artesanato, além de sempre contar com atividades culturais, como

música, rodas de conversas e aulas de yoga e capoeira. As mulheres da Barra do Turvo se organizam em grupos de produção, e fazem um revezamento para participar sempre das feiras em Registro. Segue o relato de uma agricultora de Barra do Turvo sobre a importância da Feira Agroecológica e Economia Solidária de Registro – SP.

> Essa feira é importante para nós porque faz muitos anos que moramos aqui e nunca tínhamos tido oportunidade de vender nossos produtos diretamente. As meninas conseguiram esse local, que foi muito difícil. É muito importante para nós porque a gente leva nossos produtos para vender e não é só vender. A gente percebe que lá não é só local de venda, é local de amigos. A gente vê os consumidores chegarem com alegria, comprar nossos produtos, a gente sente alegria de ver o pessoal alegre comprando produto natural. As mulheres têm uma oportunidade de fazer suas coisas e ter um lugar para levar, com pessoas humanas. Essa é uma feira diferente. Não é uma feira em que se chega lá e não conhece ninguém, põe suas coisas e simplesmente vende. Lá não, o pessoal vai para bater papo, conversar, se encontra. É um lugar gostoso. Tem roda de conversa, que a gente se aprofunda no desenvolver da feira. As pessoas preocupadas em como melhorar, tanto os consumidores como os agricultores. É um momento diferente para todos. (Agricultora de Barra do turvo – Noticia de 10/06/2019).

Vale reforçar o interesse das mulheres agricultoras de Barra do Turvo para participar da Feira de Registro, visto que os municípios ficam a uma distância de 145 km, o que leva quase duas horas para essas mulheres chegarem ao destino. Segundo dados do Observatório de Indicadores do Vale do Futuro, da Secretária de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, Registro é o maior município em números populacionais do Vale do Ribeira, com 59.947 pessoas (IBGE, 2022)

A SOF, ao longo de sua intervenção com as mulheres agricultoras de Barra do Turvo, desenvolveu uma proposta metodológica combinando a experiência da educação popular com a dos grupos feministas de reflexão. Partindo da reflexão da experiência e trajetórias de cada uma e do grupo, combinada com reflexão teórica, e enfatizando a dimensão de pensar a volta à prática. Nesse processo se trabalham os limites e possibilidades de cada uma e isso contribui para um maior autoconhecimento, e também para o desenvolvimento de habilidades como lideranças e multiplicadoras. Para as

mulheres sempre foram disponibilizados cursos, como por exemplo, a dinâmica do relógio, que visa debater a divisão sexual do trabalho, as participantes registram uma jornada diária de uma mulher e de um homem, para depois debater coletivamente as semelhanças e diferenças, e apontam questões sobrecarga das mulheres, sendo as primeiras que se levantam e as últimas que dormem em um dia de atividade contínua. e atividades que proporcionavam o aumento da autonomia pessoal e econômica.

A atuação da SOF contribuiu para afirmar a condição das mulheres como agricultoras, encorajar a formação de grupos baseados na auto-organização, a formular demandas e propostas específicas que refletissem sua situação local, transformar relações sociais com base na solidariedade, no reconhecimento do trabalho agrícola e na contribuição de seus trabalhos para a alimentação da família. Para uma das agricultoras, no vídeo Mulheres da Barra do Turvo comercializam em São Paulo, disponibilizado no Youtube da SOF, destaca-se que “Muitas mulheres falavam – mas eu não tenho nada, só uma hortinha em casa e de repente a gente viu que tinha um monte de coisa em casa. A gente se descobriu” (Youtube SOF, 2016)

Em geral, a consolidação dos grupos ocorreu através da criação de respostas concretas a questões específicas que elas mesmas levantaram: como cultivar diferentes plantas, como fazer fertilizantes naturais para manter a qualidade do solo, como tratar as águas de esgoto, como aumentar as vendas, como conseguir acesso à terra, como processar os alimentos para evitar perdas, como utilizar a balança, como usar a Internet para se comunicar com os grupos de consumo, como fazer o passo a passo para emitir notas fiscais, como convencer os homens a contribuir em certas tarefas, como organizar o trabalho com crianças pequenas, como permitir que mulheres controladas por seus maridos participem, etc. (Hillenkamo e Nobre, 2018, pp. 183-184).

O fragmento na sequência explicita a abordagem da Economia Feminista e agroecológica que a SOF desenvolve ao executar seus trabalhos no Vale do Ribeira:

> A contribuição econômica das mulheres do campo muitas vezes se oculta em relações que não necessariamente passam pelo dinheiro, como autoconsumo, trocas e doações daquilo que elas produzem. Retirar do próprio quintal quase toda a alimentação

> da família, intercambiar com a vizinha hortaliças por ovos, produzir plantas medicinais que substituem medicamentos, presentear com frutas parentes e amigos que vêm visitar no final de semana. São algumas atividades corriqueiras das mulheres rurais, cujo significado econômico nem sempre é levado em conta (SOF, 2016, p.06).

Foram realizados vários encontros de formação com as mulheres de Barra do Turvo (Figura 13), estes encontros integravam o Programa "Construindo capacidades e compartilhando experiências para uma economia inclusiva", que a SOF realizava no Vale do Ribeira com o apoio do Fundo Newton do Conselho Britânico. Esta atividade pretendeu responder às demandas das agricultoras que já estão envolvidas na venda direta para qualificar o processo, e também à demanda das demais de conhecer como ele se realiza. Foram promovidas atividades sobre as cadernetas agroecológicas e a dinâmica do relógio.

Figura 13. Encontro de Formação com as Mulheres de Barra do Turvo – SP pela SOF.



Fonte: https://www.sof.org.br/mulheres-rurais-barra-do-turvo/, 15/02/2024.

Sobre as cadernetas, Renata Moreno (2018) explicou que o resultado da adoção desse instrumento revelou "a quantidade de trabalho realizado e sua contribuição significativa para o sustento da casa" (Moreno, 2018, p. 207), além de dar visibilidade "para outras lógicas que movem a economia real, outras

racionalidades para além do dinheiro e do lucro, como a solidariedade e a reciprocidade" (Moreno, 2018 p. 207).

A adoção das cadernetas teria, ainda, provocado transformações em relação à noção de "dependência" e fortalecido a autoestima das mulheres trabalhadoras rurais que a usaram, inclusive servindo como um recurso para acessar direitos e políticas públicas a partir das anotações.

Além das cadernetas, outra técnica usada pela SOF é conhecida como dinâmica do relógio, utilizada para compreender as dimensões da divisão sexual do trabalho, consistindo em organizar um dia inteiro dos trabalhos de uma mulher e o dia inteiro de um homem, resultando na "representação gráfica da desigualdade manifesta na sobrecarga de trabalho das mulheres e na responsabilização majoritária das mulheres pelo trabalho doméstico" (Moreno, 2018, p. 202). Isto é, trata-se de uma dinâmica feita em grupo, cujo objetivo é demonstrar a desigualdade da divisão sexual do trabalho, servindo de base para o aprofundamento da reflexão sobre a desnaturalização dos trabalhos das mulheres. Moreno explicou que, ao dividir os tempos do cotidiano entre: tempo para a produção, para o trabalho doméstico e de cuidado, para a participação política, para o cuidado de si e para o ócio, as mulheres geralmente concluiriam que "somando as horas despendidas com cada 'tipo de tempo', seria preciso que seus dias durassem mais do que 24 horas para encaixar todas as atividades necessárias, o que revela a sobreposição dos tempos e a simultaneidade dos trabalhos" (Moreno, 2018, p. 204).

As Cadernetas Agroecológicas foram desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Agência Nacional de Agroecologia (ANA) a partir de 2013 para tornar visível o aumento da produção mercantil e não mercantil pela qual as mulheres são responsáveis, por meio do incentivo ao registro do destino do conjunto de sua produção agrícola, organizada em quatro categorias: autoconsumo, doação, troca e venda. Isso colaborou com que se reconhecessem como agricultoras e melhorou suas condições de negociação em suas famílias e mesmo com agentes do Estado, por acesso à documentação oficial. Em entrevista realizada com a integrante da SOF, ela faz uma análise dos usos das cadernetas agroecológicas e como a troca com as mulheres agricultoras de Barra do Turvo, se dá através de um aprendizado constante.

> Tudo é um aprendizado, quando você vai falar, quando você vai passar o resultado do grupo, isso de trabalhar coletivamente também é perceber esse lugar onde elas estão. Nas compras é muito importante elas anotarem, até para saber de quem é o que de cada grupo, e as cadernetas têm muito a ver com os caderninhos da pastoral da criança, ver e anotar o peso das crianças. Essa é a nossa visão de feminismo, um sujeito com muitas idas e vindas e perceber que as mulheres sempre foram tocadas pelo cuidado. (Entrevista realizada com **integrante da SOF**, no dia 02/08/2022)

Para Isabelle Hillenkamp e Miriam Nobre (2019), nas comunidades quilombolas, os moradores apontam que a continuidade dos grupos produtivos de mulheres depende de sua capacidade de se manter ativas no manejo territorial local, por exemplo, reivindicando os conhecimentos “tradicionais” e encontrando modos mais diversificados de comercializar seus produtos, incluindo mais mulheres e jovens. Iniciativas de mulheres precisam ajudar a criar reciprocidade e fortalecer o sentido de comunidade. Iniciada nas margens do conflito local entre “tradição” e “modernidade” capitalista, a proposta da agroecologia feminista em Barra do Turvo chegou a um estágio em que é convocada a desenvolver sua visão política e prática sobre a questão agrária e ambiental que se manifesta no território e assumir seus desdobramentos. Isso inclui novas responsabilidade econômicas e sociopolíticas para os grupos de mulheres em nível comunitário e a necessidade de construir novas alianças, desafiando as diferenças e conflitos existentes.

Nossa análise mostra que a transição para a agroecologia feminista em Barra do Turvo é um processo em andamento, que começou com uma ressignificação da produção agrícola e da alimentação, ganhando continuidade na atribuição de novo valor ao trabalho das mulheres, em algumas renegociações das relações de gênero em diferentes esferas (família, comunidade, mercado e, em menor grau, governo municipal), assim como em um novo engajamento das mulheres nas questões políticas locais. Essas mulheres expressam que “acordaram” ou que “quebraram uma parede”, “graças a essas técnicas da SOF que são diferentes”, porque são capazes de ouvir suas demandas.

É comum que as agricultoras se apresentem como sendo “da SOF” ou que usem a camiseta da Marcha Mundial das Mulheres. As mulheres, assim

como alguns homens, hoje se autodenominam “feministas” em Barra do Turvo, ao passo que esse termo muitas vezes é percebido negativamente nas classes populares em geral e no campo em particular. Esse processo baseou-se em solidariedades que se fortaleceram e expandiram com base em objetivos comuns entre os grupos de mulheres, cujo lugar e natureza nos bairros se transformou gradualmente. Essa dinâmica esteve baseada na experimentação e na afirmação progressiva de novas práticas e relações sociais que, de modo geral, visam uma maior autonomia e a reprodução da vida de formas ecológica e socialmente mais sustentáveis.

Esta experiência mostra a possibilidade de uma prática feminista da economia que confronte o conflito central entre capital e vida (Pérez Orozco, 2014) com base na valorização do trabalho reprodutivo – isso é, o trabalho doméstico, mas também trabalho de cuidado dos outros e da natureza (FisherI & Tronto, 1990) e criação de novos comuns (Federici, 2013), baseados na solidariedade. Esta prática econômica esteve intrinsecamente ligada à afirmação de uma política do cotidiano, que toma como ponto de partida a ação de grupos de mulheres em torno a questões como a defesa de seu território, trabalho e alimentação. Este ponto de partida encontra no contato com os movimentos sociais constituídos ao longo da história, os elementos necessários para a elaboração de um discurso sobre esta ação e para sua politização.

No entanto, esse processo depende, na Barra do Turvo e em outras experiências, de pequenos grupos, de um número reduzido de lideranças locais, de recursos financeiros e humanos oferecidos por ONGs como a SOF, e enfrenta diferenças entre as mulheres, o que tende a dificultar a construção de uma ação coletiva mais ampla. A SOF, como ONG feminista híbrida, nos termos de Álvarez (1999), colocou à disposição metodologia, recursos humanos e financeiros para iniciar ou fortalecer processos organizativos das mulheres rurais e posicioná-los na mobilização política.

Em âmbito nacional, a própria SOF faz parte de um processo político longo de quatro décadas, que começou com a demanda de reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais, que continuou com o questionamento das desigualdades de gênero na agricultura familiar e logo com à afirmação da necessidade de articular a agroecologia e o feminismo enquanto projetos políticos, e que se concretizou em políticas públicas que terminaram

abruptamente com a mudança de governo em 2016. Produzindo conhecimento não restrito ao debate acadêmico, mas também com e para os sujeitos políticos da agroecologia, essa pesquisa-ação buscou contribuir para a continuidade desse processo, em um momento em que, no Brasil, não se pode esperar que as forças de mudança possam vir do governo, e sim da sociedade civil organizada.

Em outubro de 2019 (Figura 14), em uma assembleia geral, agricultoras e quilombolas de Barra do Turvo marcaram e comemoraram os três anos de ampliação de uma rede, gestada junto a consumidoras/es responsáveis da grande São Paulo e construída por mulheres de oito comunidades rurais de Barra do Turvo. Cerca de 50 mulheres agricultoras, quilombolas e jovens rurais estiveram reunidas no CEAFIM (Centro de Envolvimento Agroflorestal Filipe Moreira)[24] para avaliar aprendizados e desafios, reafirmar acordos e pensar o futuro da rede de agricultoras. Em seus diversos momentos, a rede de agricultoras foi se reinventando de acordo com as demandas que surgiam: inicialmente as reuniões eram com pequenos grupos, cada qual em sua comunidade, nos salões da igreja de associação, no barracão do viveiro comunitário, nas pequenas varandas. Com o fim das políticas públicas, os encontros, a partir de 2017, passaram a ser no salão paroquial apenas com representantes de cada grupo.

[24] Centro de Envolvimento Agroflorestal Filipe Moreira (CEAFIM), no sítio Bom Recanto, Pedro Oliveira (Baiano) e Maria de Lourdes Bonaldi tradicionalmente abrem seu espaço para cursos e vivências voltadas a agrofloresta e agricultura sintrópica no coração do Vale do Ribeira, em meio à Mata Atlântica. São mais de 10 anos compartilhando experiências e saberes e a agrofloresta regenerativa é praticada há mais de 28 anos.

Figura 14. Assembleia em que as mulheres agricultoras escolheram o nome de Rama.



Fonte: https://www.sof.org.br/rede-de-agricultoras-e-quilombolas-de-barra-do-turvo-comemora-tres-anos-e-define-seu-nome/, 15/02/24.

A presença, na assembleia, de agricultoras com diferentes tempos de participação na Rede serviu para trazer experiências e exemplos que geraram os aprendizados e desafios. Um ponto importante comentado foi que, para além da comercialização, a organização das mulheres em grupos criou maior convivência, e tem ajudado as mulheres a saírem mais de casa, se sentirem “menos presa”. A coletividade também as ajuda a conhecer mais sobre os direitos das mulheres, a valorizar a produção da roça para o consumo e comercialização, a aproveitar produtos que antes perdiam na roça. Os mutirões sempre trazem aprendizados e trocas de saberes, além de aumentarem a confiança.

Um dos pontos importantes da assembleia foi reafirmar os acordos de funcionamento da Rede. “Alguns acordos já existiam, mas ainda não estavam escritos em regimento”, disse uma das agricultoras. Um princípio dos grupos de mulheres é produzir sem veneno e sem adubo químico. Outros acordos têm relação com a entrada de mais mulheres e grupos na rede, aos procedimentos (como o uso do fogo nas roças tradicionais feita por agricultoras quilombolas), a organização de mutirões, participação em feiras e comunicação entre os grupos.

Nesta assembleia se definiu o nome da rede: RAMA, Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras. Neste encontro, a agricultora Jane Aparecida Santos escreveu e proclamou a poesia (Figura 15):

Figura 15. Poesia feita por agricultura e declamado no dia da implantação do nome RAMA.

Rede Agroecológica de Mulheres
Agricultoras

No Vale do Ribeira
As mulheres se uniu
Com o trabalho na Agroecologia
As portas se abriu

A saúde melhorou
E o clima agradou

Em 2015, a SOF apareceu
Foi aí que conhecemos
São Paulo, Brasil, povo meu
Campo e cidade

O nosso grupo com carinho
e muita união,
Resgatou muitas mulheres
Que estavam em depressão

Vamo lá companheirada
Sair da situação
Somos todas agricultoras
E fazemos mutirão
Enfrentamos de tudo
Para aumentar a produção.

O trabalho é agradável
Aqui nós se anima
Temo tudo anotado
Na caderneta nós assina

Muitas mulheres que nos viram
Para o grupo vem chegando
Sabendo que aqui
Ninguém tá se enganando

Aqui no grupo nós já temos
Mulheres se aposentando
Com o trabalho que vem feito
Documento se ajeitando

Saímos cedo da cama
O trabalho nos chama
Fazemos a nossa feira
Que é muito bacana

Já plantamos
Já vendemos
E agora nosso grupo
Leva o nome da RAMA

(Jane Aparecida Santos)

Fonte: https://www.sof.org.br/rede-de-agricultoras-e-quilombolas-de-barra-do-turvo-comemora-tres-anos-e-define-seu-nome/, 15/02/24.

Este período inicial de formação da RAMA foi fundamental para que as agricultoras e as integrantes da SOF estabelecessem uma relação de parceria, sendo iniciadas atividades de comercialização com alguns GCRs em São Paulo, também foram idealizadas e executadas práticas que até hoje são realizadas pelas agricultoras da RAMA, como os intercâmbios e os mutirões. Contudo, é inegável o avanço no que tange ao fortalecimento dessas mulheres em grupos,

o desenvolvimento de um coletivo de mulheres com os mesmos interesses, que passaram a trocar informações, a trabalhar juntas e serem rede de apoio uma das outras. Além de desenvolver atividades de comercialização, gerando uma transformação econômica na vida dessas mulheres.

5.2.1 Práticas e saberes realizados pelas mulheres agricultoras da RAMA

A Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) é formada por cerca de 60 mulheres rurais, organizadas em grupos de produtoras sediados em diferentes bairros. Desde 2019 ocorreram muitas oscilações na quantidade do número de grupos ao longo dos anos de articulação, que variou entre 8 a 13 grupos, divididos em territórios quilombolas e bairros rurais - localizados no município Barra do Turvo, Vale do Ribeira- SP.

Em 2022 quando foi realizado o trabalho de campo, participavam da RAMA 12 grupos de mulheres distribuídos pelo município de Barra do Turvo, sendo eles: As Perobas, As Raízes, Ceafim, Conchas, Esperanças, Girassóis do Vale, Quilombo Cedro, Reginaldo, Rio Vermelho, Rochas, Rosas do Vale e Margaridas. Segue o quadro 3 com informações dos grupos, os bairros que pertencem e a quantidade de agricultoras que participavam.

Quadro 3. Informações sobre os grupos que compõem a RAMA.

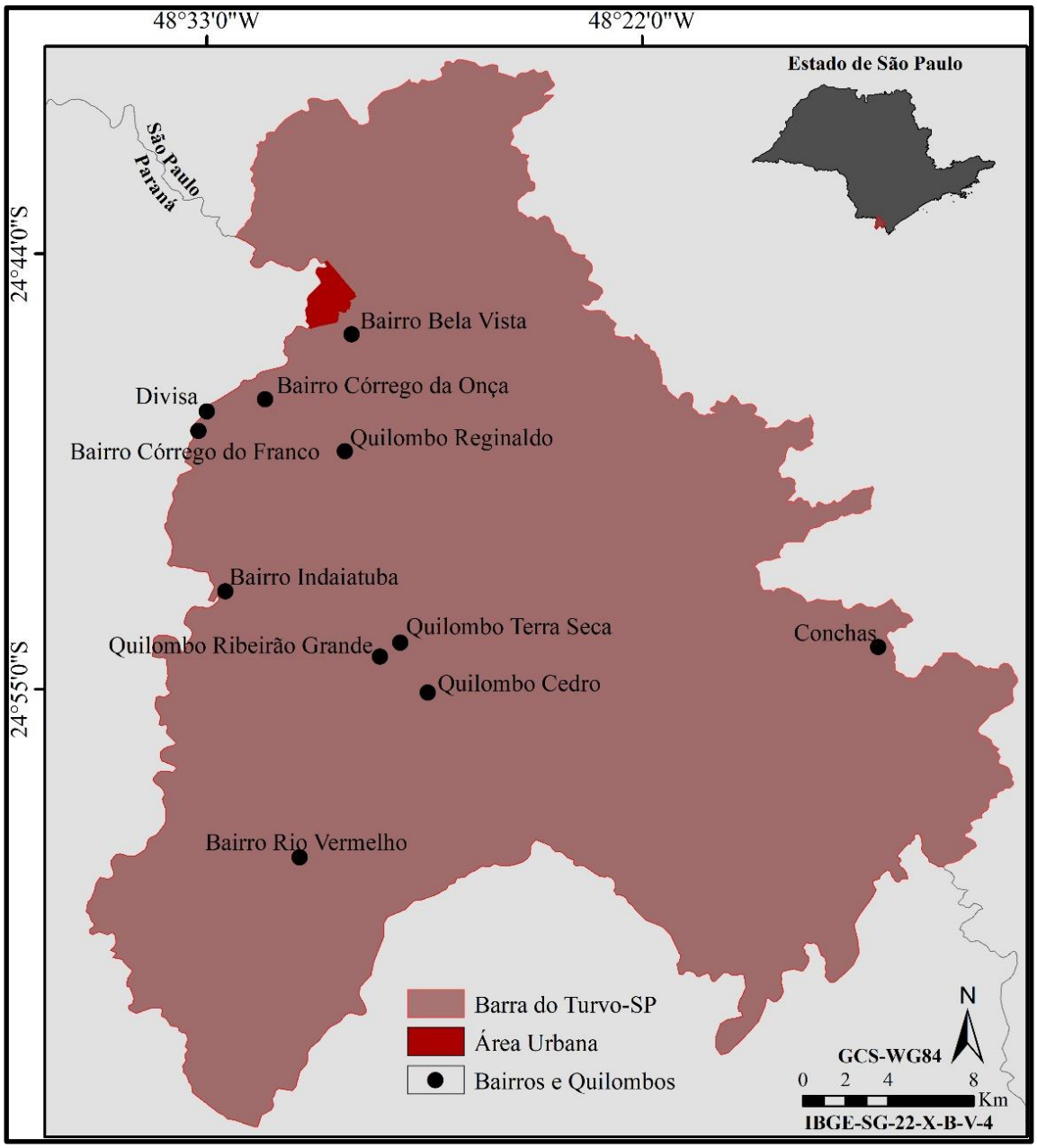
Bairros	Grupos	Agricultoras
Quilombo Terra Seca	As Perobas	9
Quilombo Ribeirão Grande	As Raízes	5
Córrego da Onça	Ceafim	1
Conchas	Conchas	1
Bairro Bela Vista	Esperanças	7
Divisa	Girassóis do Vale	5
Quilombo Cedro	Quilombo Cedro	3
Quilombo Reginaldo	Reginaldo	3
Rio Vermelho	Rio Vermelho	5
Quilombo Terra Seca	Rochas	6
Bairro Córrego da Onça e do Franco	Rosas do Vale	7
Bairro Indaiatuba	Margaridas	3

Fonte: Trabalho de campo, 2022.

As agricultoras estão localizadas em 11 bairros rurais no município de Barra do Turvo (Figura 16), uma localidade em que a maior parte dos seus habitantes se encontra na área rural, estes bairros passam a ter uma importância tanto na dinâmica populacional como econômica. De acordo com Souza e Hespanhol (2010), os bairros rurais surgem como resultado da efetiva produção do espaço local, o trabalho nele exercido e a transformação cotidiana do meio natural e continuidade de vida. Para Lefebvre:

> A comunidade rural é uma forma de agrupamento social, que organiza, segundo modalidades historicamente determinadas, um conjunto de famílias fixadas no solo. Estes grupos elementares possuem, por um lado, bens coletivos e indivisos, e por outro, bens privados, conforme relações variáveis, mas, sempre, historicamente determinadas. Encontram-se ligados por disciplinas coletivas e designam – tanto tempo quanto a comunidade guarda uma vida própria – mandatários responsáveis para dirigir a realização dessas tarefas de interesse geral (LEFEBVRE, 1986, p. 156).

Figura 16. Localização dos bairros rurais em que há grupos de mulheres pertencentes a RAMA – 2024.



Fonte: Cartas Topográficas município de Barra do Turvo – IBGE Organizado: Simone Rui.

Segundo dados do relatório anual da SOF, a RAMA produziu uma grande variedade de produtos. No ano de 2020, somavam 250 produtos entre alimentos processados, *in natura*, artesanato, fitoterápicos e mudas. Para alimentos *in natura,* a variedade também é alta, pois elas praticam o cultivo de árvores frutíferas, hortaliças, ervas medicinais e aromáticas, raízes e tubérculos, além de culturas como arroz, café e milho (SOF, 2021). Os principais alimentos que são

comercializados e são carros chefes das agriculturas, principalmente por serem alimentos tradicionais da região, são: a mandioca, a banana e o inhame, todos eles são cultivados em mais de uma variedade. Com o crescimento do escoamento de sua produção, a RAMA vem aumentando sua área de cultivo para que possa produzir mais e garantir alimentos para a autossuficiência e a segurança alimentar de suas famílias (Santos, 2023).

No relatório anual da SOF DE 2022, o único encontrado no *site* da SOF, se informa que, no último semestre foram realizados 2 mutirões de práticas agroecológicas com a participação de 13 agricultoras. Foram realizadas 16 atividades de acompanhamento nos bairros rurais de Barra do Turvo com temas diversos de trabalho entre eles, etnomapeamento, corpoterritório, Rede Comunitária de Comunicação, construção da autogestão do coletivo de juventude da RAMA, oficina de produtos de cosmético natural com o coletivo de juventude da RAMA, custo de produção dos chips (mandioca e banana) e também foram realizadas quatro (04) reuniões do Conselho da RAMA, com a participação de 17 mulheres, cinco (5) atividades de acompanhamento nos bairros e uma oficina com o coletivo de jovens com a participação de outras 20 agricultoras.

No que diz respeito as entregas junto aos Grupos de Consumo de Responsáveis foram realizadas 12 compras diretas entre as agricultoras e grupos de consumo solidário. Participaram dez (10) grupos de mulheres envolvendo 67 agricultoras nas entregas para 17 coletivos, institutos e grupos de consumo e se reuniram cinco (5) vezes para gerir a compra. A soma total das compras mensais do ano foi de R$ 184.779,97.

Em entrevista com a **integrante da SOF**, ela informou que:

> [...] o desenvolvimento da RAMA, como conhecemos hoje, já passou por muitas transformações, a primeira é a do ATER, onde ocorria muitas atividades coletivas e individuais com as mulheres agricultoras de todo o Vale do Ribeira, depois o momento de transição de projeto, na qual combinava a reunião no centro do município de Barra do Turvo e elas tinham que dar um jeito de chegar seja com ônibus municipal ou carro próprio e para quem não conhece a realidade de Barra do Turvo não é fácil, um exemplo de um extremo ao outro, os bairros Conchas e o Indaituba estão a 90 km de distância e não tem muitas linhas de ônibus à disposição, mas elas davam um jeito e participavam

> das reuniões que aconteciam uma (1) vez por mês. (Entrevista realizada com a **integrante da SOF**, no dia 02/08/2022)

Os encontros da RAMA nos mutirões, assembleias e reuniões acontecem com uma periodicidade de uma (1) por mês, a SOF, colabora pagando o taxi e facilitando o deslocamento das mulheres da RAMA. Nas reuniões são sorteadas onde será o próximo mutirão, e são debatidas dificuldades de produção, qualidade dos alimentos ou alguma demanda que as agricultoras trazem. Cada grupo estabelece uma dinâmica própria entre eles,

> Nos bairros temos diferentes tipos de organizações, tem alguns que fazem mutirão toda semana e isso independe da SOF ou da RAMA, e tem grupos que nunca se encontram e tem aqueles que se encontram para tudo. (Entrevista realizada com **integrante da SOF**, no dia 02/08/2022)

Na RAMA, também tem o grupo de jovens que visa a formação no feminismo e discussões sobre corpo e sexualidade e questões sobre métodos contraceptivos e gravidez. Em 2022 participavam deste grupo 14 jovens com idade entre 13 e 16 anos.

Um pilar do trabalho da SOF com as mulheres agricultoras da RAMA, foi a valorização do seu saber, fazendo elas reconhecerem que tem conhecimento a ser transmitido. Para além da ajuda na comercialização, a SOF proporcionou para essas mulheres uma autoestima em relação aos seus conhecimentos, seu poder de fala, a valorização da sua história. Em entrevista realizada a uma das agricultoras, ela reflete que a presença das técnicas da SOF trouxe muita coisa boa.

> Eles me fizeram me **sentir gente**, até ali eu tinha medo, achava que ia falar tudo errado e hoje eu falo, já me conformei que eu sou caipira, mas eu falo do jeito que falo. E elas me falavam assim, fala do seu jeitinho, se o caboclo não gostar é problema dele. Porque assim, se me colocar um papel eu não vou saber responder, mas se me perguntarem certinho, eu sempre tento responder. (Entrevista com **Dona Ada** 12/11/2023)

As mulheres da RAMA são constantemente convidadas a falarem sobre a suas experiencias de grupos de mulheres agricultoras, sejam em rodas de conversas em Institutos de Comercialização de Economia Solidária como o

Chão[25] e o Baru[26], em São Paulo, como também divulgar os curtas e filmes produzidos pela SOF. O último material produzido foi o filme “Vida em Mutirão”, dirigido por Marilia Santana (Figura 17). O filme apresenta os mutirões da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras de Barra do Turvo (RAMA) e da Rede de Comercialização Solidária, que consome os alimentos produzidos pelas mulheres.

Figura 17. Filme Vida em Mutirão.



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=yDOH0Ni4Mrk&t=291s, 28/04/2024.

O vídeo mostra as práticas feministas e coletivas de organização de trabalho, também presentes nos encontros e trocas de conhecimentos nos

[25] O Chão é uma associação de trabalhadores, sem fins lucrativos, que segue os princípios da Economia Solidária, uma política econômica do cuidado, tendo as pessoas como sujeito e finalidade da atividade econômica. Articula e integra redes que fomentam a autonomia, o cooperativismo, a autogestão, o antirracismo, o feminismo, o antifascismo, o anticapacitismo e a redistribuição radical de renda. Fica localizado na Rua Harmonia, 114 - Vila Madalena, São Paulo / SP - 05435-000, horário de funcionamento de segunda a domingo das 8h às 17h.

[26] Baru é uma associação sem fins lucrativos, que comercializa produtos orgânicos e pratica a economia solidária. Localizado na Rua Boturoca, 206 - Butantã, São Paulo/SP, horário de funcionamento de segunda a domingo das 8h às 17h.

territórios do vale do Ribeira e na organização da rede de grupos de consumos responsável na Grande São Paulo. A diretora do filme relata que:

> Hoje junto com essa rede de mulheres e coletivos eu vejo quantos “presentes possíveis” estão sendo construídos, batalhados e vividos todos os dias. Mulheres que trabalham criando alternativas sustentáveis e responsáveis, que cuidam dos seus territórios para os seus e para os outros…. É essa voz que queremos mostrar e colocar nos materiais audiovisuais. Também agradeço a SOF pelo desafio de fazer o “Vida em Mutirão” acontecer. A oportunidade que a SOF nos ofereceu de poder criar um filme, mostrando as potencialidades da RAMA, o trabalho feminista e coletivo que elas desenvolvem nas organizações dos mutirões e a diferença que fazem nos seus territórios, isso sim é viver um presente possível, é usar o nosso trabalho como ferramenta para ajudar na contação de registros tão importantes. (SOF, 2024)

O filme “Vida em Mutirão” foi produzido pela Sabi Filmes junto da SOF e da RAMA, com apoio da *Federation Genevoise de Cooperation*, e apresenta os mutirões da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras de Barra do Turvo (RAMA) e da Rede Esparrama (Rede de Grupos de Consumo Responsável que apoiam a RAMA). O filme mostra as práticas da economia e de organização do trabalho coletivo presentes nos encontros e trocas de conhecimentos nos territórios do Vale do Ribeira e na Grande São Paulo. Para isso, tem como foco os mutirões de trabalho, momento que concretiza muito dos princípios políticos trabalhados pela agroecologia.

As mulheres da RAMA participaram da divulgação desse material na sede da SOF em São Paulo, como em eventos produzidos pelo Sesc – Registro/SP (Figura 18). As mulheres são sempre incentivadas a falar por elas mesmo, sem intermediários e participarem de rodas de conversas, contarem as suas histórias, e essas mulheres tornam se sujeitos cada vez mais empoderadas e carregando consigo o poder de saber o seu valor.

Figura 18. Divulgação do filme Vida em Mutirão no SESC – Registro/SP.



Fonte: https://www.sof.org.br/agroecologia-economia-solidaria-feminismo-de-experiencias-como-rama-e-amesol-sao-debatidos-em-atividades-do-sesc-registro/ 22/04/2024.

Uma agricultora, no filme Vida em Mutirão, relata que os mutirões surgiram inspirados nos intercâmbios que aconteciam junto aos Grupos de Consumo Responsáveis.

> A RAMA é um grupo grande de mulheres que se juntou no Vale do Ribeira, antes era 9 e agora são 11. E em cada reunião que nós fazemos, a gente traz um levantamento do que queremos para o futuro. E dentro de uma reunião dessa que nós estávamos, eu falei que assim como tem intercambio do Grupo de Consumo que vem aqui para conhecer o nosso trabalho, a gente não conhece uma à outra direito, não conhece os territórios, o jeito que eles trabalham, o terreno deles, então a gente resolveu fazer mutirão (Vida em Mutirão, julho de 2023)

Portanto, um outro ponto importante da RAMA são os intercâmbios (Figura 19) com os Grupos de Consumo Responsáveis e ocorriam semestralmente antes da pandemia. São atividades em que os Grupos de Consumo vão para Barra do Turvo e passam, em média, três (3) dias conhecendo as agricultoras, além de fazerem vivencias nas roças, uma construção de saberes para que as pessoas de São Paulo conheçam os desafios da produção. Elas aproveitam essa reunião para fazer assembleias com todo mundo e sempre que possível as mulheres da RAMA vão para São Paulo conversar e conhecer os grupos com os quais elas comercializam.

Figura 19. Intercambio dos Grupos de Consumos Responsáveis com as mulheres da RAMA.



Fonte: https://www.sof.org.br/feminismo-agroecologia-uniao-campo-cidade-4-anos-rama-e-rede-grupos-de-consumo-responsavel/, 15/02/2024.

A construção de vínculos de confiança e responsabilidade, fomentada pelo intercâmbio, se apresenta como forma de resistência, contrapondo à lógica capitalista, às grandes redes de supermercado e à falácia da “economia verde”. Nessa lógica, as visitas nas roças, presenciando os processos agroecológicos e produções sem veneno, respeitando a natureza e os saberes tradicionais, leva a pensar para muito além das certificações tradicionais, como o mercado convencional de orgânicos, que se baseia em selos com critérios restritos, processos pouco acessíveis aos agricultores e relação distante dos consumidores com quem produz sua comida. Também provoca a reflexão de que, a qualidade dos alimentos sobrepõe-se a questões estéticas, como embalagens e padrões mercadológicos de comercialização. (SOF, 2022)

Sendo assim, o intercâmbio tem como objetivo fortalecer a relação campo e cidade, por meio da troca de experiências e contato com a realidade do território, desenvolvendo espaços de discussão para elaborações e reflexões sobre o funcionamento da rede. A conexão direta entre os consumidores e as agricultoras leva ao reconhecimento dos desafios enfrentados pelas mulheres e valorização de suas produções, modos de vida e formas de luta.

O desenvolvimento da RAMA, uma rede que foi criada para trazer benefícios individuais e coletivos para as mulheres de Barra do Turvo, e para o mercado consumidor em São Paulo, ao longo de cinco (5) anos, foram constantes os aprendizados tanto para as técnicas da SOF, que sempre buscaram estabelecer uma relação de confiança com as mulheres agricultoras e de propiciar uma ligação com os Grupos de Consumo Responsáveis. Foram elaboradas ações conjuntas para a produção de alimentos, comercialização e troca de conhecimento, rodas de conversas, participações em marchas e manifestações, desenvolver matérias nas mídias, na qual as agricultoras da RAMA contam suas próprias histórias. De fato, se percebe que existe um processo de extrema confiança entre todas as pessoas dessa rede que se estabeleceu com princípios de solidariedade, feminista e em busca de uma autonomia econômica e pessoal das mulheres agricultoras de Barra do Turvo.

5.3 Do conceito de rede à rede de mulheres agricultoras

Nas ciências humanas, a rede tem sido pensada como forma particular de organização, urbana, transnacional – econômica – política, e, sobretudo, técnica. Para Dias (1995), a rede apresenta a propriedade de conexidade, isto é, através da conexão de seus nós, ela, simultaneamente, tem a potencialidade de solidarizar ou de excluir, de promover a ordem e a desordem. Além disso, ela destaca que a rede é uma forma particular de organização, e no âmbito dos processos de integração, de desintegração e de exclusão espacial, ela “aparece como instrumento que viabiliza [...] duas estratégias: circular e comunicar” (Dias, 1995, p.147).

O conceito de rede pode ser um instrumento analítico e metodológico para pensar a organização das mulheres, da ONG e no processo de distribuição da produção da agricultura e dos produtos beneficiados e como representa um recurso importante na compreensão do papel efetivo que o território possui nessa relação, como também quanto aos seus efeitos sobre a organização territorial.

A rede é um sistema de nós interligados. E os nós são os pontos onde a curva se intersecta a si própria. As redes são estruturas abertas que evoluem, acrescentando ou removendo nós, de acordo com as mudanças necessárias para conseguir atingir os objetivos da rede. Os nós das redes são lugares de conexão, de poder e de referência, as redes são portadoras de ordem. Para Castells (1999, p.498), "rede é um conjunto de nós interconectados" com grande flexibilidade para lidar com a complexidade das sociedades contemporâneas, sob o paradigma informacional.

> [...] redes são estruturas abertas capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico, suscetível de inovação, sem ameaças ao seu equilíbrio. (CASTELLS, 1999, p.499)

Segundo Dias (1995), as redes aparecem como um instrumento que viabiliza duas estratégias: circular e comunicar. Para Manuel Castells, em “A

Sociedade em Rede" de 1999, as "redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura" (Castells, 1999, p.497).

A Geografia brasileira tem nas publicações de Roberto Lobato Corrêa e Leila Dias um marco indiscutível no uso e na difusão do conceito rede geográfica. Inspirado em K. J. Kansky, na década de 1990, Corrêa e Dias concebem a rede geográfica como "um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações" (Corrêa, 1997, p. 107). A rede geográfica é definida como "o conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxo" (Corrêa, 2012, p. 200); redes sociais tornam-se geográficas quando consideramos sua espacialidade. (Dias, 2020).

Dias (2005) chama a atenção de que para compreender a interação entre as redes e os territórios, é preciso que reconheçamos que suas lógicas de organização e funcionamento são distintas. Enquanto a lógica das redes é determinada, sobretudo pelas ações e estratégias dos atores que as planejam, modelam e regulam; a lógica que orienta a dinâmica dos territórios, por sua vez, resulta da oposição entre mercado e sociedade civil. Para a autora:

> [...] a lógica territorial também deve ser desvendada como resultado de mecanismos endógenos – relações que acontecem nos lugares entre atores conectados pelos laços de proximidade espacial – e mecanismos exógenos – que fazem com que um mesmo lugar participe de várias escalas de organização espacial (DIAS, 2005, p.20).

Podemos lembrar de uma afirmação de Milton Santos que destaca a importância da contiguidade na conformação das relações sociais:

> ... a proximidade que interessa ao geógrafo [...] não se limita apenas a uma mera definição das distâncias; ela tem que ver com a contiguidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações (SANTOS, 1996, p.255)

Segundo o Dictionnarie de Géographie Humaine, mais atual e inovador, dirigido por J-P. Charvet (2000, p. 150-155), o termo rede pode utilizar-se de três

formas: para a rede urbana, para a rede de transportes e comunicações e para as redes territoriais.

Castells em “A sociedade em rede” (1999), destaca que, embora essa forma de organização social tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação estaria fornecendo a base material para sua expansão em toda a estrutura social, e as redes constituiriam a nova morfologia social de nossas sociedades. Partindo da ‘revolução da internet’, a noção de rede é central para toda a demonstração desse autor baseada no axioma de ‘primazia da morfologia social sobre a ação social’ (Castells, 1999). Embora central, sua concepção de rede é cercada de imprecisão conceitual; pelo menos vinte sentidos diferentes estão presentes no livro até a definição minimalista apresentada na conclusão: “a rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos” (p. 498).

A descrição de sua complexidade estaria baseada em três dimensões básicas e independentes: organizacional, temporal e espacial. A dimensão **organizacional** compreenderia os agentes sociais, a origem, a natureza dos fluxos, a função, a finalidade, a existência, a construção, a formalização e a organicidade; a **temporal** diria respeito ao conhecimento da duração, da velocidade dos fluxos e da frequência; e a dimensão **espacial** incluiria o conhecimento da escala, da forma espacial e das conexões. (Castells, 1999)

Por conta disso, e pelo seu caráter multidimensional e sua polissemia, a rede acaba afirmando, sobretudo nas áreas urbanas, sua onipresença e sua onipotência (Musso, 2003). Essa condição de muitos usos e referências tem também tornado a rede uma metáfora ubíqua, o que tem levado a perda de sua precisão analítica (Thompson, 2003). Nesse contexto, o significado e o uso do conceito de rede vêm sendo ampliado através de uma extensa e diversa agenda de pesquisa envolvendo distintas proposições e abordagens disciplinares.

Do ponto de vista da contribuição das Ciências Humanas em especial, e da Geografia em particular, alguns aspectos merecem ser destacados. Um primeiro é de que no atual contexto de afirmação dos fluxos e de consequente demanda de maior fluidez e funcionalidade técnica aos territórios, pensar a noção de rede implica que consideremos seu caráter instável pela dinamicidade

de sua constituição e funcionamento. De acordo com Lucien Sfez, “a rede é uma estrutura de interconexão instável e sua estrutura reticular é composta de elementos em interação, cuja variabilidade segue algumas regras de funcionamento”. Para o autor, essa instabilidade ocorre “porque as variações do fluxo induzem conexões novas a cada etapa – extensão, redução ou novo tecer da rede – mas também adaptação do organismo às novas condições do ambiente” (Sfez, 2001, p.97).

Quanto a sua forma e materialidade, a rede, segundo Curien e Gensollen (1985), é toda infraestrutura, que permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, se inscreve sobre um território. Por sua vez, quanto à sua constituição, ao seu conteúdo e à sua essência, a rede “é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam” (Santos, 1996, p. 209).

Pesquisas no campo da Geografia buscam integrar as perspectivas espaciais, zonal e reticular, quando, por exemplo, rompem a dicotomia entre rede como fluxo, conexão (espaço relacional) e território como superfície delimitada (espaço absoluto), território entendido como espaço geográfico dinâmico, demarcado por processos de apropriação e de controle de indivíduos ou grupos. “Território descontínuo” (Souza, 1995) e “território-rede” (Haesbaert, 1994, 2006) representam um tipo particular de território, caracterizado simultaneamente por limites e conexões e onde a questão prioritária é o controle de fluxos.

Um aspecto a considerar se refere ao fato de que a rede, além de ser animada por fluxos, é também dinâmica e ativa, mas não traz em si mesma seu princípio dinâmico, que é o movimento social. Esse é produzido tanto por dinâmicas locais, quanto globais, notadamente demandadas pelas grandes organizações (Santos, 1996). Ou seja, deve-se ter presente que a rede não pode ser pensada enquanto protagonista que diretamente determina economias e influenciam sociedades, ou mesmo que promove uma inexorável desterritorialização (Offner, 2001). A rede deve ser entendida como produto da sociedade em determinado momento histórico, e acima de tudo como suporte de ações. Nessa perspectiva, Dias (2005, p.23) assinala que:

> [...] à rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa a escala das ações sociais. As escalas não são dadas a *priori*, porque são construídas nos processos. [...] Nem local, nem global, a rede conecta diferentes pontos ou lugares mais ou menos distantes e permite a ampliação da escala da ação humana até a dimensão global.

Entende-se que a realidade da interação entre rede e território tem negado os mitos da desterritorialização e de um espaço dual, bem como aquele dos possíveis efeitos estruturantes que a rede tem sobre o território (Offner, 2001). Todavia, a rede não é neutra quanto à dinâmica territorial, ela torna possível a criação ou o reforço da interdependência entre os lugares, formando um sistema. De acordo com Offner e Pumain (1996), a rede também não cria um espaço dual, mas pode contribuir para a produção de desigualdades territoriais. A rede ao ligar pontos e lugares, tanto é um fator de coesão, de solidariedade, de integração territorial, como de transgressão, de desordem e de exclusão de territórios, quando opõe sua lógica funcional às malhas institucionais.

Concebendo o conceito de redes como eminentemente geográfico, Bakis (1993) levou em consideração três características na composição espacial de uma rede.

A) as redes caracterizadas pela polarização dos pontos de atração e de difusão através do entrelaçamento representado pelas redes urbanas na descrição estrutural das cidades;

B) as redes são representadas por uma projeção abstrata para representação espacial do globo terrestre, ao utilizar em mapeamentos uma rede formada por paralelos e meridianos;

C) as redes são constituídas de projeções concretas, por meio de linhas de relações e de conexões no espaço geográfico, que representam as redes de circulação visíveis em sua extensão territorial. E as redes de telecomunicações, que, apesar da falta de linhas “visíveis”, têm uma infraestrutura física reduzida aos nós (torres).

As redes são abordadas por Santos (1999), a partir de duas matrizes, sendo uma que representa a realidade técnica (material) e a outra que

representa o dado da realidade social. A rede, enquanto realidade material, é caracterizada pela infraestrutura existente na organização espacial, que possibilita a cooperação mútua de equipamentos para permitir os fluxos de matérias (bens), de energia, de informações e de pessoas, caracterizando uma topologia que hierarquiza os pontos de acesso (origem) e terminais (destino). E incluem os arcos de transmissão e nós de bifurcação dos fluxos de bens e de comunicação/informação (Curien, 1993; Santos, 1999). E a rede apontada como um dado da realidade social é constituída pelas relações sociais e pelas ações políticas das pessoas, das mensagens e dos valores que frequentam e/ou que (re) constroem constantemente as redes (Santos, 1999). É importante destacar que as redes são constituídas de infraestrutura, de relações econômicas e sociais, permitindo a circulação e a geração de fluxos no espaço geográfico.

Nas redes, a circulação de pessoas, de bens e de informações é criada e (re) produzida de forma variável pelos agentes, que agem em função da evolução dos projetos políticos e econômicos. As redes dependem dos agentes que controlam os pontos e gerenciam as inter-relações dos fluxos que circulam e se comunicam. A circulação e a comunicação se interpenetram, se articulam e se interagem, tornando-se misturadas, entrecruzadas e tecidas uma com a outra, concedendo poder a uma trama específica (Raffestin, 1993).

O funcionamento da rede implica desigualdades de acesso espacial e informacional entre os agentes localizados nos pontos (nós) da rede. Ao considerar as desigualdades econômicas, sociais e espaciais, Santos (1999, p. 222) apontou as dualidades existentes nas redes:

> As redes são, pois, ao mesmo tempo, concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e de forças centrífugas. É comum, aliás, que a mesma matriz funcione em duplo sentido. Os vetores que asseguram à distância a presença de uma grande empresa são, para esta, centrípetos, e, para muitas outras atividades preexistentes no lugar do seu impacto, agem como fatores centrífugos (...) mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam novos.

Presentes nas redes, as desigualdades socioespaciais são formas de manifestações resultantes das coações técnicas, econômicas, políticas e sociais que promovem a seletividade espacial, principalmente aquelas demonstradas

nas ações que integram os agentes econômicos mais importantes (Dias, 2001). As redes surgem das necessidades estratégicas que viabilizem os fluxos materiais (mercadorias e pessoas) e imateriais (serviços e informações) entre as diferentes localidades distribuídas sobre o espaço geográfico.

Deste modo, as redes geográficas são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida. As redes sociais são historicamente contextualizadas, portanto, mutáveis, das quais são exemplos a rede de parentesco, englobando os membros de uma grande família, ou a de um grupo de pessoas que se organizam em torno de um interesse comum. (Correa, 2011).

Portanto, para Correa (2011), a rede se torna geográfica quando nós a consideramos em sua espacialidade. A passagem de uma rede social para uma rede geográfica se dá quando assim a consideramos, a despeito de sua necessária espacialidade, expressa em localizações qualificadas, e com interações espaciais entre elas.

A Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras se desenvolveu numa troca de saberes e mercadorias que se deu no espaço de Barra do Turvo e São Paulo através da união de mulheres rurais e as mulheres da ONG Sempreviva Organização governamental, na qual estas reconheceram a necessidade de criar um mercado consumidor, e que apesar da distância, se deu na cidade de São Paulo por meio dos Grupos de Consumo responsável, permitindo que fosse possível criar redes para desenvolver uma economia solidária e responsável.

5.3.1 Grupos de Consumo Responsável: solidária no campo e na cidade

A rede de Grupos de Consumo Responsável (GCR) que participa das compras dos produtos produzidos pelas mulheres da RAMA começou a funcionar em 2016 e com cinco (5) grupos de consumidores na cidade de São Paulo, que adquiriam legumes e verduras, frutas, alimentos processados, medicamentos naturais e mudas oferecidas mensalmente. Essa rede visava criar um mercado controlado pelas mulheres agricultoras, no sentido de que elas determinem o tipo e a quantidade de produtos que podem oferecer (deduzidas as quantidades necessárias para o consumo familiar, trocas e doações) e

propunham os preços, em troca de alimento variado e de qualidade por preços acessíveis. (SOF, 2021)

No Brasil, no fim dos anos 1970, ainda que de forma incipiente, surgiram as primeiras iniciativas de consumidores organizados em rede para a aquisição de produtos orgânicos: a Coolmeia − Cooperativa Ecológica, em Porto Alegre (RS); e a Coonatura − Cooperativa de Consumidores de Produtos Naturais, no Rio de Janeiro (RJ). Entretanto, com a expansão das lojas de produtos naturais e da venda dos orgânicos nos supermercados nos anos 1990, essas iniciativas foram encerradas (Carneiro, 2012).

Segundo informações do Instituto Kairós, uma organização da sociedade civil fundada no ano 2000 que trabalha com educação para o consumo responsável e que, desde 2004, atua com iniciativas de consumo responsável e coletivo, os GCRs são organizações de pessoas com a iniciativa de consumir alimentos em que haja o cuidado com as formas de produção e as condições de vida de quem produz, assim, fortalecendo a agricultura familiar, os alimentos agroecológicos e a economia solidária, para que o escoamento de produtos seja pautado por uma lógica diferente da logística de distribuição dos grandes mercados (Kairós, 2017). Os princípios para o seu funcionamento são a horizontalidade, a autogestão na administração, a cooperação e a solidariedade entre produtores, consumidores e gestores do grupo, para que exista uma interação entre campo-cidade com práticas agroecológicas, comércio justo e alimentação saudável, capaz de fortalecer a soberania alimentar (Lorenzo et al., 2020).

O consumo pode ser compreendido como um ato político, pois pressupõe escolhas. Ao escolher comprar este ou aquele produto, também se alimenta certas atitudes que podem ser sustentáveis ou prejudiciais ao meio ambiente e às relações sociais.

> Apesar de que nem sempre temos todas as informações que gostaríamos, é importante refletir sobre as escolhas de consumo e buscar saber o que acontece antes do produto chegar em nossas mãos, como foi produzido, com quais matérias-primas, se gerou algum impacto ao meio ambiente, se os trabalhadores foram explorados no processo de produção, como está sendo comercializado, se o comerciante está recebendo uma remuneração maior que os produtores etc. Assim, diante desses questionamentos, podemos saber o que estamos apoiando

> (quais formas de produção e comercialização) ao escolher consumir um determinado produto. (INSTITUTO KAIRÓS, 2013, p.102).

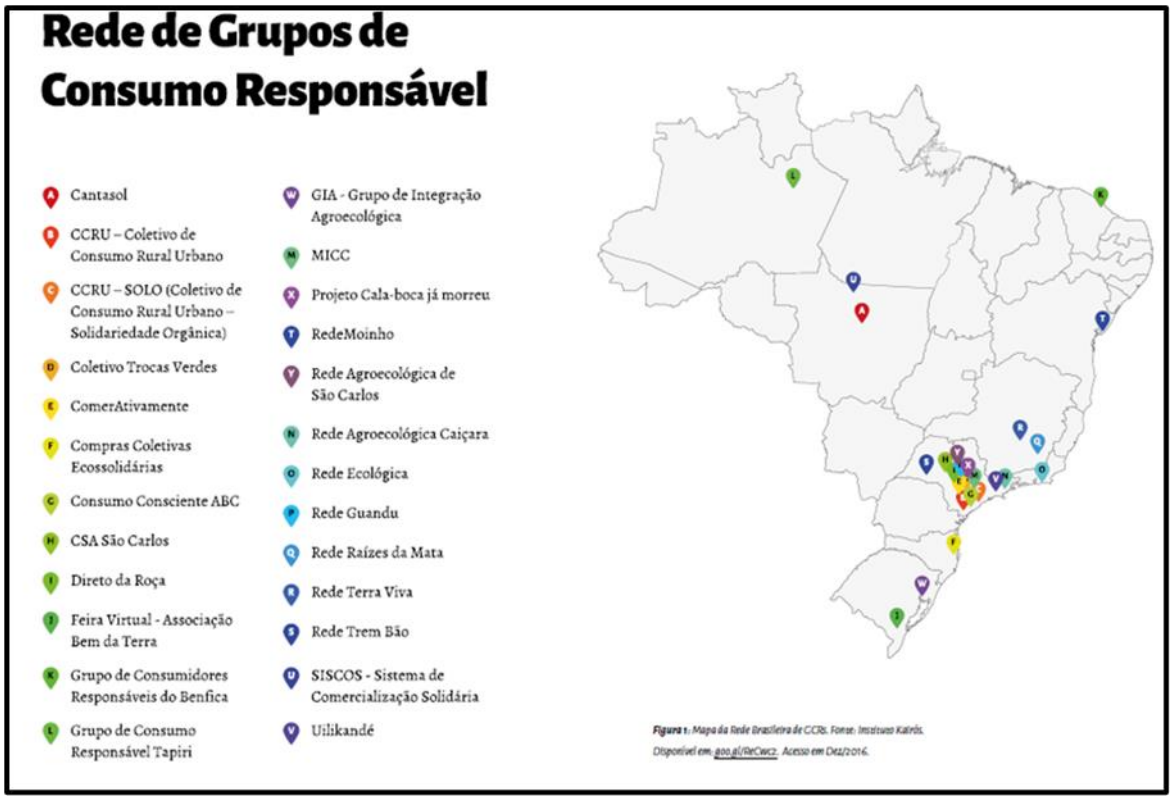
Sendo assim, um “consumo responsável”, por sua vez, é uma abordagem que busca problematizar os atuais padrões de produção e consumo de forma a orientar as escolhas de consumo como um ato político, na medida em que tem a capacidade de contribuir para a transformação social ou favorecer a manutenção das dinâmicas sociais vigentes. Entendesse que o consumo responsável é um conjunto de hábitos e práticas que fomentam um modelo de desenvolvimento comprometido com a redução da desigualdade social. O consumo responsável visa melhorar as relações de produção, distribuição e aquisição de produtos e serviços, de acordo com os princípios da economia solidária, soberania alimentar, agroecologia e o comércio justo e solidário. É a valorização e a vivência de atitudes éticas para a construção conjunta de um novo panorama social e ambiental. (Instituto Kairós, 2013, p. 103). Portanto, o exercício do consumo responsável pode ser entendido como um estreitamento de laços, a partir das relações de interdependência entre os elos da cadeia de abastecimento.

Para que o consumo responsável resulte em ações transformadoras e de impacto relevante, é fundamental que extrapole a lógica individual e seja construído coletivamente. Isso é um pressuposto na atuação dos GCRs, que superam a lógica individual para encarar o consumo como ato político, a partir de arranjos coletivos e autogestionários: iniciativas no campo do consumo semelhantes aos arranjos produtivos que visam à superação das dependências impostas pelo modelo hegemônico no campo da produção e práticas de resistência ao sistema convencional de produção, comercialização, abastecimento e consumo. (Kairós, 2017)

Em 2011, ocorreu o I Encontro Nacional dos Grupos de Consumo Responsável, no extremo sul da cidade de São Paulo, organizado pelo Instituto Kairós, e em 2013 e 2015 ocorreram, respectivamente, a sua segunda e terceira edições. Os objetivos gerais desses encontros foram a articulação e a aproximação dos GCRs, buscando o fortalecimento e o reconhecimento mútuo de suas práticas cotidianas e também como atores políticos fomentadores de relações entre produção e consumo mais próximas, justas e solidárias. Foi a

partir desses encontros que emergiu a consolidação de uma rede, estimulando uma atuação mais integrada entre os coletivos, nomeada “Rede Brasileira dos Grupos de Consumo Responsável”, que tem como princípio maior a autogestão. A Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável é composta dos membros identificados, com suas respectivas localizações, na figura 20.

Figura 20. Mapa da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável, Brasil, 2016.



Fonte: Instituto Kairós (2016).

Vale destacar que o mapa mostra os GCRs integrantes da Rede Brasileira nesse momento (2016) e que chegaram de forma voluntária. Certamente existem mais iniciativas como os GCRs no país. De forma geral, a maior parte dos grupos da rede está no estado de São Paulo. Tal limitação representativa pode se dar pelo fato de o Instituto Kairós, que vem atuando na articulação da rede, obter mais contatos em sua região de origem. São cerca de 3.500 consumidores participantes de GCRs, interagindo com cerca de 370 produtores da agricultura familiar de base agroecológica e da economia solidária. Cada grupo se organiza livremente, não há um padrão, uma “receita de bolo”. Assim, o número de consumidores e produtores por grupo pode variar bastante, tendo

iniciativas com cerca de dez consumidores e outras com quase mil. Grupos com apenas um produtor e outros com mais de trinta. Ainda sobre os consumidores, sabendo que, geralmente, compartilham suas compras de alimentos com mais pessoas, considerando uma família de quatro integrantes na média, pode-se estimar que cerca de 14 mil pessoas consomem produtos adquiridos em GCRs, no Brasil.

Durante o III Encontro Nacional dos Grupos de Consumo Responsável, um dos temas abordados foi o “Comércio Justo e Solidário, seus princípios e a construção da política pública nacional.

O **Princípio 1** traz a importância do “fortalecimento da democracia” e o respeito à liberdade de opinião, de organização e de identidade cultural. Esse princípio diz respeito à transparência interna, democracia e autogestão nas tomadas de decisão do empreendimento e nos processos eleitorais para definição dos cargos responsáveis pela gestão

O **Princípio 2** trata das “condições justas de produção”, da agregação de valor e da comercialização, o que significa dizer: transparência na negociação entre as partes na formação do preço justo de produtos ou de serviços; condições adequadas de segurança e saúde no trabalho; e inexistência de práticas de trabalho infantil, sendo possível manter compromisso com a inserção de 132 Comércio Justo e Solidário no Brasil e na América Latina.

O **Princípio 3** diz respeito à promoção do “desenvolvimento local” em direção à sustentabilidade. São as práticas e os compromissos com o desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades e dos territórios e as práticas de inclusão social por meio de ações geradoras de trabalho e renda.

O **Princípio 4** trata do “respeito ao meio ambiente”, do seu cuidado e da sua conservação. Isso inclui práticas de conservação e recuperação dos recursos naturais e da biodiversidade; uso de métodos responsáveis e não prejudiciais ao meio ambiente nas etapas de produção, industrialização e comercialização dos produtos e serviços; práticas de utilização de materiais biodegradáveis, técnicas agroecológicas e de manejo sustentável dos ecossistemas nos processos produtivos; práticas de redução de uso, de reutilização, de reciclagem e de destino adequado dos resíduos gerados Comércio Justo e Solidário no Brasil e na América Latina.

O **Princípio 5** apresenta o “respeito à diversidade” e a garantia de equidade e não discriminação. Isto é, a inexistência de práticas de discriminação baseadas em sexo, raça, religião, geração, posição política, procedência social, naturalidade, escolha sexual, deficiência física e a equidade nas relações de gênero com ampla participação das mulheres em todos os níveis e atividades de produção e gestão.

O **Princípio 6** trata da correta e adequada “comunicação e informação ao consumidor”. Isso significa o respeito aos direitos dos consumidores; o desenvolvimento de atividades educativas relacionadas ao consumo responsável; a transparência nas relações de produção, comercialização e consumo; e a provisão de informação clara, no estabelecimento comercial ou em portal on-line, sobre os produtos e serviços, com controle e informação da origem e qualidade das matérias-primas e insumos utilizados.

O **Princípio 7** traz a solidariedade e a “integração entre os elos da cadeia produtiva”. São práticas de cooperação entre empreendimentos de um mesmo segmento ou da mesma cadeia ou arranjo produtivo; e a existência de práticas transparentes, justas e solidárias nas relações e contratos estabelecidos entre os compradores e fornecedores de insumos, matérias-primas, produtos e serviços, buscando a construção de relações de longo prazo.

No Brasil, em 2016 havia cerca de 25 grupos de consumo responsável, e diversas experiências semelhantes ocorrendo no mundo, envolvendo milhares de pessoas. São redes, coletivos, associações e outros arranjos que estabelecem relações diretas entre consumidores e produtores para comercialização de produtos alimentares em circuitos curtos, criando vínculo e solidariedade entre produtores e consumidores. Na construção de novas perspectivas para o sistema alimentar, os GCRs e diferentes movimentos sociais são indispensáveis. Mas não podemos apostar todas as expectativas e responsabilizar exclusivamente os consumidores nessa transformação. A construção de alternativas não é prerrogativa de um único ator social. Não é apenas o Estado, o mercado, ou a sociedade civil que, isoladamente, poderá propor e construir alternativas (Schneider et al, 2016).

Pode-se afirmar que os GCRs, em geral, comercializam alimentos agroecológicos frescos, processados e grãos. Costumam organizar os pedidos semanalmente, a partir dos itens disponíveis, e os produtores fazem a colheita

conforme os pedidos. Um local e dia da semana são combinados para a entrega e retirada dos produtos. Nota-se que cada experiência organiza sua gestão e logística de maneira própria, fruto das oportunidades e ausências de cada contexto local. E vão criando seus acordos e adaptando suas estratégias, ao longo do tempo. (Kairós, 2023)

Nesses grupos existem dois tipos principais de organização da distribuição: rede singular e rede capilar. Na rede singular, os produtos são recebidos e distribuídos no mesmo local. Na capilar, o produto é recebido em um local e redistribuído para outros pontos, onde os consumidores fazem a retirada.

Os GCRs buscam estabelecer suas práticas de maneira dialogada, baseados no fortalecimento da democracia e nas condições justas de produção. Empenham-se na construção de processos transparentes de formação de preços, respeitando o meio ambiente e a diversidade, tecendo relações transparentes com os demais consumidores e integrantes da cadeia comercial. Ainda que para isso enfrentem inúmeros desafios (Instituto Kairós, 2016).

Na prática, os GCRs trabalham principalmente com hortaliças provenientes do cultivo de base agroecológica, organizando semanalmente os pedidos dos consumidores a partir da disponibilidade dos produtores; estes, por sua vez, fazem a colheita conforme os pedidos; os produtos são então transportados ao local indicado e na data combinada; em seguida, os produtos entregues são organizados para que os consumidores possam retirá-los. Os ciclos de pedidos podem ser realizados de formas diversas e, para isso, cada grupo combina diferentes acordos entre os consumidores e os produtores. Além das hortaliças, através do contato com diferentes produtores, a maioria dos grupos comercializa itens como frutas, alimentos processados, grãos e, em menor escala, itens de limpeza e higiene pessoal, papelaria, produtos terapêuticos, artesanato, entre outros.

O funcionamento dos GCRs também é impactado pelo contexto em que estão inseridos, a partir de aspectos como política e interação com o poder público, localização geográfica, possibilidades de parcerias com organizações da sociedade civil, universidades e proximidade com organizações de produtores. Por isso, são diversas as dinâmicas de organização encontradas nos grupos de consumo brasileiros, deste modo analisaremos como se estabelece a

rede de GCR que passa a comprar os produtos das mulheres agricultoras da RAMA.

5.3.2 Os Grupos de Consumo Responsável e a RAMA

A comercialização da RAMA com os GCRs na grande São Paulo acontece desde 2016, e mais regularmente a partir de 2019, quando as compras passaram a ser mensais. Essa articulação em rede surgiu de demandas de comercialização e escoamento de alimentos produzidos pelas mulheres auto-organizadas da Barra do Turvo. Os alimentos ofertados pela RAMA são produzidos com base na agricultura agroecológica e nos saberes e fazeres da agricultura tradicional familiar e quilombola.

Ao mesmo tempo, na cidade, grupos de militantes e ativistas (ComerAtivamente, CCRU, entre outros) já se articulavam em busca de alimentos agroecológicos e estavam se consolidando em redes. Não havia tantas ofertas de cestas agroecológicas como agora, e, por isso, era necessário todo um movimento para contatar agricultores e agricultoras, organizar a produção, pensar logísticas. Tudo isso para democratizar o acesso à alimentos saudáveis e livres de veneno, inclusive nas periferias, e para repensar o consumo, entendendo a alimentação como um ato político. (SOF, 2019)

Os GCRs apostam na relação de compra direta, que paga o preço justo para as agricultoras, e também no trabalho coletivo, que reduz ao mínimo os custos da distribuição. É uma tarefa difícil nas grandes cidades, que exige comprometimento e vontade política. Foram muitas as reuniões necessárias para detalhar a logística, identificar caixas de alimentos, criar acordos coletivos de funcionamento, isso tanto para as mulheres da RAMA como para os consumidores e consumidoras responsáveis.

Os intercâmbios entre as mulheres da RAMA em São Paulo em eventos, almoços, marchas, feiras e manifestações, e os GCRs, em cada comunidade de Barra do Turvo, acompanhando as agricultoras para aprender os jeitos de plantar e preparar os alimentos, foram essenciais para aumentar o convívio e se comprometer com o esforço de distribuir alimentos de qualidade e fortalecer a luta e manutenção dos modos de vida das comunidades tradicionais. A

participante do CAUS (Conexão Agroecológica Urbana Social), coloca sua percepção sobre a relação criada:

> [...] o que acho mais significativo dessa participação é como está todo mundo sintonizado numa mesma vibração, no dia em que chegam os alimentos do Vale. É tipo o momento mais feliz do mês, é a concretização dessa rede. (Feminismo, agroecologia e a união entre campo e cidade: 4 anos da RAMA com a rede de grupos de consumo responsável. SOF, 2020)

A idealizadora do ComerAtivamente ressalta que a rede criada com as mulheres da RAMA, é muito mais que compras, e sim uma rede de solidariedade.

> Era uma descoberta maravilhosa adentrar nos bairros, conhecer as mulheres, suas histórias de vida, seus conhecimentos tradicionais, suas técnicas de produção e os produtos belíssimos, super diversificados e particulares, culturalmente localizados. É uma rede de comercialização, mas é muito mais que isso: é uma rede de afeto, solidariedade, cooperação, amizades (Feminismo, agroecologia e a união entre campo e cidade: 4 anos da RAMA com a rede de grupos de consumo responsável. SOF, 2020).

Foram identificados 22 GCRs, na grande São Paulo que participam das entregas mensais da RAMA (Quadro 4), sendo mercados agroecológicos, coletivos, institutos e os Coletivos de Consumo Rural Urbano (CCRU), que atuam desde 2014, visando o abastecimento popular de alimentos agroecológicos e a aliança campo-cidade com foco na soberania alimentar e na agroecologia. Alimentos oriundos da agricultura camponesa, familiar, quilombola e comunidades tradicionais, fazem parte da comercialização dos produtos da RAMA os Grupos de Consumo Responsáveis.

Quadro 4. Grupos de Consumo responsáveis que a RAMA entrega seus produtos.

Grupo de consumo Responsável	Atuação	Bairros/Municípios atendidos
Quebrada Orgânica	Mercado e horta urbana	Jardim Ângela
CCRU Assunção SBC	Coletivo que participa da rede do CCRU-Diadema.	São Bernardo do Campo
CCRU-Associação Oeste de Diadema	Coletivo de Consumo Rural Urbano	Diadema
CUCA – Coletivo da Unifesp de Consumo de Alimentos	o Cuca é um coletivo formado por núcleo gestor	Diadema

	junto com um grupo de consumidores.	
CCRU-Solo Anchieta	Coletivo de Consumo Rural Urbano	Anchieta
CCRU- Solo APEOESP	Coletivo de Consumo Rural Urbano	Santo André
CCRU-Solo Vila Prudente	Coletivo de Consumo Rural Urbano	Vila Prudente
CCRU Arthur Alvim	Coletivo de Consumo Rural Urbano	Arthur Alvim
Amigxs do CCRU	Coletivo de Consumo Rural Urbano	Vila Conceição
CAUS – Paraíso	Conexão Agroecológica Urbana Social. O grupo de consumo atua desde 2017 fazendo a conexão dos co-produtores de São Paulo (região central e Pinheiros) com as agricultoras da RAMA.	Paraíso, Santa Cecília, Bela Vista e Pinheiros - Zona Central
Projeto De Ponta a Ponta	O Projeto de Ponta a Ponta é um projeto de Segurança Alimentar que busca fortalecer as duas pontas da cadeia de alimentos, a ponta da produção de alimentos e a ponta da distribuição de alimentos.	Região Oeste de SP
Instituto Feira Livre	Estímulo à agroecologia e à agricultura familiar. Funcionamento: ter-sex. 9h-19h sáb-dom 9h-14h.	Região Central
CAUS – Centro	Conexão Agroecológica Urbana Social. O grupo de consumo atua desde 2017 fazendo a conexão dos co-produtores de São Paulo (região central e Pinheiros) com as agricultoras da RAMA.	Paraíso, Santa Cecília, Bela Vista e Pinheiros - Zona Central
Instituto Chão	Autogestão e economia solidária. Feira e Mercearia com produtos orgânicos e artesanais. Seg: 8h - 14h -Ter a sex: 8h - 19h / Sab e dom: 8h - 17h.	Butantã
CAUS – Pinheiros	Conexão Agroecológica Urbana Social. O grupo de consumo atua desde 2017 fazendo a conexão dos co-produtores de São Paulo (região central e Pinheiros)	Paraíso, Santa Cecília, Bela Vista e Pinheiros

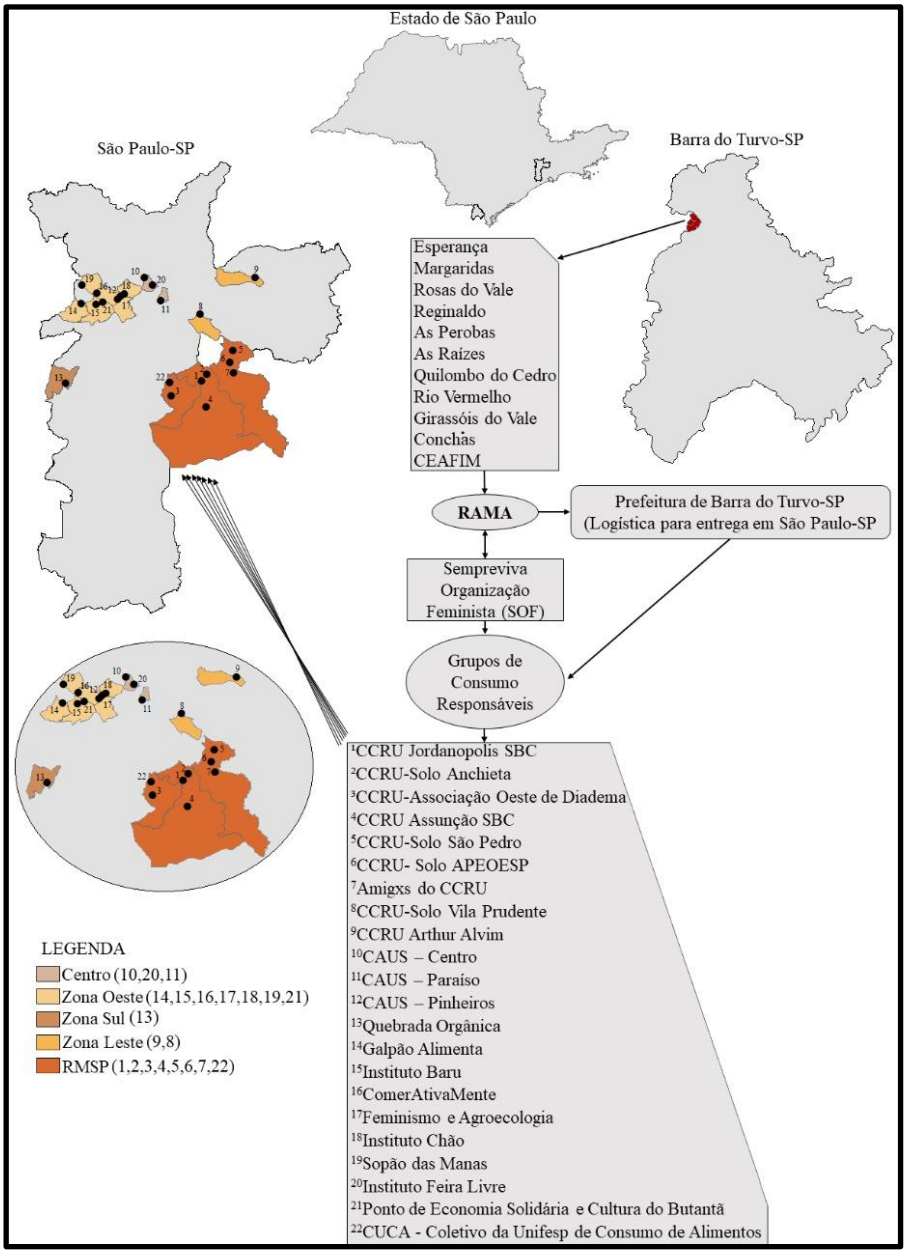
	com as agricultoras da RAMA.	
Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã	O Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã é um equipamento público ligado à Secretaria de Saúde da Prefeitura de São Paulo. Foi criado com o objetivo de apoiar empreendimentos de Economia Solidária, como ferramenta para a reabilitação psicossocial, geração de trabalho e renda, e construção de vínculos comunitários entre usuários dos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) e comunidade local.	Região Oeste
Feminismo e Agroecologia	Grupo de consumo de alimentos produzidos com base na agricultura agroecológica e nos saberes e fazeres da agricultura tradicional familiar e quilombola da RAMA	Pinheiros. Zona Oeste
Instituto Baru	O Instituto Baru é uma associação sem fins lucrativos, que adota o cooperativismo, a autogestão e a horizontalidade. Atua na perspectiva da economia solidária, do consumo responsável e da igualdade de direitos	Região Oeste
ComerAtivaMente	É um coletivo com foco central na alimentação e na agricultura. O grupo se formou em 2007 e, desde então, vem propondo a reflexão e atuação crítica acerca do modelo de produção agrícola dominante, dos hábitos de consumo que ele produz e por meio dos quais é reproduzido	Pinheiros e Butantã - Zona Oeste
Galpão	Diretamente do campo, alimentos agroecológicos produzidos por pequenos agricultores Terça e Sexta	Butantã

	das 8h às 13h Sábado das 10h às 17h	
Sopão das Manas	Coletivo de mulheres voltado às ações sociais e distribuição de alimento em SP *desde o início da pandemia de 2020. Sopão das Manas, iniciativa criada durante a pandemia por cozinheiras de São Paulo, distribui alimentos em favelas do Jaguaré próximas à Marginal Pinheiros	Jaguaré

Fonte: SOF, 2023. Organizado e Elaborado pela autora.

O circuito de comercialização funciona como se apresenta na figura 21. As agricultoras enviam suas ofertas de produtos através do WhatsApp. Uma oferta da RAMA tem mais de 200 produtos entre *in natura*, processados, mudas e fitoterápicos. Uma semana depois, os pedidos são realizados e elas dividem as demandas. Os alimentos saem de Barra do Turvo e chegam em São Paulo a cada 15 dias. O custo dessa logística é o pagamento da diária do motorista que vai dirigindo o caminhão da prefeitura (Barra do Turvo) e o valor é dividido entre os Grupos de Consumo e, em São Paulo, recebem o caminhão que chega, geralmente, com quase duas (2) toneladas de alimentos no Galpão Agroecológico no Butantã. A organização é feita em etapas que envolvem a logística reversa de embalagens retornáveis e das caixas agrícolas para as agricultoras e a divisão dos alimentos e dos pedidos para cada Grupo de Consumo. Os produtos são distribuídos para todas as regiões de São Paulo e tem chegado nos bairros mais periféricos graças as campanhas que os grupos de consumo organizam.

Figura 21. Circuito de comercialização da RAMA com os GCRs em São Paulo.



Fonte: Elaborado pela autora.

Na figura 21 é possível compreender a rede de comercialização que foi criada, na qual os produtos da Rama são escoados até São Paulo por meio do caminhão disponibilizado pela prefeitura; os GCRs intermediados pela SOF, que organiza os pedidos, os pagamentos e a entrega. Os produtos cheguem a um consumidor consciente com a preocupação tanto com o produto, quanto com quem produz esse alimento. Também conseguimos ver a espacialidades dos GCRs na grande São Paulo, onde se verifica o predomínio de GCRs na zona Oeste de São Paulo, nos bairros Pinheiros e Butantã e na Zona Central, como

Santa Cecilia e Bela vista. Também constam oito (8) GCRs na região metropolitana de São Paulo, localizados no ABC paulista (Santo André, São Caetano e São Bernardo do Campo) e Diadema.

Ainda segundo a SOF (2022), a relação entre produtoras e consumidores não é fácil, especialmente do lado dos consumidores, porque requer engajamento com a proposta da agroecologia feminista (entender e aceitar as condições de trabalho das agricultoras, incluindo a ausência de certificação da vigilância sanitária e, em alguns casos, falhas de qualidade e logística), indo além do consumo de alimentos orgânicos. A logística (preparação dos produtos em relação à demanda, coleta e transporte até o ponto central em São Paulo) também é um fator limitante ao crescimento da rede e de sua capacidade de atender à necessidade das mulheres agricultoras na venda de seus produtos. Sendo assim, este é um exercício do consumo responsável por ser entendido como um estreitamento de laços, a partir das relações de interdependência entre os elos da cadeia de abastecimento. Suas práticas buscam, a partir das iniciativas de consumidores, valorizar e construir cadeias comerciais pautadas nos princípios do comercio justo e responsável.

Fase ativa



Mutirão RAMA – Barra do Turvo – SP (09/09/2022)

A fase ativa do trabalho de parto é quando as contrações uterinas se tornam mais intensas e regulares, e o colo do útero dilata. Nesta tese, essa fase corresponde aos dois campos realizados, as análises e os meus encontros com as mulheres da RAMA, e é dividido em duas partes: a primeira sobre a observação e descrição com o auxílio do diário de campo; e na segunda parte, de fato as análises das entrevistas que realizei e pude dialogar com as mulheres agricultoras da RAMA dos grupos Rio Vermelho e Rosas do Vale.

6. Observe e deixe elas falarem: apontamentos sobre o trabalho de campo

O convite para participar de um intercâmbio com a RAMA se deu em agosto de 2022, ao fim da entrevista com as integrantes da SOF. Contudo, foi reforçado que neste momento seria realizada a observação e escutas ativas e não deveria ser feita entrevista com as mulheres da RAMA, o que foi muito valido neste primeiro contato, pois seria importante para a pesquisa participar do intercâmbio com a RAMA visto que são momentos bem importantes de trocas de conhecimentos.

Entre os dias 9 e 11 de setembro de 2022 participei do intercâmbio com a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras – RAMA na Barra do Tubo, Vale do Ribeira – São Paulo, e que fazia parte do curso de extensão “Mulheres em defesa do território-corpo-terra” do CPDA/UFRRJ[27]. Pude dormir e acordar, comer da comida feita por elas, participar de confraternizações, mutirões, assembleia e reuniões. Foi também neste momento que foi possível, andar de braços dados, ajudar com a louça, cair nos morros íngremes, deixar ser cuidada devido a enorme quantidade de picadas de mosquito borrachudo.

Parti de Presidente Prudente no dia 07/09/2022 no ônibus da empresa Andorinha às 23 horas com destino a São Paulo, onde seria o ponto de encontro de todos os participantes do curso de extensão, dos membros da SOF, de uma representante da Fundação Rosa Luxemburgo, de duas recreadoras infantis e uma pesquisadora (Eu). Nos encontramos na rodoviária do Tiete por volta das 8 horas da manhã do dia 08/09/2022 e percorremos a pé umas poucas quadras até chegar em um micro-ônibus, nos apresentamos e partimos rumo a Barra do Turvo. Ao longo do caminho, paramos para almoçar e fazer um lanche da tarde tudo financiado pela Fundação Rosa Luxemburgo, portanto ao longo do intercambio muitas listas são assinadas por todos os participantes.

A primeira parada se dá por volta das 16 horas no Parque Estadual do Rio Turvo, caminhamos pelo parque com uma guia. O Parque Estadual do Rio Turvo (PERT) se encontra em áreas do Vale do Ribeira e do Litoral Sul, abrangendo territórios de Barra do Turvo, Cajati e Jacupiranga, abarcando uma extensão de

[27] O CPDA é um programa de ensino, pesquisa, extensão e intercambio interdisciplinar no âmbito da Ciências Sociais, voltados para a pesquisa sobre questões rurais, agrícolas e agrárias, agrárias ambientais, alimentares e afins da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – RJ.

73.893,87 hectares. Sua diversidade de fauna desponta com a presença de inúmeras espécies, entre as quais se destacam a onça-pintada, a onça-parda, o cachorro-vinagre, a anta, a harpia, o uiraçu-falso e, não menos importante, o papagaio-do-peito-roxo, que compõe o emblema da Unidade de Conservação. A flora do PERT, apresenta uma diversidade de formações, típicas do bioma da Mata Atlântica, sendo a Floresta Ombrófila Densa e a Mista, além de vegetação ribeirinha. Entre as espécies de flora, sobressaem a araucária, o guapuruvu, o jequitibá, o cedro, a canela amarela, o imbiruçu, o inhumirim e a bicuíva, além da presença abundante de xaxins. O PERT conta com dois núcleos voltados para a visitação pública, pesquisas científicas e educação ambiental, sendo o Núcleo Capelinha e o Cedro. (Guia de Áreas Protegidas do Estado de São Paulo).

A visita ao parque foi rápida por conta do horário, pois o parque fechava as 17 horas. Contudo, a equipe da SOF que acompanhava o intercambio, sendo de quatro (4) mulheres, nos informaram das dificuldades de algumas mulheres da RAMA devido ao parque e estarem em algumas áreas que englobam a área de proteção permanente, além da fiscalização, que dificulta a produção de alimentos, principalmente das agricultoras do bairro Rio Vermelho.

A comunidade do Rio Vermelho é uma das que mais sofrem pressões frequentes dos parques ecológicos e de propostas de desenvolvimento associadas ao Vale do Futuro, que promove a mineração, turismo extrativista e o fortalecimento de cadeias de produção de banana, palmito juçara e criação de búfalos. O Vale do Futuro é um programa do governo do Estado de São Paulo e visa transformar os 22 municípios da região mais vulnerável do estado em um novo polo de desenvolvimento econômico e social. Um programa completo e de governança integrada: Estado, prefeituras e sociedade civil trabalhando juntos, com metas, monitoramento e avaliação de resultados. Busca – se transformar uma das regiões mais ricas em biodiversidade do Estado de São Paulo em modelo de desenvolvimento regional, baseado na exploração sustentável da riqueza socioambiental da Mata Atlântica. Este programa foi lançado em outubro de 2019 pelo então Governador João Doria, o programa Vale do Futuro, que irá propor parcerias com prefeituras, comunidades quilombolas locais e organizações da sociedade civil para implementar projetos de desenvolvimento

sustentável, geração de renda, conservação e melhoria da qualidade de vida da população do Ribeira. (Governo do Estado de São Paulo, 2024)

Contudo, segundo as integrantes da SOF, as propostas são para supostamente melhorar a qualidade de vida das comunidades envolvidas, mas chegam recheadas de contradições e frequentemente são vistas com maus olhos pelas mulheres. São elas as primeiras a desconfiar e questionar as empresas, construindo saídas e mantendo viva a memória das inúmeras vezes que suas vidas e de suas famílias foram atingidas pelos interesses das mesmas. As intervenções oriundas dos projetos do Vale do Futuro, um guarda-chuva de iniciativas que buscam modernizar e capitalizar o Vale do Ribeira, interferem na autonomia das agricultoras nos seus territórios.

As mudanças proporcionadas por esses projetos, como a construção e melhoria das estradas, não acompanham ações que priorizam as necessidades das comunidades, como a expansão das linhas de ônibus, por exemplo. Se não é para aumentar o transporte coletivo e/ou melhorar a circulação das populações em seu território, para quem é essa estrada? O Vale do Futuro também é interpretado como uma plataforma eleitoreira, uma vitrine para uma alternativa verde.

Uma das propostas do Vale do futuro que também não foi conversada com as comunidades é um programa de pagamento de serviços ambientais para preservação do palmito juçara. Eles oferecem um pagamento para quem quiser plantar, mas só tem que ser tudo do jeito deles, como fazem as agricultoras abrirem mão de sua autonomia, privacidade, e uso dos ganhos do próprio trabalho. As mulheres enfatizaram que a preservação e o cultivo fazem parte dos interesses delas, no entanto, discordam dos objetivos reais das empresas que aparecem também no modo como elas propõem a preservação. (SOF, 2023).

Todos esses questionamentos que as técnicas trazem sempre são discutidos com as mulheres da RAMA, nas reuniões mensais, nos mutirões e nos intercâmbios. Percebe-se que existe entre elas uma certa urgência em informar essas mulheres quanto a essas questões, sempre colocando como isso pode atingi-las e como vai interferir na vida prática delas. As trajetórias das mulheres fazem parte dos conflitos territoriais e pelo acesso aos bens comuns. Ao narrarem sobre sua ancestralidade, elas apresentam a luta como continuação da história que é repleta de conflitos, resistências e apontam perspectivas que

se opõem à lógica autoritária do mercado e do Estado que prejudicam os modos de vida das comunidades. Os conflitos levantados indicam uma mesma lógica de tratamento autoritário das questões ecológicas, que tiram do povo sua autonomia: Comunidades que vivem dentro de áreas delimitadas enquanto parque; comunidades e famílias que habitam áreas de proteção ambiental (APA); conflitos relativos ao pagamento de serviços ambientais. (SOF, 2023)

Contudo, algumas mulheres apontam que estão se beneficiando deste empreendimento. Em entrevista com a **Dona Ada**, ela relata que, junto a seu marido, abriram uma pequena empresa para a venda de mudas, tendo comercializado mais de 15 mil mudas, a maioria de árvores frutíferas, e já conseguiram empregar seis (6) funcionários no negócio (Figura 22). Entre as estratégias para a reprodução das mudas estão a troca de sementes e mudas com outros viveiros.

Figura 22. Mudas de plantas silvestres, frutíferas e medicinais da **Dona Ada.**



Fonte: Trabalho de campo – Foto cedida pela própria entrevistada.[28]

[28] Decidimos embaçar as fotos para preservar a identidade das mulheres.

Grande parte das mudas são destinadas à Arteris, empresa que gerencia a Rodovia Régis Bittencourt, Iniciativa Verde, empresa de reflorestamento, e a Petrobrás.

Chegamos no quilombo Ribeirão Grande por volta das 18 horas, é bem escuro e com pouca iluminação, somos recebidos por uma mulher da RAMA, que nos acomoda na sede do quilombo, que possui um alojamento com várias camas beliches e dois banheiros. Paramos para tomar banho e nos acomodar, foi pedido que levássemos roupas de cama. Em seguida, fomos recepcionados na cozinha comunitária com um jantar feito a muitas mãos, e tinha carne de porco cozida, arroz, feijão, abóbora e salada de repolho, na cozinha mesmo já combinamos os horários para o dia seguinte. Neste primeiro dia, as conversas sempre estiveram marcadas pelas apresentações, por tentar me aproximar ao máximo de pessoas, fomos dormir cedo, pois no outro dia iriamos participar de um mutirão no quilombo Terra Seca pela manhã

No dia 09/09/2022 fomos andando do quilombo Ribeirão Grande até o quilombo Terra Seca, pelas margens da Rodovia, em torno de 1 (um) quilometro (km), fomos recebidos com uma mesa de café (Figura 23) da manhã e com música. As músicas entoadas são sempre marcadas para iniciar e fechar todas as atividades que participei, com temáticas da mulher rural, da proteção contra animais peçonhentos, agroecologia e feminismo. O café da manhã foi praticamente todo elaborado com produtos que as mulheres plantam e/ou comercializam em São Paulo, tais como: pães de biomassa de banana verde, bolinhos de palmito, geleias de Cambuci, entre outras coisas. Aqui cabe informar que as outras mulheres da RAMA, dos outros grupos, chegaram de taxi para participar do mutirão e da assembleia e que a SOF é quem paga as corridas de taxi. Outro cuidado que a SOF teve foi de levar as recreadoras de São Paulo, pois durante as atividades realizadas, haviam muitas crianças, então enquanto as mãe e avós participam das atividades, as crianças ficaram brincando. Em conversa com as mulheres da RAMA, elas me informaram que as mães com crianças pequenas não conseguem participar dos mutirões mensais com muita frequência, por não ter com quem deixar os filhos.

Figura 23. Café da manhã preparado pelas mulheres do quilombo Terra Seca, Barra do Turvo – SP.



Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 09/09/2022.

No período da manhã fomos para o mutirão, no qual colaboramos com o plantio de mandioca de uma das mulheres da Rama. Foi importante essa participação, pois conhecemos as particularidades dos territórios em que elas estão inseridas. Para mim, uma mulher acostumada as plantações em áreas planas como na região de Presidente Prudente e Ribeirão Preto – SP, foi interessante observar os terrenos íngremes, com muitos morros e as demandas físicas que eram exigidas dessas mulheres (Figura 24).

Figura 24. Mulher agricultora na roça em encosta do morro, Barra do Turvo – SP.



Fonte: Trabalho de campo realizado em 09/09/2022.

O mutirão da RAMA é uma prática das agricultoras para trabalhar na roça em conjunto (Figura 25). Esses mutirões são realizados uma vez por mês, através de sorteio é determinado em qual propriedade será o trabalho. O trabalho é realizado exclusivamente por mulheres e, na maior parte das vezes, é destinado a preparação da área que futuramente será plantada. Contudo, as

mulheres ressaltam que é um mutirão para ajudar a mulher, e se precisar de ajuda com o trabalho de casa, este será realizado.

Nos mutirões, as agricultoras conheceram os resultados de práticas agroecológicas como a cobertura de solo e os diferentes solos e relevos onde a produção sob sua responsabilidade acontece. Trocaram informações sobre sementes, mudas, plantas, usos das plantas na alimentação e para fins medicinais, e incorporaram, por exemplo, o “peixinho” (*stachys byzantina*) na alimentação e na venda de maços na feira livre do município. Segundo o Relatório de Atividades da ONG Sempreviva Organização Feminista (SOF) de 2019, foi identificado que, ao conhecerem umas as roças das outras, se estabeleceu o procedimento de certificação participativa[29], como um compromisso coletivo na relação com os grupos de consumo solidário.

[29] Os Sistemas de **Certificação Participativa** (SPG) constituem uma das formas de **certificação** orgânica reconhecidas pela lei brasileira.

Figura 25. Agricultoras separando as ramas para o plantio da mandioca no mutirão.



Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 09/09/2022.

Segundo Clóvis Caldeira, no livro “Mutirão: uma forma de ajuda mútua no meio rural” de 1956, aponta que esta é uma instituição antiga que herdamos dos indígenas, o fato é que o fenômeno aparece, desde muito cedo, anotado pelos observadores da realidade brasileira, viajantes estrangeiros ou cronistas indígenas. O autor aponta que alguns atores apontam os mutirões como algo

trazido da cultura africana. Esse autor defende que “o mutirão ou putirão, embora seja termo de origem tupi, é uma forma de trabalho coletivo de origem africana" (CALDEIRA, 1956, p.21)

As mulheres da RAMA reforçam que o mutirão também é um ponto de encontro das mulheres, um momento em que, além do trabalho na agricultura, é um espaço para conversas, trocas de semente, comemorar aniversários, trocas de experiencia e aumentar o vínculo uma com a outra. No documentário “Vida em Mutirão” produzido pela SOF, é possível perceber o quanto os mutirões aproximaram essas mulheres, fizeram que existisse um sentimento de união entre elas, pois além da importância de ajudar com o trabalho na roça, existe também o tempo destinado ao lazer, a conversa, as trocas de experiencias, o sentar na mesa e dividir o alimento produzido e assim darem valor na produção destes e nos alimentos que são todos com base na agroecologia.

Durante esse mutirão, em conversa com uma das mulheres da RAMA, ela me contou sobre o seu quadro de depressão, e o quanto estar com as companheiras ajudava, pois fazia com que ela saísse de casa, conversasse sobre outros assuntos e isso fazia muito bem.

Depois do café da manhã, as mulheres se dividiram entre quem vai para a roça e quem vai ficar na cozinha, preparando o almoço, e elas acreditam que essas duas funções são igualmente importantes, pois depois de passarem a manhã toda trabalhando, precisam chegar e já ter o almoço pronto. O almoço, diferente do café da manhã que é coletivo, é uma responsabilidade do grupo onde está sendo realizado o mutirão.

Depois do Mutirão, paramos para almoçar. O almoço foi preparadopelo grupo das Perobas, do quilombo Terra Seca, tinha arroz, feijão, quirera com carne de porco, salada de repolho, couve, chuchu, couve-flor, pupunha e suco de limão. As atividades sempre são feitas em rodas e no centro há uma mandala (Figura 26), em que sempre tem a bandeira da RAMA, os alimentos produzidos pelas agricultoras, e todas ao longo desses três (3) dias possuem uma estética muito rica em detalhes. Nos três dias foi uma das técnicas da SOF que organizava essas mandalas.

Figura 26. Mandala do intercâmbio com a RAMA do dia 09/09/2022.



Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 09/09/2022.

Além das mandalas, as reuniões da RAMA, começam com música e poesia, e sempre há uma condução com pandeiro (Figura 27). As agricultoras que conduzem as músicas trazem um momento de bastante integração, são detalhes que fazem a diferença na organização da RAMA e percebi ao longo dos 3 (três) dias que é um padrão e que sempre acontece da mesma maneira. Existe muita intimidade das mulheres da RAMA com as técnicas da SOF, elas conversam muito, há integração, elas vêm tirar dúvidas, tentam buscar soluções para resolver os problemas que elas trazem.

Figura 27. Início da Reunião da RAMA com música no dia 09/09/2022.



Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 09/09/2022.

Além do conteúdo do curso, foi realizada a assembleia que acontece a cada dois meses (setembro) e foi colocado alguns pontos a serem discutidos como o Instituto Chão não comprar os alimentos *in natura* sem certificação, sendo então destinados a este estabelecimento produtos beneficiados. Foram pontuadas questões quanto ao empoderamento, e como não são mais trazidos temas ligados a sexo e violência, pois as reuniões atualmente são focadas nas vendas, mas existe uma vontade das mulheres da RAMA pensar e falar sobre

outros temas. Nesta assembleia foi realizada um sorteio de sementes crioula de couve e girassol e foi sorteado onde seria o próximo mutirão. Foi discutido normas para a entrada de novos grupos e, neste dia, era a primeira reunião das mulheres do grupo Reginaldo.

Ao longo da assembleia, as mulheres da RAMA foram colocando pontos importantes para cada uma delas, relembrando o início das atividades com a SOF e a importância para as mulheres agricultoras da RAMA. Uma agricultora fala que, quando a SOF começou via Ater, “nós perguntamos se o que elas vinham fazer aqui seria um trabalho ou um compromisso com as mulheres” e outra agricultora pontuou que “as mulheres de São Paulo (SOF) são anjos na nossa vida”. As agricultoras relatavam que as reuniões com a SOF levavam qualidade de vida para as mulheres, e que aos poucos as companheiras foram entendendo que não é só plantar, mas também entender as pautas feministas, a importância da documentação (DAP), uma das mulheres conta que “fui ter meu documento de agricultora perto de me aposentar, e agora eu sei dos meus direitos”.

As mulheres pontuaram também questões relacionadas à divisão do trabalho na casa,

> Chegou a hora das mulheres se valorizar, as mulheres plantavam, chegavam em casa e ainda tem que trabalhar, só o marido podia descansar e também se aposentar porque só eles podiam ter documento e hoje somos nós que estamos mandando na área (Fala de uma agricultora na Assembleia da RAMA, 09/09/2022)

Outra agricultora complementa “agora tem dinheiro todo mês, não precisa pedir dinheiro para o marido e alguns ainda falam que quem comanda a casa são as mulheres” e sinaliza a importância das cadernetas e de anotar tudo o que é produzido e vendido,

> Com a caderneta aprendemos a colocar valor no que vendia, o que doava e o que sumia. Se a gente não coloca parece que a gente não está fazendo nada”. Antes muitas mulheres achavam que não contribuíam em nada de casa, e que o marido tinha que comprar tudo no mercado, mas com a caderneta vemos que colaboramos e muito com a economia familiar (Fala de uma agricultora na Assembleia da RAMA, 09/09/2022)

A agroecologia foi destaque nessa assembleia e que as mulheres precisam conversar mais sobre agroecologia, porque as pessoas não tem noção que os produtos do mercado estão cheios de veneno. “Nós aqui não gastamos com insumos, usamos cinza, simpatia (usar a cinza da fogueira de São João na couve). Aqui nós cuidamos do território e o território cuida da gente” (Agricultora RAMA)

Voltamos para o quilombo do Ribeirão Grande por volta das 17 horas, jantamos e participamos de uma confraternização com as mulheres da RAMA e suas famílias, tinha um trio de forró, e as pessoas dançavam e conversavam com muita descontração.

No dia 10/09/2022, pela manhã, foi realizado um grande encontro com todas as participantes da RAMA e os participantes do intercambio tinham como tema as ameaças que as mulheres sofrem no Vale do Ribeira, e talvez neste momento começo a de fato entender o tamanho daquela parceria construída ao longo desses anos e os problemas que as mulheres da RAMA enfrentam. A atividade começa com a mesma dinâmica, ou seja, mandala e música, e logo em seguida uma das integrantes da SOF, começa lendo um texto sobre Maria Filipa de Oliveira[30], por conta da independência do Brasil, e faz uma leitura com um viés feminista.

Uma das mulheres da RAMA, quilombola e também uma das representantes da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ[31], toma a palavra. Ressalta que, ameaças

[30] Maria Felipa nasceu na Ilha de Itaparica, ganhadeira, pescadora e habilidosa capoeirista, ela teve uma importante atuação na luta que estabeleceu a independência do Brasil na Bahia. Em 1823, no litoral de Itaparica, embarcações portuguesas aguardavam para invadir Salvador e foi neste contexto que o feito de Maria Felipa foi crucial para a derrota dos portugueses. Ela liderou um grupo de 40 mulheres, estrategicamente organizadas para atrair os vigias dos navios portugueses e afastá-los das embarcações, uma vez longe de seus postos, os homens foram surrados com galhos de cansanção (*Jatropha Urens*), era sabido por elas que a planta, parecida com a urtiga, era altamente venenosa e que provocava queimadura grave na pele, ardência e muita dor. Com o plano, Maria Felipa e o grupo de mulheres conseguiram incendiar as embarcações no litoral de Itaparica e derrotar os portugueses em 2 de julho de 1823. Depois de muitos anos de apagamento, há um esforço para comunicar o protagonismo de Maria Felipa nas lutas pela independência, uma mulher negra, destemida e que com sua coragem marcou a história da nação. (Brasil, 2022)

[31] Lutar pela garantia de uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização das comunidades de quilombo; por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos; o protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas; pela permanência do (a) jovem no quilombo e acima de tudo pelo uso comum do Território, dos recursos naturais e em harmonia com o meio ambiente. (Brasil, 2023)

são aquelas que impedem as pessoas de se desenvolverem, que o Vale do Ribeira é um território de abandono, no qual as pessoas construíram modos de sobrevivência, contudo, estar cercada por um parque e pelas unidades de conservação, dificulta muito o trabalho na agricultura das pessoas no Vale do Ribeira.

Segundo o Guia de Áreas Protegidas do Estado de São Paulo, a Area de Proteção Ambiental (APA) – Planalto do Turvo, foi criada em 2008, sendo composta por comunidades conhecidas como Paraíso, Conchas, Quilômetro 270 e Bela Vista, estando localizada no município de Barra do Turvo e uma pequena parte no município de Cajati. Junto com outras 13 áreas protegidas, a APA Planalto do Turvo integra o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC), no Vale do Ribeira, uma das regiões mais significativas de remanescentes primários de mata atlântica, com ampla biodiversidade de flora e fauna, além de rico patrimônio cultural, que totaliza uma área aproximada de 150 mil hectares. Essa unidade de uso sustentável já era, desde 1969, considerada área protegida, de proteção integral, integrante do Parque Estadual Jacupiranga, desmembrado em 2008, na formação do MOJAC. A recategorização da unidade foi importante para as comunidades residentes na região da APA, constituídas predominantemente de famílias de pequenos agricultores, migrantes do Sul, Nordeste e Centro-Oeste, atraídos quando da construção da rodovia BR-116.

A criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC) pela lei 12.810, de 12 de fevereiro de 2008, a partir da recategorização do antigo Parque Estadual do Jacupiranga, trouxe novas e imprescindíveis expectativas para a proteção da mata atlântica e para a resolução de conflitos quanto às ocupações tradicionais e antigas na região do Vale do Ribeira. A criação do mosaico desencadeou um processo de abertura e diálogo e de espaços de participação das comunidades, possibilitando a construção de acordos e consensos para um ordenamento territorial que viabilize a conservação e o desenvolvimento local. Causou aumento significativo do território protegido por meio da incorporação de novas áreas de relevante interesse para a conservação da biodiversidade, que antes não figuravam em nenhuma categoria de proteção. (SIGAN, 2024).

Com a nova lei, o Parque Estadual de Jacupiranga (Quadro 5), que tinha 150 mil ha de extensão, teve sua área protegida ampliada para mais 90 mil ha, sendo subdividida em três parques estaduais: Caverna do Diabo, Rio Turvo e Lagamar de Cananeia. Os dois primeiros parques compõem, respectivamente, o território de Barra do Turvo, além de possuir outras unidades de conservação APA, como: Rio Pardinho e Rio Vermelho e Planalto do Turvo. As Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis (RDS), Barreiras/Anhemas, Quilombo de Barra do Turvo e Pinheirinhos.

Quadro 5. Unidades de Conservação que se localizam no Município de Barra do Turvo – SP.

Categoria	Unidade de Conservação	Área	Municípios
Parque	Caverna do Diabo	40.219,66 ha	Barra do Turvo, Eldorado e Iporanga
	Rio Turvo	73.893,87 ha	Barra do Turvo, Cajati e Jacupiranga
APA	Rio Pardinho e Rio Vermelho	3.235,47 ha	Barra do Turvo
	Planalto Turvo	2.721,87 ha	Barra do Turvo e Cajati
RDS	Barreiro/Anhemas	3.175,07 ha	Barra do Turvo
	Quilombos de Barra do Turvo	5.826,46 ha	Barra do Turvo
	Pinheirinho	1.531,09 ha	Barra do Turvo

Fonte: SIGAN, 2023 Organizado e elaborado pela autora.

O impasse quanto às áreas de proteção, dificulta para as mulheres poderem plantar do jeito que elas acham melhor, os inúmeros programas de compensação, como o Plantio de Juçara, o Projeto de Viveiro de Mudas, os Projetos de restauração ambiental, que segundo a mulheres da RAMA, esses projetos têm sempre uma pegadinha, como por exemplo não pode plantar nada a 200 metros no entorno da plantação de juçara[32]. Seguem algumas falas das

[32] A palmeira Juçara (*Euterpe edulis* Martius) é típica da Floresta Atlântica do Brasil. Como produtos da Juçara, além de seus frutos, dos quais se extrai uma saborosa polpa, está o famoso palmito juçara, exaustivamente explorado. Devido ao extrativismo predatório de seu palmito, a palmeira Juçara passou a ser considerada oficialmente uma espécie em risco de extinção.

mulheres da RAMA, no que diz respeito as dificuldades quanto às questões ambientais.

> “A gente manda no nosso território ou somos mandadas. Somos escravas, não fazemos o que queremos.”

> “Nós temos terrenos, mas não conseguimos fazer nada, pois tem lei para tudo. As mulheres da Floresta precisam ter autonomia nos seus espaços”

> O que está sendo compensado? É tudo compensação ambiental de empresas estrangeiras. Nós brasileiras estamos sendo expulsas do Brasil.

Existe um incentivo governamental em aumentar a área de reflorestamento e conservação, contudo, vão encurralando as populações tradicionais que ali vivem. Muitas mulheres da RAMA relataram levar multa ambiental por não poder plantar em determinado local, “a fiscalização fica em cima e perdemos o controle da nossa terra” (Agricultora RAMA). Essas famílias vivem em insegurança territorial e o que elas desejam é ter segurança e soberania em seus territórios, sendo que, cada vez mais há uma diminuição da área plantada. Não olham para o ecossistema da Mata Atlântica, que como um todo está ameaçado, olham apenas uma única planta, como se ela estivesse apartada de sua “casa”. Quando vemos o problema a partir de um olhar mais amplo, entendemos que o que ameaça o ecossistema (e dentro dele, a juçara) são os fazendeiros, as mineradoras, os agropecuaristas, em seus pastos para a criação de búfalos e monocultivo de banana. E faz parte desse projeto de mercantilização e financeirização da natureza, a responsabilização das comunidades quilombolas pelos danos causados pelo capital. É mais conveniente para eles responsabilizarem o quilombola que colhe o palmito artesanal do que as grandes pressões sobre o ecossistema. (Integrante da RAMA, Quilombola e representante do CONAQ, 2022)

No período da tarde fomos até o bairro Bela Vista, do Grupo Esperança e que participam sete (7) mulheres agricultoras. Foi realizada uma atividade em homenagem a Rosalina Aparecida Galdino. Rosa (Figura 28) como era

conhecida, foi uma liderança sindical importante para a luta contra a imposição de multas ambientais aos moradores, no fortalecimento das mulheres e da população negra na região. Foi entregue um quadro com a pintura da Rosa as irmãs dela e colocada na Casa da Pastoral da Criança do Bairro Bela Vista.

Figura 28. Homenagem a Rosalina Aparecida Galdino.



Fonte: https://www.sof.org.br/mulheres-em-defesa-do-territorio-corpo-terra-curso-de-extensao-da-ufrrj-realiza-intercambio-com-a-rama-no-vale-do-ribeira/, 24/11/2014.

Neste bairro pudemos ir conhecer o espaço de uma das mulheres da RAMA, e que segundo ela, apelidou de “cantinho da paz”, na qual ela produz os fitoterápicos, as tinturas de homeopatia, pomadas, além de ser um espaço que as mulheres da RAMA podem frequentar para fazer terapia online, pois a psicóloga é paga pela SOF.

No fim do dia 10/09/2022 partimos para o Centro de Envolvimento Agroflorestal Filipe Moreira (CEAFIM), na divisa do estado de São Paulo e Paraná, pois além de ser um espaço de interesse nacional e internacional do ensino de agrofloresta, é a residência de uma agricultora da RAMA.

Para chegar até o CEAFIM, existem duas possibilidades: atravessar o rio Capivari de barquinho que você puxa uma corda com as próprias mãos ou de tirolesa, como já chegamos e estava escuro, as malas foram de tirolesa e as pessoas no barquinho. O CEAFIM possui uma estrutura de pousada, com muitos

quartos com camas e banheiros e uma cozinha bem grande. Nos acomodamos em nossos quartos e participamos de um jantar elaborado somente com produtos da agrofloresta do CEAFIM, tinha pato e galinha caipira assado, pupunha refogada, arroz, feijão e saladas variadas. Tivemos um momento de bastante descontração, conversas mais profundas, além de poder experimentar o hidromel produzido pela agricultora. Ainda neste jantar, a técnica da SOF veio conversar comigo, perguntando sobre o meu interesse de pesquisa mais profundamente e me questionando sobre a dificuldade em fazer campo em Barra do Turvo, por conta das condições físicas do município, as distancias percorridas para encontrar e conversar com as mulheres da RAMA Para tanto, me propôs enviar um vídeo sobre a pesquisa para ser divulgado na assembleia da RAMA, e caso elas autorizassem, eu poderia retornar e assim realizar as entrevistas.

No dia 11/09/2022, acordamos e depois do café da manhã, fomos conhecer o espaço e fizemos uma caminhada com a Agricultora da RAMA e com a técnica da SOF, para compreendermos as práticas da agrofloresta. A agrofloresta, é uma forma de manejo da terra capaz de aliar a produção agrícola com a dinâmica florestal. Para ABDO *et al*. (2008), os Sistemas Agroflorestais (SAF) constituem sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes (árvores, arbustos, palmeiras) são manejadas em associação com plantas herbáceas, culturas agrícolas e/ou forrageiras e/ou em integração com animais, em uma mesma unidade de manejo, de acordo com um arranjo espacial e temporal, com alta diversidade de espécies e interações ecológicas entre estes componentes

Segundo Éverton de Moraes Kozenieski, em seu livro “Trabalho de campo contribuições do curso de geografia-licenciatura da UFFS ao ensino e à pesquisa” (2022), ele destina um capítulo sobre o trabalho de campo realizado no CEAFIM, no qual aponta que a Agrofloresta avançou em Barra do Turvo na década de 1990 em meio ao quadro de vulnerabilidade socioambiental e a agrofloresta. Como sugere o fundador do CEAFIM, é uma inovação do sistema agrícola quilombola, e que tem o foco na fertilidade natural do solo. A diferença é que a agrofloresta substituiu o fogo pelo facão. A queimada (e sua primazia para com a fertilidade do solo para as culturas em curto prazo), pela poda e com a agregação continuada de biomassa ao solo e a construção permanente de sua fertilidade natural. (Kozenieski, 2022)

A agricultora da RAMA, desempenha um papel fundamental no CEAFIM, e não só de esposa do fundador, ela é responsável pela organização do centro, ela que acomoda os visitantes, cuida das refeições de todas as pessoas, na qual utiliza todos os alimentos retirados da agrofloresta. Ela também produz conservas e geleias que são vendidas e entregues pela SOF em São Paulo e vendidas em feiras em Curitiba – PR. Em conversa com ela, a mesma demonstra um interesse que todas as mulheres agricultoras da RAMA participassem das feiras em Curitiba, contudo não há um incentivo por conta da SOF, que faz o intermédio com o mercado consumidor da capital de São Paulo.

Antes mesmo do almoço, partimos rumo a cidade de São Paulo, onde aconteceria uma roda de conversa com o tema Economia Solidária x Emancipação coletiva no Instituto Baru, um dos espaços em São Paulo que compram e comercializam os produtos da RAMA. Junto com o grupo que participou do curso de extensão, foram para São Paulo mais duas (2) agricultoras que iriam participar da roda de conversa sobre a experiencia da RAMA. Duas mulheres nascidas e criadas em Barra do Turvo, com suas vidas toda dedicada à agricultura. Chegar ao Baru, foi a materialização da rede criada para a comercialização dos produtos cultivados pelas mulheres da RAMA. Ver os alimentos organizados em caixas, prateleiras e a descrição de quem produziu, priorizando e estimulando um consumo consciente e responsável. (Figura 29).

Figura 29. Produtos da RAMA comercializados no Instituto Baru – SP.



Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 11/09/2022.

Em um dado momento da visita, uma das agricultoras me puxa pela mão e fala, “olha fia, esse feijão eu que plantei, tira uma foto minha com ele” (Figura 30), foi muito relevante presenciar que essa agricultora tem muito orgulho de onde o seu trabalho chegou e de toda a transformação que ela atingiu na sua vida desde que começou a participar dos encontros com a SOF e, posteriormente, participar da criação da RAMA.

Figura 30. Agricultora da RAMA no Instituto Baru – SP.



Fonte: trabalho de campo realizado no dia 11/09/2022.

As agricultoras da RAMA, em suas falas, informaram que apesar das dificuldades financeiras, elas e suas famílias possuem uma mesa farta e com muita variedade, mas que quando participam de feiras de sementes percebem que ainda tem uma infinidade de alimentos a serem produzidos. De quanto estar na roça é importante para elas, e que de “lá eu não saio, pois me fez aprender

plantar para se alimentar e também conseguimos ensinar os filhos, assim como nossos pais nos ensinaram” (depoimento de uma das agricultoras).

> Antes da SOF, tínhamos muita dificuldade de comercialização, antes vendíamos para os vizinhos, porque em Barra do Turvo, tudo é muito distante, os bairros são distantes, e até por isso, foi mais interessante a RAMA estar organizada em vários grupos por conta da distância dos bairros, e devido a isso cada grupo tem a sua dinâmica, tem grupos que se encontram sempre, fazem festas outros grupos não têm essa interação. E agora a mercadoria já sai da nossa casa vendida para os GCRs em São Paulo, e tudo ficou melhor, porque resolveu o nosso problema de comercialização. (depoimento de uma agricultora da RAMA na roda de conversa no Instituto Baru, realizada no dia 11/09/2022)

O encontro no Instituto Baru terminou às 19 horas e eu saí de lá com o compromisso de enviar para as integrantes da SOF, o vídeo com um breve resumo da pesquisa para solicitar o pedido de entrevistas. Voltei para Presidente Prudente, com a sensação de que não conseguiria realizar este trabalho, seja pela distância das propriedades rurais, seja pela sensação de incapacidade de transmitir tudo o que tinha vivenciado com essas mulheres tão incríveis. Foram muitos questionamentos quanto a essa ligação das agricultoras com as integrantes da SOF, pois é de muito respeito e atenção com cada uma dessas mulheres, com o intuito de cada vez mais expandir o mundo das agricultoras da RAMA, fazendo com que elas contem a sua história. E talvez seja este um ponto muito importante para esta pesquisa, a SOF, apesar de todo o cuidado com as mulheres da RAMA, inclusive comigo quanto pesquisadora de como poderia realizar as entrevistas, mas em nenhum momento as integrantes da SOF falam em nome das mulheres da RAMA, as agricultoras sempre são convidadas a falar por elas mesmas, seja nos encontros, palestras ou vídeos produzidos pela SOF.

6.1 As entrevistas são permitidas e a volta ao campo

Depois de um período de quatro meses de espera, em setembro de 2023 foi aprovada, em assembleia, minha ida a campo e a realização das entrevistas. Foi enviado ao meu *e-mail* institucional, 5 (cinco) contatos telefônicos de agricultoras, com as quais eu poderia me comunicar e marcar as entrevistas. Contudo, só obtive retorno de duas (2) agricultoras, sendo uma do Grupo Rio

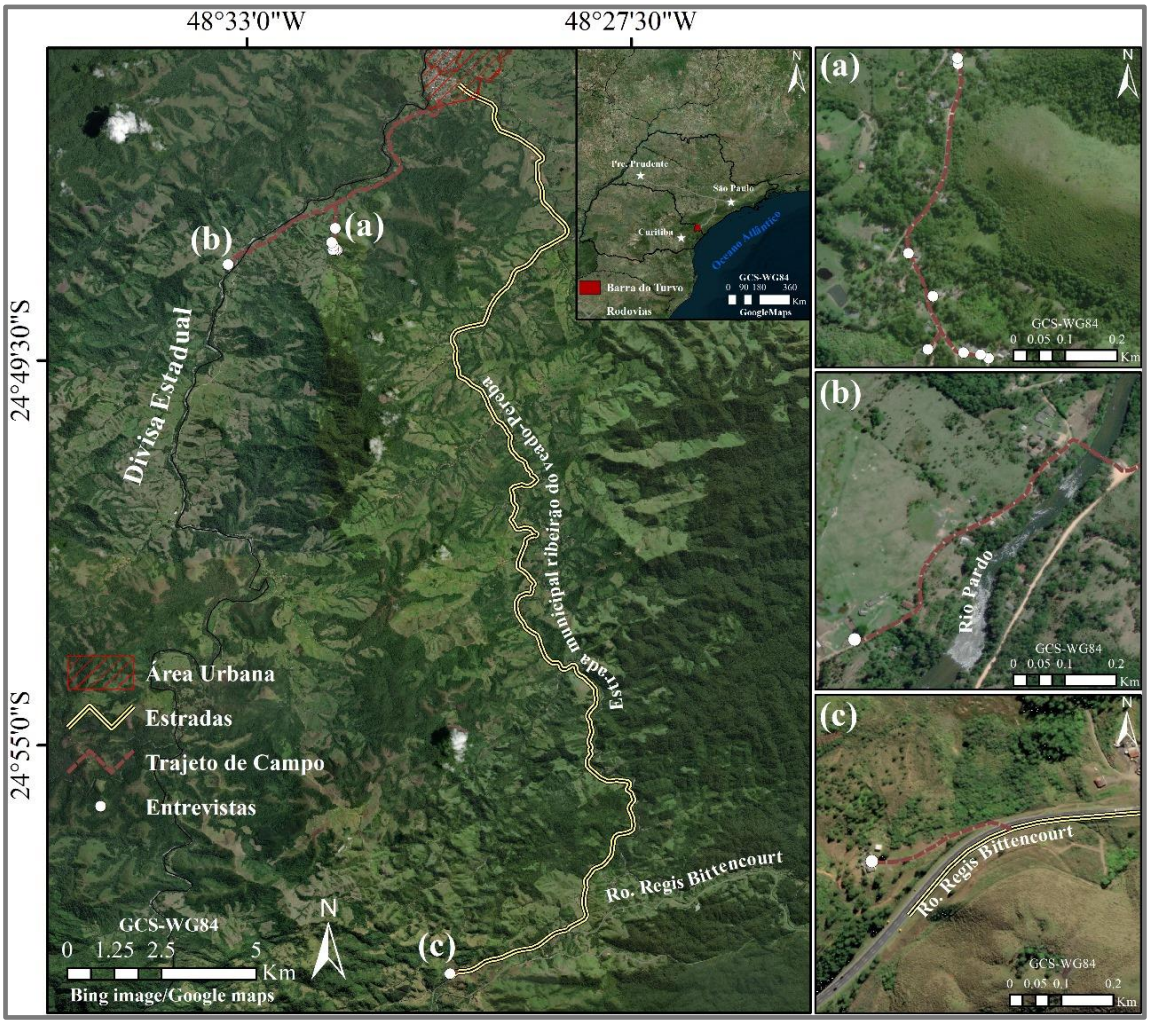
Vermelho e outra do Grupo Rosas do Vale. De uma agricultura nunca foi respondida minha mensagem e das outras 2 (duas) foi realizada uma conversa prévia, mas que nunca chegou a ser finalizada e marcadas as entrevistas, sendo que essas duas mulheres pertencem aos Grupos As Perobas e As Raízes, localizados nos quilombos Terra Seca e Ribeirão Grande. Deste modo, em conversa com as duas agricultoras, elas me passaram o contato de outras participantes dos grupos, permitindo assim entrevistar 12 mulheres agricultoras e participantes da RAMA.

As entrevistas foram marcadas para acontecer entre os dias 12 e 13 de novembro. No dia 11/11/2023 foram percorridos 600km, distância entre Presidente Prudente e Barra do Turvo e ficamos hospedados em um hotel de posto de combustível na beira da Rodovia Regis Bittencourt.

Realizar o campo (Figura 31), e entrevistar 12 mulheres e ter a oportunidade de conhecer por onde essas mulheres andam, as suas histórias e como se deu a organização da RAMA, a chegada da SOF, e assim entender como foi desenvolvida a autonomia econômica e pessoal, bem como a comercialização baseada na economia solidária e feminista. A realização de entrevistas com roteiro semiestruturado (anexo) foi essencial para confirmar a hipótese desta tese.

O trajeto da pesquisa de campo foi organizado de duas maneiras diferentes: no dia 12/11/2023 foi determinado pela **Dona Benedita** (Figura 31 – c), agricultora da Rama que organizou com as agricultoras do grupo Rio Vermelho um encontro em sua propriedade. Desta forma, entrevistei as cinco (5) mulheres e agricultoras da RAMA no mesmo lugar; e no dia 13/11/2023 realizei as entrevistas com as seis (6) integrantes da RAMA no bairro Córrego da Onça (Figura 31 – a) e uma entrevista na divisa com o Paraná, na qual só é possível chegar atravessando o Rio Pardo por uma ponte e a pé (Figura 31 – b).

Figura 31. Mapa de campo realizado entre os dias 11/11/2023 e 15/11/2013 no município de Barra do Turvo.



Fonte: Elaborado pela própria autora.

Os roteiros de entrevista foram divididos em sete (7 seções: de informações gerais sobre as agricultoras, como nome, idade, escolaridade e filhos; sobre a vida das mulheres na agricultora; o encontro com as integrantes da SOF; a criação da RAMA; a divisão do trabalho; comercialização; e a importância de estar organizado junto com outras mulheres). Dividimos as informações obtidas por meio das entrevistas em quatro (4) subcapítulos, que são eles: conhecendo as agricultoras; o encontro com a SOF, a criação da RAMA e a comercialização; a importância da organização das mulheres; e os impactos da pandemia na vida das mulheres do grupo Rio Vermelho e Rosas do Vale.

6.1.1 Conhecendo as agricultoras

Se faz necessário que essas mulheres com histórias tão distintas se apresentem, cada uma a sua maneira, umas mais falantes. outras mais tímidas, umas que se sentam embaixo da sombra de uma arvore e outras ainda com roupas a serem estendidas na mão, pararam um tempo para contar como se deu a organização coletiva de mulheres, o encontro com a SOF e a importância da RAMA.

Sou recebida na propriedade da **Dona Benedita**, nos encontramos na porteira. Ela, junto do seu filho, esperava o ônibus que o levaria a escola. Ficamos conversando um tempo, **Dona Benedita** foi a primeira a aceitar realizar as entrevistas e já organizou com todas as participantes do Grupo Rio Vermelho, grupo que leva o nome do bairro, localizado as margens da Rodovia Regis Bittencourt, que liga o município de São Paulo a Curitiba. Logo chega **Dona Ada** a primeira a ser entrevistada, ela muito alegre e falante, já me puxa para sentar-se no chão e começamos a entrevista

Dona Ada tem 50 anos, é natural de Barra do Turvo, é casada há 25 anos e tem duas filhas, uma de 22 anos e outra de 19 anos. Estudou até a 1º ano do ensino fundamental e teve uma vida marcada pelo excesso de trabalho.

> Meu pai me levava pouco para a escola, ia duas vezes na semana, a escola era perto, mas eu trabalhava muito e acabava que meu pai mandava os meninos mais velhos para a escola e falava que mulher não precisava estudar. (**Dona Ada** entrevista realizada 12/11/2013)

Dona Ada ainda criança trabalhava pesado, fazendo roça para a sua família e de empreitada, plantava milho, feijão, fazia farinha e doces variados. Aos 21 anos deixou a casa dos pais em busca de novas oportunidades. Ao morar com um irmão, se depara com a realidade da falta de escolaridade e vai trabalhar de doméstica, contudo não se adapta a nova vida.

> Com 21 anos eu percebi que não tinha tempo para nada, vi que ia morrer aqui e minhas irmãs estudando, fugi com 5 reais no bolso ou meu pai ia me matar de tanto trabalhar e fui morar com um irmão, trabalhei um tempo de limpar casa, mas eu não gosto desse tipo de trabalho. Não voltei para a casa da minha mãe

> porque ela foi muito ruim para mim, me batia de tirar sangue. (**Dona Ada** entrevista realizada 12/11/2013).

O acesso a sua terra, 2 hectares, se deu através de ação judicial. **Dona Ada** e sua família moravam nas terras do patrão quanto este perdeu a terra por conta de ações do Ministério do Meio Ambiente, e segundo a entrevistada, devido a ela entregar muitos produtos para o PAA, com o auxílio de um advogado da prefeitura, ela e mais três (3) famílias foram assentadas, “começamos com o desejo de plantar e hoje temos uma agrofloresta”.

Dona Benedita se aproxima e começamos a entrevista. **Dona Benedita** fala muito bem e é bem posicionada no grupo, sendo uma líder que reune a produção das mulheres do grupo Rio Vermelho, e junto com sua nora deixam tudo organizado para posteriormente repassar o valor arrecadado com as vendas da RAMA. **Dona Benedita** tem 49 anos, é natural de Irati – PR e mora em Barra do Turvo há 10 anos e tem quatro (4) filhos e possui 24 hectares. “Eu sou criada na agricultura”, **Dona Benedita** é filha de agricultores, depois do casamento chegou a ter um restaurante em Curitiba e com sua venda decidiu comprar as terras em Barra do Turvo.

> No começo aqui senti muita dificuldade em me adequar, porque no Paraná o clima é muito diferente, aqui as chuvas vêm e depois um sol muito forte, além da comercialização, por sermos novos aqui, não conhecíamos nada. (**Dona Benedita** entrevista realizada 12/11/2013).

Dona Catarina chega para a entrevista junto com o marido que, além de trabalhar na agricultura, é o motorista do ônibus que leva as crianças para escola. Ela tem 45 anos e veio morar em Barra do Turvo ainda criança, estudou até o 7º ano do ensino fundamental, sendo casada e tem três (3) filhas (24 anos, 21 anos e 17 anos). A sua propriedade tem 24 hectares, e ela destina 2 hectares para a sua produção de mandioca, milho, feijão e hortaliças. Foi nascida e criada no sítio, e nunca exerceu outra atividade remunerada e sua propriedade foi herança dos pais. A maior dificuldade enfrentada com a agricultura é com a comercialização e com as multas do Meio Ambiente. “Bem antes, agora está um pouco melhor, a gente não podia abrir área nenhuma que o Meio Ambiente vinha e multava a gente, o que dificultava muito o nosso trabalho.” A relação com as

multas do “Meio Ambiente” é uma realidade das agricultoras de Barra do Turvo, pois existe uma fiscalização atuante por conta dos parques e reservas ambientais existentes na região.

A entrevista com a **Dona Elisabete** e com a **Dona Fatima** é realizada em conjunto, o que facilitou, porque elas também trocavam informações entre elas. **Dona Elisabete** tem 59 anos, é natural de Toledo – PR e estudou até o 6º ano, tem dois (2) filhos, um falecido recentemente e outra que é solteira. Sua propriedade tem 48 hectares. É filha de agricultores, que possuíam terras em Barra do Turvo e trabalhou por muitos anos como doméstica em Curitiba - PR e Florianópolis – SC.

> Despois que o papai morreu, eu voltei para cá, a propriedade continua no nome da minha mãe, ainda não passei para o meu nome, e comecei o projeto de agrofloresta em 2009. Antes eu levei muita multa do Meio Ambiente, porque não podíamos abrir áreas novas, mas depois que comecei com a agrofloresta tudo ficou na paz, e na minha agrofloresta tem muita fruta, frutas variadas. (**Dona Elisabete** entrevista realizada 12/11/2013).

Dona Fatima tem 34 anos e é natural de São Paulo e mora em Barra do Turvo há 22 anos, estudou até 4º ano do Ensino Fundamental, é casada e possui três (3) filhos (11 anos, 10 anos e 4 anos), e a sua propriedade tem 70 hectares.

> Eu comecei quando casei, meu sogro comprou as terras, mas lá agora é Parque, comecei com a minha hortinha, mas é tudo difícil, porque qualquer coisa que eu planto ou colho, eu tenho que prestar conta. (**Dona Fatima** entrevista realizada 12/11/2013)

A **Joana** tem 17 anos e é filha da **Dona Benedita** que fez questão que eu conversasse com a filha por acreditar que é o futuro da agricultura e das mulheres da RAMA. He., diferentemente da sua mãe, está no último ano do ensino médio.

> Eu sempre ajudei minha mãe na horta, desde muito pequenininha e quando eu comecei a escola integral ficou mais difícil ajudar minha mãe, mas agora eu comecei o curso Ater Jovens[33], eu vou uma vez por mês e falamos muito sobre

[33] Curso para a Formação de lideranças jovens rurais (ATER – Assistência técnica e Extensão Rural para Jovens rurais), promovido pelo Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e

> agricultura familiar e políticas públicas e sinto que está sendo muito bom para mim. (**Joana** entrevista realizada 12/11/2013)

Para **Joana**, o trabalho da sua mãe reflete a importância das mulheres na agricultura familiar, além de reforçar que depois da criação da RAMA, a próxima geração saberá a importância do feminismo, “todas as crianças que têm na RAMA vão crescer sabendo o que é feminismo e a importância dele.

> Meu pai não vai para roça, só mexe com bicho, esterco e na agricultura quem trabalha é a minha mãe. Quando eu falo em agricultura família eu penso em mulher, lembro da minha mãe. (**Joana,** entrevista realizada 12/11/2023)

Além da filha, entrevistei a **Margarete,** nora da **Dona Benedita**, ambas pertencem ao grupo Rio Vermelho e a RAMA, mas mora em uma outra casa na mesma propriedade. A nora fica mais responsável em ajudá-la com as notas fiscais e com a organização dos produtos que são enviados para São Paulo. **Dona Benedita** é uma mulher agregadora e com disposição para mudar a realidade em que vive e que busca auxiliar as outras agricultoras em suas autonomias pessoal e financeira.

Começo entrevistando as mulheres do Bairro Córrego da Onça, do Grupo Rosas do Vale pela **Dona Nina** tem 41 anos e é natural de Barra do Turvo, estudou até o último ano do ensino médio, filha de pais agricultores, é casada e mãe de dois filhos ainda em idade escolar. Mora no bairro do Córrego da Onça desde os 10 anos, a casa em que ela mora não fica no mesmo lugar do sítio (7 hectares), a casa ela comprou com o marido e o sítio foi herança de família. No sítio ela produz de tudo um pouco, tal como feijão, mandioca, batata doce, frutas entre outras coisas. **Dona Nina** relata a dificuldade de viver da agricultura no município de Barra do Turvo.

> A falta de apoio é a maior dificuldade, aqui no município não temos apoio para viver só da agricultura, precisamos sempre fazer um bico por fora, e é muito difícil de trabalho aqui para as

Cidadania do Vale do Ribeira, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário. (IDESC, 2023).

> mulheres. No ano passado eu trabalhei no viveiro pelo bolsa do povo[34]. (**Dona Nina** entrevista realizada 13/11/2013).

O bairro Córrego da Onça, apesar de ser na zona rural, ele possui uma característica das casas serem muitos próximas umas das outras, **Dona Nina** falou para passar na casa da **Dona Rute** que também participa do Grupo Rosas do Vale, desço algumas casa e encontro a **Dona Rute** e sua filha fazendo mudas de flores e ela me concedeu uma entrevista. **Dona Rute** tem 51 anos, é natural de Curitiba e veio morar em Barra do Turvo ainda criança e estudou até o 4° ano do ensino fundamental; é desquitada e possui duas filhas (25 anos e 18 anos) e ela não soube me informar o tamanho da propriedade, sendo que esta é do seu sogro.

> Eu trabalho na agricultura desde criança, plantava arroz, feijão e depois que eu casei e vim morar no bairro das Córrego da Onça, eu planto café. A maior dificuldade ainda é a comercialização, a maior parte das coisas que produzimos aqui é para consumo próprio. (**Dona Rute** entrevista realizada 13/11/2013).

A próxima entrevista é com a **Dona Samira** e a sua filha **Virginia,** encontro com elas limpando o templo Assembleia de Deus. Dona Si. tem 43 anos é natural de Guapiara – PR, e veio morar em Barra do Turvo quando tinha 1 ano de idade e completou o ensino fundamental; é casada e tem 4 filhos (26 anos – falecida, 25 anos, 8 anos e 7 anos). Não soube informar o tamanho da propriedade, trabalha na agricultura desde criança junto com os pais. **Virginia** tem 25 anos, possui ensino médio completo, é solteira e tem 3 filhos (5 anos, 3 anos, 1 ano), assim como sua mãe, **Virginia**, trabalha na agricultura desde criança junto com sua mãe e seus avós e “hoje eu ajudo mais com as coisas da SOF”.

Para entrevistar a **Dona Tamara** precisamos percorrer uns 2km de carro e atravessar uma ponte sob o Rio Pardo a pé. **Dona Tamara** veio ao meu encontro e juntas caminhamos por cerca de 1 km. Ela e sua família moram na propriedade de uma pessoa que reside em Curitiba – PR.

[34] Instituído pela Lei nº 17.372, o programa Bolsa do Povo tem como objetivo concentrar a gestão dos benefícios, ações e projetos, com ou sem transferência de renda, para atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social. (GOV/SP, 2024)

Dona Tamara tem 45 anos, é natural de Barra do Turvo, estudou até o 7º ano, é casada e tem seis (6) filhos (26 anos, 25 anos, 23 anos, 19 anos, 17 anos e 12 anos), agora ela cuida de mais um sobrinho de 7 anos que a mãe faleceu, e atualmente moram cinco (5) pessoas na casa dela. Ela não tem ideia do tamanho da propriedade, mas segundo ela é muito grande.

> Eu trabalho na agricultura desde criança, a gente é da roça mesmo. Só depois de adulta que eu trabalhei na prefeitura na bolsa do povo, mas não era registrado. Chegava em casa e já ia mexer com a roça, porque era só meio período. (**Dona Tamara** entrevista realizada 13/11/2013)

Nessa fazenda, os pais do marido dela já trabalhavam, ele foi nascido e criado nessas terras, e depois o marido dela assumiu o trabalho do pai. Eles podem produzir para eles também, para consumo próprio e comercializar, tem muitas frutas, principalmente banana, “agora tem muito cambuci, beringela, pimentão, maracujá” como relata a **Dona Tamara**

Segue o quadro 6, com a síntese sobre as agricultoras da RAMA entrevistadas nos dias 12/11/2023 e 13/11/2013, nos quais conta com as informações pessoais e se elas acessaram programas do governo federal como o Bolsa Família[35] e se durante a pandemia da Covid 19 foram atendidas pelo Auxilio Emergencial[36].

Quadro 6. Síntese sobre as informações pessoas das agricultoras da RAMA entrevistadas.

Nome (fictício)	Idade	Naturalidade	Escolarização	Nº de Filhos	Acesso Bolsa Família	Acesso ao Auxilio Emergencial
Ada	50	Barra do Turvo	1º ano	2	NÃO	SIM
Benedita	49	Irati - PR	6° ano	2	SIM	SIM

[35] Instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, o Programa Bolsa Família constitui etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da renda básica de cidadania, na forma estabelecida.

[36] O Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal e teve por objetivo fornecer proteção emergencial no enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19, em conformidade com a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

Catarina	45	Barra do Turvo	7° ano	3	SIM	SIM
Elisabete	59	Toledo - PR	6ºano	2	NÃO	SIM
Fatima	34	São Paulo	5º ano	3	SIM	SIM
Joana	16	São José dos Pinhais	Ensino Médio Completo	-	NÃO	NÃO
Margarete	23	Tijuca	Ensino Médio Completo	1	NÃO	SIM
Nina	41	Barra do Turvo	Ensino Médio Completo	2	SIM	SIM
Rute	51	Curitiba - PR	4 ° ano	2	SIM	SIM
Samira	43	Guarapiara - PR	Ensino Fundamental Completo	4	SIM	SIM
Virginia	25	Barra do Turvo	Ensino Médio Completo	3	SIM	SIM
Tamara	45	Barra do Turvo	7º ano	7	SIM	SIM

Fonte: Trabalho de campo. Organizado e Elaborado pela autora.

As mulheres se diferem nas suas histórias de vida, mas todas são marcadas tanto pelo trabalho na agricultura desde a infância, quanto na maternidade, sendo que a maioria delas teve filhos no início da idade adulta, por volta dos 20 anos. Percebe – se que essas mulheres vivem uma tripla jornada de trabalho, pois trabalham na agricultura, nos cuidados com a casa e com os filhos.

6.1.2 O encontro com a SOF, a criação da RAMA e a comercialização

A partir das lembranças das agricultoras, analisaremos a entrada da SOF em Barra do Turvo, o encontro com as mulheres e os desdobramentos até os dias de hoje. Para tanto, nos utilizaremos dos roteiros de entrevista semiestruturada.

“Falar da SOF é uma coisa muito boa” (**Dona Ada**, 2023) é uma frase recorrente em todas as entrevistas, um sentimento de gratidão e de virada de vida, pois a partir dos trabalhos realizados com a SOF, houve mudanças estruturais na vida dessas mulheres, melhorias econômicas e pessoais. **Dona Elisabete** (2023) diz que “o projeto da SOF incentiva as mulheres a se libertarem, terem mais independência.” A SOF, entra, portanto, em contato com as mulheres do Vale do Ribeira via Ater, contudo, o trabalho se firma posteriormente somente com as mulheres agricultoras de Barra do Turvo em 2015. As primeiras reuniões foram realizadas para identificar o que poderia ser executado, tiveram ideias de cozinha industrial, mas o que as agricultoras queriam mesmo era criar um canal de comercialização.

> Quando a SOF chegou nós estávamos esquecidos, o PAA tinha acabado praticamente. O bom da SOF é que ela ajuda no que a gente quer. Nós queremos comercio, mais visão. No começo eram 9 mulheres e todas empolgadas. Fizemos muita reunião, todo mês e elas passando informações que a gente não sabia. E aí elas falaram é comércio que vocês querem, então nós vamos trabalhar para isso.” (**Dona Ada** entrevista realizada 12/11/2013)

No que diz respeito ao início da SOF em Barra do Turvo, as entrevistadas relatam este primeiro contato, com as reuniões sobre quais eram os interesses delas ou sobre a assembleia que ocorreu no CEAFIM. E de fato são dois momentos de início para essas mulheres, visto que o primeiro marca a chegada da SOF no território e o segundo quando de fato todos os grupos criados se transformam em RAMA e elas passam a ter uma unidade entre as mulheres.

> No começo elas faziam a reunião na casa de uma das mulheres do bairro, porque se juntava para ver o que cada uma queria fazer, por mais que crescemos na roça, não tínhamos mais incentivo para mexer com roça, daí elas faziam umas oficinas para colocar no papel o que a gente queria, se queria roça, qual era o desejo, no começo queríamos uma ateliê para costura, até tentamos O CEAFIM, cedeu um espaço que ela tinha, mas tinha que comprar maquinas, era um pouco mais difícil. Daí lá no CEAFIM, propôs da gente plantar lá, depois começamos a arrendar terra aqui no bairro para facilitar para as mulheres, tudo isso com a ajuda da SOF, todo mês elas vinham para ver como estava indo. (**Dona Nina** entrevista realizada 13/11/2023)

Dona Benedita ressalta que, no início do projeto, elas mesmo se identificavam como SOF,

> Antes a gente falava que era o grupo da SOF e ficamos assim por 4 anos, daí teve um intercambio no CEAFIM, daí falaram que o nosso neném já estava com quatro anos precisamos nomear, pensamos em muitos nomes e escolhemos RAMA, por conta das raízes de mandioca, batata doce que é muito cultivado aqui. (**Dona Benedita** entrevista realizada 12/11/2013)

> Eu acho que a SOF trouxe muita visibilidade pra cá, porque quando elas não estavam aqui por exemplo, plantávamos 10 maço de alface, que era para o nosso gasto, se a gente quisesse vender era muito difícil. Quando começamos a fazer feira e entregar para são Paulo trouxe muita visibilidade. Em são Paulo começamos a vender para um grupo pequeno de pessoa e hoje são vários grupos. Pra falar a verdade a gente vive da SOF. (**Joana** entrevista realizada 12/11/2023)

Podemos perceber que o CEAFIM tem uma importância muito grande para as mulheres da RAMA, visto que, para alguns grupos como o do Bairro Córrego da Onça, a Dona Maria ajudou e incentivou a formação do Grupo Rosas do Vale. Além de ser um ponto de encontro, é um lugar de aprendizagem para uma nova forma de praticar agricultura.

> Aqui foi uma indicação da Maria do CEAFIM, que falou que queria fazer uma reunião com as mulheres do Bairro Córrego da Onça. No nosso bairro, não temos muita terra para plantar e a gente queria algo que a gente já sabia, mexer com costura, mas somos todas agricultoras. Muito tempo atras meu pai vendeu toda a nossa terra para ajudar no tratamento de câncer e bem dizer ficamos só com a nossa casa, daí a Maria incentivou a gente e fomos ver algo de artesanato para ver se ia pra frente, mas não deu muito certo, uma que não tínhamos máquinas. Daí nós arrumamos terrenos dos vizinhos emprestados, tinha muito lugar abandonada e começamos a trabalhar, eu e a Dona No. Trabalhamos juntas. (**Dona Tamara** entrevista realizada 12/11/2023)

A SOF também contribuiu para que as agricultoras percebessem quantas coisas elas poderiam comercializar, produtos que elas nem sabiam que outras pessoas teriam interesse, como plantas medicinais, e o incentivo para produzir um excedente para ser comercializado, deixando de produzir somente para o consumo da família

> Um dia a **Tecnica 2** perguntou para mim, oh **Ada** o que você tem para vender? Não sei, eu tenho muda, vamos ver o que você tem. Isso aqui é o que? Isso aqui é outra coisa, daí fomos ver eu tinha mais de 80 itens. Isso aí é erva medicinal e lá em São Paulo todo mundo compra e elas mandaram, minha primeira compra deu 30 mudas. (**Dona Ada** entrevista realizada 12/11/2023)

> Depois que a SOF veio e incentivou vimos o valor de plantar bastante, porque antes plantávamos só pra gente mesmo. Daí veio o incentivo pra vender e a gente se animou mais, antes a gente nem pensava em vender, daí a gente se incentivou. Eu entrego beringela, pimenta Cambuci, farinha da casca de maracujá, maço de salsinha e peixinho. (**Dona Tamara** entrevista realizada 13/11/2023)

A comercialização foi o maior interesse das mulheres, apesar de elas acharem importante também as reuniões e os mutirões, o que mantem elas unidas são a garantia de venda com os grupos de consumo. Os grupos de consumo se comunicam via *WhatsApp* com as agricultoras, não existe uma obrigatoriedade de compra todos os meses, pois cada grupo possui a sua dinâmica de compra. As agricultoras que oferecem os produtos disponíveis e as quantidades que elas possuem, sendo que cada grupo de consumidores escolhe o que quer comprar. Essa dinâmica é realizada todo mês e uma vez os produtos são levados até São Paulo, sendo assim os produtos já saem de Barra do Turvo, comprados. Dona An. explica como funciona essa dinâmica:

> Funciona assim, cada uma faz uma lista dos produtos que tem, daí mandamos para eles (*WhatsApp*), mandamos numa semana e na outra eles retornam com os pedidos fechados, eles escolhem os produtos que querem e manda pra gente. Daí a gente faz uma divisão dos produtos para que cada agricultora receba o mesmo valor. Sempre mandamos as frutas da época, pão, geleia, requeijão. (**Dona Benedita** entrevista realizada 12/11/2023)

Dona Ada ressalta que não existe uma cobrança para atender os pedidos feitos, mas que existe um esforço para tentar enviar o que foi pedido, visto que os GCRs não estão preocupados só com os produtos, mas sim em como elas vão produzir, e se não existe uma exploração do trabalho dessas mulheres.

> Elas mandam que hoje é o dia do pedido, temos que falar o que temos para ofertar, daí eu vou na roça, olho e o coloco que tenho banana, tenho farinha. Daí ela manda para os grupos com as quantidades que eles precisam, mas se não conseguirem tudo

> bem, não precisa sofrer, mas eu sou assim, se me pedir eu vou fazer das tripas coração para conseguir entregar. (**Dona Ada** entrevista realizada 12/11/2023)

Assim como **Dona Benedita**, que organiza os pedidos e os produtos que serão comercializados em São Paulo, no grupo Rosas do Vale existe uma parceria entre a **Dona Tamara** e a **Dona Nina** Uma organiza os pedidos e a outra recebe os produtos das integrantes do grupo e faz as notas.

> Nós fazemos as ofertas, eu escrevo o nome de cada uma com o que elas têm para ofertar, eu anoto tudo para depois não embananar, aí a gente manda no *WhatsApp* – ofertas da Rosa do Vale, e depois vem os pedidos. Por exemplo vou querer 5 kg de banana e mais de uma mulher tem, a gente faz a divisão entre elas para que as duas recebam. Quem oferta pouca coisa como a **Dona Samira** que é mais colorau, cúrcuma e eu oferto mais coisa eu deixo todo o pedido de colorau para ela. A entrega agora no nosso grupo é a **Dona Nina** que recebe de todas as mulheres, aí ela faz a nota e despacha no carro que vai levar. (**Dona Tamara** entrevista realizada 13/11/2023)

Dona Ada complementa que elas tentaram entregar para São Paulo duas vezes por mês, mas que financeiramente não compensava por conta dos custos com o transporte.

> Uma vez por mês nós fazemos as entregas, até tentamos duas vezes no mês, mas por conta dos custos com o transporte vimos que não valia a pena. Tem vários grupos em São Paulo que recebem o que produzimos. Mas é assim, no nosso grupo depois do pedido feito eu trago tudo aqui para a casa da Dona An. e o caminhão passa aqui e ele leva para São Paulo, depois ela repassa o nosso dinheiro. E esse serviço é bem pesado, e difícil. (**Dona Ada** entrevista realizada 12/11/2013)

Além da comercialização com os Grupos de Consumo Responsáveis na grande São Paulo, o Grupo Rio Vermelho continua participando de feiras em Registro – SP. A primeira feira que elas participaram foi do SESC em Registro, através de um convite feito a SOF e hoje elas participam da Feira de Agroecologia e Economia Solidária de Registro – SP

> Eu comecei a fazer feira, fiquei esperta sair de casa, porque antes eu não saia. Fiquei dois anos indo para Registro, teve vez que eu tirei 800 reais, as vezes ia eu, outras vezes ia **Dona Benedita** (**Dona Ada** entrevista realizada 12;11;2023)

Dona Benedita enfatiza que entregar para os GCRs é uma garantia de venda, e que fazer feira em Registro faz com que ela gaste o dinheiro das suas vendas no próprio município e quem perde com isso é o município de Barra do Turvo que não promove nenhum incentivo de comercialização para as mulheres da RAMA.

> Na vida financeira você sabe que vai ter um dinheirinho, uma garantia, você vendeu, você entregou você sabe que vai receber, não é muito, mas ajuda. É um incentivo para gente, porque imagina a gente num lugar desse, não tem um ponto para gente vender. Nós queríamos agora um incentivo da prefeitura para ter uma venda melhor, eu já questionei um vereador, porque por exemplo eu faço feira em Registro toda semana e como já estou lá eu aproveito e faço compras por lá, então é um dinheiro que o próprio município perde. (**Dona Benedita** entrevista realizada 12/11/2023)

Para além da comercialização, que de fato não existia antes da chegada da SOF, ao longo dos anos foi adquirida uma cultura de reuniões e mutirões, que criasse uma relação de grupo e pertencimento entre essas mulheres.

> Quando estamos sozinhas é muito mais difícil conseguir alguma coisa e quando a gente se junta se tem uma que está mais pra baixo a gente nunca deixa essa mulher sozinha. quando estamos trabalhando juntas não é só a ajuda física é também a ajuda mental e entender que você tem uma rede de apoio (**Joana** Entrevista realizada 12/11/2023)

Os mutirões desempenham uma função muito importante na organização da RAMA, visto que, pelo menos uma vez por mês, as mulheres se encontram, fazendo com que elas criem laços de amizade e apoio uma para com a outra. Os mutirões é um espaço no qual o serviço rende e as mulheres trocam muita ideia uma com a outra, trocam experiencias e existe também uma relação de cuidado, quando alguma participante não está bem, seja de saúde física e/ou mental. **Dona Tamara** explica como acontecem os mutirões e sobre a possibilidade de realizar sessões de terapia:

> Os mutirões é uma vez por mês, de manhã é o mutirão e a tarde são as reuniões, e sempre tem alguém da SOF nos mutirões

> para falar sobre a venda, sobre mulheres que não estão querendo participar mais. Tem mulheres que entra e daí vão desistindo, e no caso da SOF elas querem que venham mais mulheres. As vezes a gente chega na representante da SOF e falamos tal mulher não está querendo participar, daí ela vai lá ver o que está acontecendo, daí tem o psicólogo se a pessoa quiser passar, não é pessoalmente é pelo celular. As vezes a gente vê que tem gente que precisa, porque tem problema com o marido, que não deixa sair, não deixa participar do grupo, mas a pessoa não aceita a passar no psicólogo. (**Dona Tamara** entrevista realizada 13/11/2013)

Os mutirões já tiveram dinâmicas diferentes, sendo realizados a cada dois meses. Na entrevista com a **Dona Nina** percebesse que os combinados sempre são ajustados para melhor atender as demandas da RAMA.

> Temos um grupo de *WhatsApp* e temos o mutirão que antes fazíamos a cada dois meses, e no ano passado juntas decidimos que uma vez por mês era melhor, porque a mulherada tem muito trabalho. No mutirão trabalhamos de manhã e fazemos reuniões a tarde e agora vamos voltar para um mês sim e outro n, mas é muita coisa para discutir, e agora vamos fazer um encontro só de reunião a cada 2 mês. Porque a gente fazia essa reunião que é na cidade com os representantes de cada grupo, levamos informações sobre o que está dando certo, o que não está, qual ajuda está precisando.um dia todo para colocar o assunto em dia. (**Dona Nina** entrevista realizada 13/11/2023)

Algumas regras precisaram ser criadas para a participação de novas agricultoras ou grupos, pois estava existindo muita rotatividade, muitas mulheres entravam e saíam. Atualmente para participar da RAMA, precisa estar pelo menos há seis (6) meses no grupo para poder vender e fazer uma vistoria para ver se não está usando nenhum produto químico. No que diz respeito ao uso de agrotóxicos, **Dona Benedita** revela que antes de participar da RAMA, realizava uma agricultura, segundo ela, convencional.

> Antes da SOF eu trabalhava de forma convencional na agricultura, e usava veneno, daí as meninas da SOF falaram para mim que aqui era diferente, não podemos usar veneno, nem adubo, tem que ser tudo do sitio, tudo orgânico, daí eu tive que me adaptar a isso, por que eu estava acostumada a jogar veneno e não precisar carpir, então foi tudo diferente, e hoje eu fujo de veneno, eu vejo a diferença no sabor. Eu fui aprendendo as novas técnicas nos mutirões da RAMA, um novo tipo de substrato, uma compostagem. (**Dona Benedita** entrevista realizada 12/11/2023)

Um fator de tensão entre as agricultoras e as integrantes da SOF, principalmente pelas mulheres do Grupo Rio Vermelho, foi a relação das compensações ambientais executadas na região e que, segundo elas, não é algo que a SOF aprova, visto que esses mesmos agentes dificultam a vida delas, quando as multas são executadas, porém elas acabam lucrando com essas ações.

> Uma vez elas falaram que eu tinha que deixar o meio ambiente pra lá, e eu penso que não é bem assim, porque quando o meio ambiente chora na minha horta é bastante, já com vocês é todo mesmo, tipo uma bolsa família, todo mês você tem um pouquinho de dinheiro. E eles compram mais de 20 mil mudas. (**Dona Ada** entrevista realizada 12/11/2023)

A questão levantada pela **Dona Ada** é um ponto a ser destacado, pois devido a relação conflituoso entre os moradores das áreas rurais com as Unidades de Conservação, pois devido as restrições de manejo nestas áreas e com o advento da edição da Lei de Crimes Ambientais, 1988, todas as atividades de sobrevivências dessas comunidades passaram a ser consideradas crimes. A partir do Artigo 40[37], que considera ações como, a produção de alimentos, a caça de subsistência, a pesca, a retirada de madeira, o uso de madeira morta para a construção, lenha, confecção de canoas e cortes de palmito para fins comerciais (Milanello, 1992) como práticas que causam danos direto ou indireto a unidade de conservação, deste modo muitos processos são gerados no Judiciário e muitos ocupantes passam a ser considerados criminosos passiveis de punição pela justiça. (Bim, 2012).

Deste modo, muitas integrantes da RAMA recebem multas ambientais principalmente devido a abertura de roça de coivara, prática de derrubada de uma área de floresta primária ou de capoeira alta que, em seguida, é deixada para secar e depois é queimada, contudo são práticas ancestrais e que garantem a alimentação das famílias ali inseridas. Estas multas são revertidas em áreas reflorestais, na qual são adquiridas mudas de agricultoras como a **Dona Ada,** gerando um desconforto, pois as integrantes da RAMA acabam tendo que

[37] Lei nº9.605, de 12 de fevereiro de 1988, Art. 40. Causar danos direto ou indireto às Unidades de Conservação às áreas de trata o art. 27 do Decreto nº99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente da sua localização. Pena reclusão, de um a cinco anos.

adquirir mudas de reflorestamento da própria participante da RAMA. As integrantes da SOF não compactuam com esse tipo de venda, deixando claro para esta agricultora que ela deveria deixar de vender as mudas ligadas as multas do Meio Ambiente, pois estas impactam na vida das próprias companheiras.

A SOF promove um compartilhamento de conhecimento entre essas mulheres agricultoras. Contudo, cabe aqui ressaltar que os grupos que pertencem a RAMA possuem dinâmicas diferentes, e sendo assim realizam atividades que nem sempre vai ao encontro com os princípios da SOF.

O projeto executado pela SOF em Barra do Turvo é baseado num tripe valorização pessoal das mulheres agricultoras, no aumento da conscientização sobre temas ligados ao feminismo e, sobretudo, na criação de uma rede de comercialização que, ao longo destes cinco (5) anos se mostrou muito organizada e que podemos entender que gerou uma mudança significativa na vida das mulheres da RAMA.

6.1.3 A importância da organização das mulheres

Ao serem perguntadas quanto a importância de participar da SOF e o que mudou nas suas vidas depois de construírem uma organização coletiva de mulheres agricultoras, todas as entrevistadas perceberam mudanças significativas em suas vidas, principalmente no que tange a vida social, pois passaram a sair e conversar mais umas com as outras, e também na vida financeira, pois todas conseguiram obter uma renda monetária. Existe também uma gratidão quanto ao trabalho executado pela SOF, como relatou a **Dona Ada,** ao destacar o período em que encerrou o contrato da SOF com a Ater do governo federal e o alívio quando elas se beneficiaram do Fundo Newton do Conselho Britânico.

> Você nem pense em abandonar a gente, quando o projeto acabou, e esse dinheiro é que bancava a vinda delas para cá. Mas graças a Deus elas conseguiram um dinheiro. Porque a gente precisa delas, elas ajudam a gente com o desenvolvimento. Se fosse em 2012 eu não estaria aqui falando com você. Elas me levaram para São Paulo, me levaram para o Acre, viajar de avião. Porque tudo que a gente faz com elas é

> porque a gente quer elas não obrigam a gente fazer. Não ficam cobrando de ir nas reuniões, não tem essa de se não vir na reunião não vai ter venda, o que elas falam que tem que ter pelo menos uma do grupo nas reuniões... eles deixam a gente livre. (**Dona Ada** entrevista realizada 12/11/2023)

Um outro ponto a ser destacado é da importância do aumento do convívio com outras mulheres, pois existe um relativo isolamento das pessoas na área rural, principalmente por conta das distâncias, o que dificulta a criação de vínculos de amizade entre as pessoas. As mulheres da RAMA entrevistadas apontaram que existe um incentivo entre elas, pois se consideram mais fortes e que se ajudam. **Dona Benedita** e **Joana**, mãe e filha, descrevem a importância de participarem da RAMA.

> Estar na RAMA fez a gente mudar de atitude, porque se você só fica em casa você não olha para os lados, e nisso começa as encrencas em casa. Hoje eu saio de casa, converso com muita gente, já fui para São Paulo, já fui para o Rio Grande do Sul, já fui para Jureia, e até para Registro a primeira vez que eu fui foi com a SOF, ficamos 3 dias lá, mais de 300 mulheres falando sobre agroecologia. Agora vamos para o Rio de Janeiro. (**Dona Benedita** entrevista realizada 12/11/2023)

> A RAMA é importante porque deu sentido para as mulheres, tinha gente que ficava o dia inteiro em casa, já estava na depressão, muito submissa e vivia só do que o marido podia dar, a gente saiu totalmente disso, conseguimos tirar mulheres da depressão e daí porque nesse grupo não estamos só para venda, quando vamos fazer um mutirão para ajudar as mulheres, pra conversar e tirar um tempo pra gente também que é uma coisa que a gente não fazia antes. (**Joana** Entrevista realizada 12/11/2023)

Um outro ponto que as mulheres trouxeram nas entrevistas foi a relação do aprendizado, de adquirir conhecimento entre elas e a relação de amizade, pois para **Dona Ada** “toda vez que a gente se encontra é uma experiencia a mais que a gente ganha”, e essa união entres elas desenvolvem uma unidade, um sentimento de pertencer a um grupo.

> A rama é muito importante, por conta desses encontros, os problemas as dificuldades, estando ali as vezes parece que é só com a gente, mas gente sai com outras mulheres, outros bairros a gente vê que é a mesma coisa que está acontecendo em outros bairros, e daí a gente troca, uma ajuda a outra, aprendemos sobre remédios, uma planta medicinal. (**Dona Tamara** entrevista realizada 13/11/2023)

> Participar da RAMA a gente adquire muito conhecimento, aprende bastante sobre as plantações e as vendas, que mesmo que seja uma vez por mês antes a gente não tinha nada disso. A venda delas para cá foi muito boa. (**Dona Nina** entrevista realizada 13/11/2023)

No que diz respeito as vendas e a obtenção de renda monetária pelas mulheres, elas relataram o orgulho de ter o seu dinheiro, de conseguir comprar coisas para casa, como moveis, eletrodomésticos, e pagar contas básicas da casa. Ter renda é um fator que impacta na independência delas, pois sabem que o seu trabalho é importante para a família com um todo.

> Para mim é uma felicidade enorme ter o meu dinheiro sem precisar pedir para os outros, porque a vida toda eu fui dependente, até os 21 anos eu nunca tinha pego dinheiro para comprar as coisas, o pai comprava o que eu queria, quando eu casei até fiquei um tempo assim, mas daí comecei a trabalhar fora e sentir o gostinho de ter meu dinheiro. Porque as vezes eu pedia dinheiro para o meu marido, e ele falava para o que você quer e eu pensava um dia eu vou ter o meu dinheiro e não vou contar o que eu vou fazer com o dinheiro. (**Dona Ada** entrevista realizada 12/11/2023)

> Antes a mulher não podia organizar nada, não podia liderar. Eu que tomo conta de tudo aqui, sabia?! Desde que comecei a entregar para os grupos de consumo, só sou eu que mantenho a casa, isso pra mim é um orgulho... **A gente não ganha muito dinheiro, mas faz uma revolução**[38] (**Dona Benedita** entrevista realizada 12/11/2023)

A SOF em conjunto com a RAMA e os Grupos de Consumo Responsável desenvolveu uma rede de pessoas que estão tendo oportunidades de escrever novas histórias, principalmente para as gerações futuras, pois como **Joana** (2023) bem ressaltou “dar voz a uma mulher e ela conseguir falar tudo o que ela sente e consegue é a coisa mais importante e foi o que eu aprendi com a SOF.” Proporcionar conhecimento não somente técnico ligado a agricultura, mas proporcionar, como diz a **Dona Ada,** mais visão, levar essas mulheres para contarem suas experiencias foi proporcionado um protagonismo e uma valorização do saber tradicional das mulheres agricultoras de Barra do Turvo.

[38] Frase que inspirou o título desta tese.

No que diz respeito ao empoderamento pessoal e econômico, as mulheres relataram em quais momentos se sentirão realizadas ao poder através do seu trabalho comprar algo para elas e para família, como destaca a entrevista com a **Dona Nina e para a Dona Benedita** perpassa pelo reconhecimento pelo seu trabalho ao ganhar honrarias e ter a possibilidade de ir até as escolas do município ensinar sobre a agricultura, o que transforma a sua fala em potência, pois o empoderamento se dá também ao perceber que se tornaram uma mulher em que seu conhecimento pode ser transmitido.

> É muito bom, uma ajuda a outra, uma nova fonte de renda. É um dinheirinho a mais que entra, comprar coisas para os filhos, pra gente. Ajuda pagar as contas, que antes atrasava. (**Dona Nina**, entrevista realizada 13/11/2023)

> A primeira vez que comprei uma vaca, foi um orgulho, já comprei guarda – roupa, já comprei televisão, já ganhei prémio de mulher empreendedora do SEBRAE, recebi uma placa aqui na Barra de agricultora, quando eu fui para Porto Alegre falar sobre agricultura, quando eu vou na escola do bairro ensinar as crianças. (**Dona Benedita** entrevista realizada 12/11/2023)

> Hoje a gente é quase celebridade, mudou muita coisa, eu tenho muita coisa que eu não tinha e sem pressão sem ninguém gritando o que você deve fazer. (**Dona Ada**, entrevista realizada 12/11/2023)

O empoderamento perpassa também a ampliação de mundo, como quando essas mulheres tiveram a possibilidade de viajar para outros lugares para falarem sobre a RAMA, para realizar trocas de conhecimentos com outras agricultoras, sendo assim, a parceria com a SOF possibilitou a essas mulheres uma valorização que se dá através de possibilidade de ir e vir, ter uma autoestima intelectual de que o que elas sabem é importante.

> Eu me senti muito valorizada quando elas levam a gente para viajar, já fui para Minas Gerais, andar de avião para falar da RAMA e conhecer outras agricultoras de outros estados, conhecer as plantações, como elas fazem, a gente conversa. Eu vi que em Minas Gerais é muito parecido com o nosso. Esses momentos são muito legais. (**Dona Tamara**, entrevista realizada 13/11/2023)

As agricultoras da RAMA também relataram como elas estarem unidas com outras mulheres a deixam mais forte, que uma fortalece a outra, como passa ser um espaço de troca tanto de técnicas de produção, como também de conversa, risadas e cuidados uma com a outra. Também de relatarem que agora sabem que tem valor, que tem direitos.

> Pra mim o mais importante de pertencer a rama são as pessoas, porque eu não dependo financeiramente da rama, mas os conhecimentos, as amizades que a gente tem ali é muito bom. A mulher tem o mesmo direito que os homens, antes achavam que mulher servia para ficar na beira do fogão, hoje a gente sabe que tem valor (**Dona Elisabete**, entrevista realizada 12/11/2023)

> A importância é a valorização, quando a mulher está sozinha a mulher não tem muito valor, não tem visão. Agora em grupo uma incentiva a outra, valoriza. Ainda tem muita mulher que acha que tem quer dona de casa e ser só isso. (**Dona Nina**, entrevista realizada 13/11/2023)

> A gente andava mais amoitada, e melhorou muito a nossa autoestima, a gente ficava sem sair e depois disso depois que a gente se encontra, nos mutirões é uma alegria, nós contamos história, lembramos do passado, e só melhora. (**Dona Tamara**, entrevista realizada 13/11/2013)

A união das mulheres em um território tão disperso é algo que se deve destacar, visto que o encontro de uma com a outra possibilitou tirar as mulheres da solidão de seus lares e favoreceu com que essas mulheres encontrassem lugares onde se sentissem seguras para estarem juntas.

> Eu entrei bem depois de formada a RAMA, mas é um projeto que ajuda muito as mulheres da região, de venda da produção, e também muita troca, porque a gente conversa mais, o que você sabe passa para outra. (**Dona Nina**, entrevista realizada 13/11/2023)

Destacamos aqui o período do Covid – 19, pois para estas mulheres uma das maiores dificuldades por elas enfrentadas foi o cancelamento dos mutirões e reuniões. A pandemia de COVID – 19 que aconteceu durante os anos de 2020 a 2022, exigiu das pessoas distanciamento social e se fez relevante entender

como impactou as mulheres da RAMA, se interferiu na comercialização dos produtos nos Grupos de Consumo Responsável.

Todas as agricultoras relataram que houve um aumento de produtos comercializados, inclusive que todas receberam o auxílio emergencial do governo federal.

> Na pandemia, na parte de venda foi ótimo, não paramos um dia, eu pegava produto de todas as mulheradas do bairro, dos quilombos e levávamos um caminhão de venda nos grupos de consumo e nas feiras, foi um tempo bom para as vendas, mas foi ruim por conta da doença, a gente se encontrava e não podia dar um abraço. (**Dona Benedita** entrevista realizada 12/11/2023)

> Na pandemia teve tristeza e alegria ao mesmo tempo, tristeza porque morria gente e alegria porque a gente vendeu muito mais, ganhei mais dinheiro com vendas, ainda teve o auxílio emergencial. Nós íamos na feira vendíamos, doamos alimentos...a pandemia foi uma história, apesar da tristeza quem tinha produto para vender, vendeu. (**Dona Ada** entrevista realizada 12/11/2023)

Para as mulheres com filhos pequenos como a Dona Di. o que marcou foi a sobrecarga de trabalho, a preocupação com a educação dos filhos e a dinâmica familiar, visto que as escolas estavam fechadas e o ensino se deu de forma *online.*

> A pandemia foi difícil porque a gente não podia sair para lugar nenhum, a questão da escola das crianças, apesar que a gente ainda está roça, imagina o pessoal da cidade. Estávamos fechadas, mais soltas. Minha menina foi alfabetizada bem dizer pelo celular, ela não sabia ler e juntas fomos indo e ela aprendeu em casa. Porque a gente tinha que tirar um tempo nosso, fazíamos o que tinha que fazer pela manhã e depois sentava com ela. E também os grupos de consumo ajudou a gente com dinheiro na pandemia. (**Dona Tamara** entrevista realizada 13/11/2023)

Apesar do aumento das vendas, o que marcou mais algumas mulheres foi a dificuldade do isolamento. Para **Dona Rute** "na pandemia não nos encontramos, ficamos cada uma na sua casa, daí quando passou um pouco a SOF veio aqui, mais foi difícil.", o que corrobora que para as mulheres da RAMA, o coletivo criado por elas não é só sobre comercialização, mas também sobre a união das mulheres, as conversas, as trocas de experiências.

Expulsivo



Mandala assembleia RAMA – Barra do Turvo – SP (10/09/2022)

7. Conclusões

Eu não sou livre enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das minhas· (Audrey Lorde)

Consideramos que a hipótese levantada de que a que a organização coletiva das mulheres rurais em grupos formais estabeleceu uma relação de empoderamento no território vivido, pois as mulheres agricultoras que participam da RAMA passaram, tanto a contribuir financeiramente com a renda da família, como foram descritas nas entrevistas, quanto em algumas famílias são as mulheres que de fato sustentam a casa. Foi identificada que a parceria com a SOF contribuiu para uma valorização do saber feminino, aprendizados sobre agroecologia e a importância do trabalho e do tempo dessas mulheres, além da relevância das mulheres estarem unidas, e experienciando atividades coletivas, como os mutirões, o que favoreceu um pensamento mais crítico quanto a realidade das mulheres rurais do município de Barra do Turvo.

A metodologia utilizada e a busca de técnicas se mostraram adequadas para que pudéssemos alcançar os objetivos deste estudo. A pesquisa de base qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, a observação e o uso do diário de campo foram realizadas para que pudéssemos ouvir e ecoar a voz das mulheres agricultoras da RAMA. Através destas metodologias conseguimos alcançar os objetivos da pesquisa, vale destacar que apesar de seguirmos um questionário padrão para todas as entrevistadas, foi possível notar a individualidade de cada uma delas, de acordo com o interesse apresentado.

Partimos de um referencial bibliográfico, a relação entre a categoria mulheres e economia solidária e feminista, pois nos permitiu compreender tanto as diferenças de serem mulheres no mundo rural, este marcado por estruturas machistas e que contribui para a manutenção do patriarcado, alicerçado nas diferenças entre funções de homens e mulheres. A tripla jornada de trabalho executado pelas mulheres, onde elas realizam atividades na roça, os cuidados com a casa e com os filhos, levando a uma sobrecarga física e mental das mulheres. Nos fundamentamos no conceito de interseccionalidade pois reforçamos aqui nessa tese que a categoria mulheres cabe aqui, pois compreendemos que corresponde as diferenças ligadas ao sexo, classe e raça.

Já o ecofeminismo vem para corroborar e relacionar a violência com a natureza e o quanto as mulheres agricultoras são as que mais sofrem as consequências da dominação do patriarcado.

A organização coletiva das mulheres da RAMA, se instituiu através de uma economia solidária e feminista que desenvolveu uma rede que liga a cidade e o campo construindo uma rede, nas quais as mulheres passaram a ter garantia de venda, que não visa a exploração do trabalho e sim a valorização das pessoas e dos produtos que estas produzem. E os GCRs puderam se beneficiar de alimentos produzidos com base na agroecologia e na valorização do trabalho feminino.

É incontestável que ao unir forças, as agricultoras passaram a ter mais visibilidade para reivindicar e lutar pelos seus direitos. A parceria com a SOF, proporcionou que as mulheres agricultoras da RAMA vivenciassem ações de lutas por direito das mulheres do campo, como a Marcha das Margaridas, as mulheres da RAMA de fato foram para a rua e pautaram as suas mobilizações em indicativos que traz incontáveis benefícios para as mulheres. A Marcha das Margaridas é uma organização coletiva que une mulheres rurais do Brasil com motivações diferentes, mas que se unem em um propósito maior, o de igualdade entre homens e mulheres no meio rural.

Entendemos como se estabeleceu a dinâmica da economia solidária e a criação dos mercados consumidores, sendo que o caso da RAMA, se destaca principalmente por conta das distancias com os consumidores. A rede de consumo responsável foi desenvolvida principalmente por conta dos contatos que a SOF tinha com alguns mercados e GCRs na cidade de São Paulo, iniciativa que começa com cinco (5) grupos e neste ano foram identificados 22 grupos que comercializam os produtos *in natura* e beneficiados da RAMA.

Compreender que são as mulheres agricultoras que primeiro oferecem o que elas têm disponível para assim depois os GCRs realizarem os pedidos já reforça a ideia da não exploração do trabalho, além do compromisso de que os produtos saem de Barra do Turvo vendidos, o que não gera perdas no deslocamento, problemas que as mulheres do Grupo Rio Vermelho relataram que acontece quando elas fazem as feiras no município de Registro.

A relação das mulheres da RAMA com os GCRs é sempre construída e estabelecida através dos intercâmbios, nos quais os representantes dos GCRs

são convidados a passarem alguns dias ajudando na produção, plantio, colheita ou na confecção de algum produto beneficiado. São momentos de extrema interação permitindo com que se crie uma relação mais duradoura e respeitosa entre todos os participantes da rede.

Identificamos que as principais dificuldades que as mulheres agricultoras de Barra do Turvo enfrentavam antes da criação da RAMA era a falta de incentivo para a comercialização dos produtos produzidos, problema que foi solucionado com a comercialização para os GCRs e também com a participação na feira em Registro.

Uma outra dificuldade enfrentada por elas são questões ligadas aos parques e as áreas de proteção permanente, pois elas constantemente são autuadas, principalmente por conta de abrir novas áreas de plantio. Foi identificado que a SOF não incentiva as mulheres da RAMA a produzirem mudas para serem comercializadas visando ao reflorestamento, pois acabam colaborando com um problema que atinge as próprias agricultoras. Contudo, foi revelado que as grandes multas ambientais acometidas por empresas nacionais e internacionais são revertidas em área de reflorestamento na região.

Isto posto, encontramos no livro Mito da Natureza Intocável uma compreensão de quanto a criação de parques e reservas são feitos sem a participação atuante das comunidades tradicionais e podem impactar de forma negativa a vida dessas famílias, dificultando a produção de alimentos e gerando uma insegurança quanto as suas práticas tradicionais, como apontada por uma agricultura da RAMA de usar as cinzas da fogueira de São João e o medo de infringir algo e levar multa.

Constatamos que as mulheres que participam da RAMA atingiram a um certo grau de empoderamento, pois todas as entrevistadas reconhecem a importância do seu trabalho para a dinâmica familiar, compreende o valor de estarem organizadas coletivamente com outras mulheres, visto que uma passa ser rede de apoio da outra.

Passaram a encontrar nas atividades que inicialmente eram promovidas e organizadas pela SOF como as reuniões e os mutirões um espaço que extrapola a relação de trabalho, passou ser um lugar de encontro, união e cuidado uma com a outra.

As mulheres entrevistadas enfatizaram que as integrantes da SOF sempre incentivaram elas a contarem as suas histórias e seu saberes, sendo que as viagens proporcionadas pela SOF são sempre destacadas como um momento em que elas se sentiram valorizadas.

Contudo, constatamos que em relação aos dois grupos entrevistados, quanto mais a mulher passa a buscar outras formas de venda da sua produção, mais empoderada ela é, sendo notado que ela não passa a depender exclusivamente das vendas para os Grupos de Consumo em São Paulo. As mulheres do Grupo Rio Vermelho se sentem mais seguras financeiramente, pois além das vendas para São Paulo, elas participam da feira agroecológica de Registo e uma das agricultoras também vende mudas para reflorestamento.

No que diz respeito aos impactos da pandemia de COVID – 19, as mulheres da RAMA tiveram experiencias conflitantes, visto que apesar do aumento das vendas para os GCRs, reflexo do isolamento das pessoas na cidade que passaram a consumir mais cestas de produtos naturais e que recebiam em suas próprias casas, diminuindo a interação social, pois os pedidos eram feitos via WhatsApp Contudo, as mulheres da RAMA sentiram muita falta do encontro que elas tinham com as companheiras, das conversas, dos mutirões que precisou ficar pausado durante o período crítico da pandemia. Algumas mulheres relataram que sentiram falta e preocupação com as integrantes da SOF, pois elas estavam nas cidades diferente delas que estavam na área rural e poderiam circular com um pouco mais de liberdade.

Identificamos que na RAMA de fato se desenvolveu um processo de empoderamento das mulheres agricultoras, empoderamento que perpassa tanto os aspectos econômicos, quanto os ligados a autoestima das mulheres. Por meio dos encontros de formações sobre temas ligados feminismo, divisão sexual do trabalho e caderneta agroecológica fizeram com que essas mulheres ampliassem seus conhecimentos e também reconhecesse e valorizasse os seus saberes tradicionais, e a importância do encontro e os mutirões que se transformou para além de trabalho em um lugar onde essas mulheres podiam conversar sobre suas alegrias, tristezas, dificuldades, e ser rede de apoio uma para outro.

As viagens e a ampliação de mundo, a possibilidade de contar suas histórias para outras mulheres do Brasil e do Mundo impactou positivamente na

vida das agricultoras, sendo momentos lembrados com profunda realização pessoal.

As mulheres agricultoras da RAMA, em suma, conseguiram juntamente com as técnicas da SOF, desenvolver uma rede solidaria e feminista que possibilitou através das vendas, empoderar economicamente essas mulheres e através dos mutirões, reuniões e assembleias, viagens, palestras e intercâmbios, valorizar os seus conhecimentos, e se empoderarem das suas próprias histórias e do poder de suas vozes.

Essa tese, portanto, é uma oportunidade de que nós, enquanto pesquisadores, devemos usar as categorias e conceitos que considerarmos mais adequados, mesmo que colida com o que está sendo feito neste tempo/espaço. Esta tese é sobre mulheres e a importância de estarmos unidas entorno de um “nós” político, para que possamos reivindicar o valor das nossas existências, lutar pelos nossos direito e juntas nos empoderarmos e empoderarmos as futuras gerações.

Referências

ABONG. Carta de princípios e estatuto. Disponível em: <http:www.abol1g.org.br> Acesso em: 07 abril 2024

AGUAYO, B.E. C; RAMÍREZ, L. P. A. La Economía Solidaria en la politización del trabajo escondido de las mujeres. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. 1–12, 2019.

ALEIXO, A. S. M. D. F. et al. **Da economia social para a economia solidária.** 2015. Tese de Doutorado.

ALVAREZ, S. "Feminismos Latinoamericanos". **Revista Estudos Feministas**, v. 6, n. 2, 1998.

ANGELIN, R. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. **Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI**, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/ direitoepolitica - ISSN 1980-7791. Acesso em: 30 out. 2019.

BEAUVOIR, S. **Por uma moral da ambiguidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

BRASIL. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005.** Brasília: MTE, SENAES, 2006

BUTTO, A.; DANTAS, I. **Autonomia e cidadania:** políticas de organização produtiva para as mulheres no meio. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019

BUTLER, J. **Corpos que importam:** os limites discursivos do "sexo". São Paulo: N-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.

CARNEIRO, C. B. M C. **Compras Coletivas de produtos orgânicos e participação política:** um estudo de caso da Rede Ecológica (RJ): Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012

CARRASCO, C. Introdução para uma economia feminista. In: CARRASCO, C. (org.) **Mujeres y economía.** Barcelona: Icaria, 1999.

CARRASCO, C. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, N. e NOBRE, M. **A produção do viver: ensaios de economia feminista.** São Paulo: Cuadernos Sempreviva, SOF, p. 11-49, 2003.

CARRASCO. La economía feminista: ruptura teórica y propuesta política. In: CARRASCO, C. **Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política.** Madri: La Oveja Roja, p. 25-48, 2014.

CARVALHO, D. G. **Mulheres na coordenação de organizações do terceiro setor no município de São Paulo (1990-2000):** construção de sujeitos coletivos e de propostas. Campinas, SP, 2002.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARVET, J-P. (org.). **Dictionnaire de Géographie Humaine.** Paris: Éditions Liris, 2000.

COLLYER, F. R. S. Muito além da Revolução. os aspectos políticos e sociais da maior revolução da idade moderna. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 2015.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa comunidade global.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996

CONCEIÇÃO, C. V. C.; SILVA V. S. V. da. A (des)estabilização da categoria "mulher". TEMPO DA CIÊNCIA, Toledo, v. 30, n. 59, janeiro - julho. 2023.
CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, R. L. REDES GEOGRÁFICAS: REFLEXÕES SOBRE UM TEMA PERSISTENTE. **Cidades**, v.9, n°16, 2011.

CORRÊA, R. L. (1997). Dimensões de análise das redes geográficas. In: CORRÊA, R.L. (org.). **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 107-118.

COREEA, R. L. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidade**s, vol. 9, n. 16, p. 199-218, 2012.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**: Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Estudos Feministas**. Nº 10. São Paulo, 2002.

DANTAS, I. A construção social da economia feministas na Rede Xique-Xique de comercialização solidária**. Agriculturas**, v. 2, n.3, p. 27-30, 2005.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, C. **L'ennemi principal:** économie politique du patriarcat. Paris: Syllepse, tome 1, 1998,

DIAS, L. C. (1995). Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I.E., GOMES, P.C.C. e CORRÊA, R.L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 141-162.

DIAS, L. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L.; SILVEIRA, R.L.L. (org.). **Redes, sociedades e territórios.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p.11-28.

DIAS, T. L. F. **"O que vou ser quando crescer?":** A divisão sexual do trabalho na socialização das mulheres e em suas escolhas profissionais. Dissertação/ UFPE, Recife, 2028.

DIAZ, N. Economias feminista, social y solidaria. Respuestas heterodoxas a la crisis de reproducción en América Latina. ICONOS - **Revista de Ciencias Sociales**, n. 33, v. 12, pp. 77-89, 2009.

FALQUET, J. "L'ONU, alliée des femmes? Une analyse féministe du système des organisations internationales", **Multitudes**, nº 11, p. 179-191. 2003

FARIA, Nalu. Las mujeres contra el libre comercio. Una historia de resistencia y lucha In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata, NOBRE, Mirian. **Teoria y practica de los desafios feministas em la Construcción de economias alternativas.** São Paulo: REMTE – Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia, 2015.

FEDERICI, S. **Revolución en punto cero:** trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Madrid: Traficantes de sueños, 2013.191

FEDERICI, S. **O calibã e a bruxa.** Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante (tradução Sycoraux), 2017

FERNANDES, R. C. **Privado porém Público**: O Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.

FERREIRA, V. C. P. **Ongs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que tem induzido seu crescimento.** Tese Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 2005.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

FILIPAK, A. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003- 2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos.** Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2017.

FISHER, B. & TRONTO J. Toward a feminist theory of caring. In E. Abel & M. Nelson (orgs.), **Circles of care: Work and identity in women's lives.** Albany: Suny Press, pp. 35-62, 1990.

GAIGER, L. I. Contribuições para uma agenda de pesquisa. In: Hespanha, P.; Santos, A.M. (Orgs.) **Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas.** Coimbra: Edições Almedina. 2011.

GEORGES, I.; SANTOS, Y. G., Eds. **As 'novas' políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência: produção local do serviço e relações de gênero.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

GLIESSMAN, S. **Agroecology: ecological Processes in Sustainable Agriculture**. Chelsea, MI: Ann Arbor Press, 1998, p.357

GOHN, M. d. G. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000

GRECCO, F. S. O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao homo economicus. **Temáticas**, v. 26, n. 52, p. 105–134, 2018.

GRECCO, F. S.; FURNO, J. C.; TEIXEIRA, M. O. Por uma ciência econômica feminista. **Temáticas**, v. 26, n. 52, p. 11–22, 2018.

GRECCO, F. S**. A economia feminista como um campo de análise e ação: um estudo de suas implicações políticas.** Unicamp, Campinas – SP, 2019

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Piracicaba, SP)**,** v. 52, n. 1, p. 125-146, 2014.

GUÉRIN, I. Sociologia Económica e Relações de Gênero. In: Marilane Teixeira, Nobre, Miriam, Godinho, Tatau e Emílio, Marli (orgs). **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres Desafios para as Políticas Públicas.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

GUÉTAT-BERNARD, H.; PRÉVOST, H. **L'agro-écologie au Brésil, un instrument genré de luttes sociales.** L'Ordinaire des Amériques**,** v. 220, 2016.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Dossiê desigualdades e interseccionalidades:** Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez 2015.

HILLENKAMP, I.; GUÉRIN, I.; VERSCHUUR, C. **Cruzando os caminhos da economia solidária e do feminismo:** passos para uma convergência necessária Revista Economía (Quito**),** v. 69, n. 109, p. 43-60, 2017.

HILLENKAMP, I.; NOBRE, M. **Por uma economia solidária e feminista:** pesquisa-ação no Vale do Ribeira. In: (Ed.). *Anais do V Simpósio Desigualdade Direitos e Políticas Públicas*: http://repositorio.unisinos.br/anais/ eventos/vsimposio.html#749/z, p. 749-764, 2016.192

HILLENKAMP, I.; NOBRE, M. "Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social". **Revista Temáticas**, nº 52, 2018.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 16. – Brasília, jan-abr de 2015.

HOOKS, B. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019

HORA, K.; BUTTO, A. Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, Andrea et al. **Mulheres rurais e autonomia. Formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 14-45, 2014.

INSTITUTO KAIROS. Apostila – **Facilitador comércio justo e solidário.** [2005]. Disponível em: Acesso em: 01/ mai. 2024.

INSTITUTO KAIRÓS. **Consumo Responsável em Ação Tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade.** São Paulo, 2017. Disponível em: https://institutokairos.net/wpcontent/uploads/2017/04/Consumo_Responsavel_Em_Acao.pdf. Acesso em: 01 mai de 2024.

INSTITUTO KAIRÓS. **Práticas de comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar**: Instituto Kairós, São Paulo, 2013

INSTITUTO KAIRÓS. **Consumo responsavel em ação: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade** / Organização Juliana Rodrigues Gonçalves, Thais Silva Mascarenhas.São Paulo, 2017.

IPEA. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil:** nota metodológica e analise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Sandro Pereira Silva Leandro Marcondes Carneiro (ORG). Brasilia, 2016.

JALIL, L. M. **As Flores e os Frutos da luta: O significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais.** Dissertação (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil. **Economia Solidária**, Volume, v. 4, 2002.

LEFEBVRE, H. Perspectivas da Sociologia Rural. In: MARTINS, J. de Souza. **Introdução e Crítica a Sociologia Rural**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 163-178.

LERNER, G. **A Criação do Patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LORENZO, L. et al. **O que você alimenta quando se alimenta? ComerAtivaMente:** Um grupo de consumo responsável como estudo de caso. Agroecologia em Foco. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2020.

MORENO, R. F. C. "Economía Feminista: una visión antisistémica". In: **SOF. "En busca de la igualdad**. Textos para la acción feminista". São Paulo: SOF, 2015

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução.** 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

NOBRE, M; FARIA, N.**A produção do viver:** ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003. OFFNER, J-M.; PUMAIN, D. Réseaux et territoires – Significations croisées. La Tour d'Aigles: Ed. Aube, 1996.

NOBRE, M. **Introdução à economia feminista**. Economia Feminista - SOF, p. 1–4, 2002.

NOBRE, M. **Economia solidaria, agroecologia y feminismo:** prácticas para la autonomía en la organización del trabajo y de la vida. In: VERSCHUUR, C.;GUÉRIN, I., HILLENKAMP, I. Une économie solidaire peut-elle être féministe? Homo oeconomicus, mulher solidaria. Paris: L'Harmattan, p. 273-294, 2015.

NOBRE, M. "La perspectiva feminista sobre la soberanía alimentaria". In: **SOF. "En busca de la igualdad.** Textos para la acción feminista". São Paulo: SOF, 2015.

NOBRE, M; MORENO, R. Natureza, trabalho e corpo: percusos feministas e pistas para a ação. In: **Economia Feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios.** Ana Isla, Mirian Nobre, Renata Moreno, Sheyla Iyusuka, Yayo Herrero (ORG), Sempreviva Organização Feminista, SOF, São Paulo, 2020.

NICHOLSON, L. **Interpretando o gênero.** Estudos Feministas: São Paulo, v. 8, n. 2, 2000.

OFFNER, J-M.; PUMAIN, D. **Réseaux et territoires** – Significations croisées. La Tour d'Aigles: Ed. Aube, 1996.

OFFNER, J-M. Territorial deregulation: Local authorities at risk from technical networks. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 24, n° 1, p.165-182, march 2001.

ONORA TI, A. ONGs e a cooperação internacional: o mar de histórias ou o império do blá-blá-blá. In: IBASE-PNUD. **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

PAULILO, M. I. S. Que femenismo é esse que nasce na horta? **Política & Sociedade,** v. 15, p. 296-316, 2016.

PEREIRA, L. A. G. Redes e fluxos em Geografia: uma abordagem teórica. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína (TO), Ano 04, n.0 01, jan-jul. de 2015.

PESSOA, C.; RAMOS, J. F.P. e PEIXOTO, S.L.F. **Economia Solidária e Feminista:** reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres. Setembro de 2008.

PÉREZ OROZCO, A. Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: **Traficante de sueños**, 2014.193

PINHEIRO, D. C. Economia Solidária: Uma Revisão Teórica a Partir dos Seus "Múltiplos" Conceitos. **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5, p. 85-105, 2013.

PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher. In: **A prática feminista e o conceito de gênero.** Textos didáticos. Campinas, n. 48, nov. 2002.

PULEO, A. **Lo personal es político: el surgimiento del feminismo radical. Teoría Feminista** - de la ilustración a la globalización. Madrid: Minerva, v. 2, p. 18-32, 2005.

QUINTELA, S. **Economia Feminista e Economia Solidária:** sinais de outra economia. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS. v.5, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RODRIGUES, A. L. **Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: um estudo comparativo de casos no Brasil e no Québec.** Tese de Doutorado. São Paulo: FGV/EAESP, 2004.

ROSSINI, R. E. **Geografia e Gênero:** a mulher na lavoura canavieira paulista. Tese de Livre Docência. São Paulo: USP, 1988.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Dossiê: Feminismo em Questão, Questões do Feminismo** • Cad. Pagu (16) • 2001

SALAMON, L. M. **Defining the nonprofit sector: a cross-sectional analysis.** Manchester: Manchester University Press, 1997.

SARDENBERG, C. M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inc. Soc. Brasília**, v. 11, n. 2, p. 15- 29, jan./ jun. 2018.

SANCHEZ, F. J. B. **Identidade e Conflito:** A construção política dos "remanescentes de quilombo" do Vale do Ribeira. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANCHEZ, F. J. B.; TURATTI, M. C. M. **Agricoltura famigliare ed etnicità:** le trasformazioni delle lotte contadine in Brasile. Sociologia del Lavore**,** v. 128, p. 135-151, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. Record, 2001. 472 p.

SANTOS, L. L. dos. Deve a economia feminista ser pós-colonial? Colonialidade económica, género e epistemologias do Sul. In: **Revista crítica de ciências sociais**, 114, 161–186. 2017.

SCHERER, W. I. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Edição Loyola, 1993

SCHNEIDER, S.; CRUZ, F. T.; MATTE, A. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. In: SCHNEIDER, S.; CRUZ, F. T.; MATTE, A. (Orgs.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, pp.9-22

SHIVA, V. **Abrazar la vida: Mujer, ecologia y supervivencia**. 1998. Disponível em . Acesso em Junho de 2019.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.** Dissertação (Tese de doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecol. E Desenv. Rur. Sustent**., Porto Alegre, c. 1, n1, jan./mar. 2000. Disponível em . Acesso em: 30 out. 2019.

SILVA, E. R. da. Feminismo radical: pensamento e movimento. Textura. **Cruz das Almas**, ano 3, n. 1, p. 24-34, Jan./Jul., 2008.

SILVA JR, J. A. da, Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: o caso do Vale do Ribeira (SP). **Revista Administração Pública** 50 (3) • May-Jun 2016.

SINGER, P. **Economia Socialista.** In: SINGER, P.; MACHADO, J. Economia Socialista. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista**.** Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. I. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

SORRENTINO, M. et al., Eds. **Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis.** Piracipaba (SP): MH-Ambiente Natural, 2017, 344 p.

SOUZA, P. C.; HESPANHOL, A. N. Bairros rurais e resistência: a formação das comunidades rurais no oeste paulista. **CAMPO-TERRITÓRIO:** revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 168-193, ago. 2010.

SPECHT, A. A. Economia Feminista. Cadernos Brasil Local: Desenvolvimento e Economia Solidária, v. **Suplemento**, n. 2009, p. 4–12, 2009.

STEENBOCK, W. et al. **Agrofloresta, ecologia e sociedade.** Curitiba: Kairós, 2013, 422 p.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). **(Re)conhecendo a agroecologia feminista Agroecossistemas e redes das agricultoras do Vale do Ribeira** (SP, Brasil). 2021.

SOF - Sempreviva Organização Feminista. **Notas**. São Paulo, 2024.

STROMQUIST, N. La busqueda del empoderamento: em qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEÓN, M. (Org.). **Poder y empoderamiento de las mujeres.** Santafé de Bogotá: Tercer Mundo y UN Facultad de Ciencias Humanas,1997. Disponível em:

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. Economia Solidária e Autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. IPEA – **Mercado de Trabalho**, [S.I.], nº 24, p.35-43, 2º sem. 2004.

TEIXEIRA, M. O. A economia feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante. **Temáticas**, v. 26, n. 52, pp. 135-166, Campinas, 2018.

ANEXO

Roteiro de Entrevista com as Representantes da Sempreviva Organização Feminista (SOF)

1. Fale um pouco da sof, quando, como e porque surgiu a sof?

1.1 Quais foram as primeiras ações? Quantas pessoas estão atuando na sof?

1.2 Como se dá a organização da sof?

1.3 Quantos projetos já foram executados e quantos ainda estão em execução?

1. Qual é o maior diferencial da SOF? O feminismo é um pilar da SOF, como vocês desenvolvem essa temática com a mulheres rurais? Como e porque vocês acham que obter conhecimento sobre o feminismo pode agregar na vida das agricultoras rurais?

2. Quais as principais dificuldades que a Sof encontra para executar os seus projetos? E como vocês selecionam as áreas e grupos que serão contemplados com a acessoria da Sof?

3. Agora em relação a RAMA, como se deu esse encontro? Como foram os primeiros encontros? Quais os desafios que vocês encontram? Como e quais ações foram executados?

4. Vocês prestam assessoria para a RAMA até hoje? Se sim, qual a ligação que vocês possuem com as mulheres? Se não, por que?? Vocês conseguem me informar quais as maiores mudanças que vocês identificaram na vida das agricultoras?

5. Vocês intermediaram as relações das mulheres da RAMA com os grupos de consumo responsáveis? Quem são esses grupos de consumo responsáveis que a RAMA entrega os seus produtos? Como se deu essa mediação? Como se dá a logística de entrega?

6. Você poderia me contar alguma história que marcou a atuação da Sof com essa rede de mulheres agricultoras?

7. É possível me passar o contato de alguma mulher da RAMA para que eu possa entrar em contato com ela para uma possível entrevista? E algum contato com os grupos de consumo responsáveis que a RAMA tem parceria?

Roteiro de Entrevista com as Mulheres Agricultoras da Rede de Agroecologia de Mulheres Agricultoras (RAMA)

A- Informações gerais sobre a entrevistada

1.Nome

2.Idade

3. Origem (natural de qual município);

4. Há quanto tempo mora em Barra do Turvo?

5.Escolaridade

6.Estado Civil

7 Quantidade de filhos

8. Tamanho do lote:

B- Informações sobre a trajetória das mulheres, da SOF e da RAMA

1.Me fala um pouco sobre a sua história na agricultura?

1.1. Seus pais ou avos eram agricultores?

1.2. Como teve acesso à terra (via herança, compra, compra e herança, outra forma)

1. 3. Já teve outro tipo de trabalho fora da agricultura? Se sim, qual? Por quanto tempo?

1.4. Quais dificuldades você enfrentava nessa época (quando trabalhava noutro tipo de ocupação ou na agricultura?)?

1.5. Vocês possuíam alguma ajuda do governo nessa época em relação a agricultura?

2.Como foi a entrada da SOF na vida de vocês?

2.1. Como foram os primeiros encontros?

2.2. Onde eles ocorriam e com qual frequência?

2.3. Quais mudanças trouxeram no modo de produção?

2.4. Houve cursos ou assistência técnica?

2.5. E quais mudança pessoais trouxeram para vocês? (aqui se refere a entrada na SOF? Ou aos cursos ou outras atividades?)

2.6. Qual a importância da SOF na vida de vocês em termos econômicos, sociais?

3. Conta um pouco sobre a criação da RAMA?

3.1. Qual foi a sua participação?

3.2. Qual a importância da RAMA para sua vida econômica, pessoal e familiar?

3.3. O que mudou a sua vida depois da criação da Rama?

3.4Como é a organização da RAMA?

3.5. Como são os mutirões? Com que frequência eles ocorrem?

4.1. Como era feita a divisão do trabalho no seu lote antes da RAMA?

4.2. O que vocês produzem? Qual o tamanho da área cultivada (aproximadamente)?

4.3. Como vocês produzem? Quem colabora na produção?

5. Como é feita a comercialização?

5.1. Toda a produção é destinada ao mercado de consumo responsável em São Paulo?

5.2. Vocês realizam troca de alimentos entre vocês? Quais alimentos são geralmente trocados entre as famílias? Com qual frequência?

5.3 Você faz algum tipo de beneficiamento da sua produção?

6.Para você qual a importância de estar organizada junto com outras mulheres?

6.1. Para além da produção de alimentos, vocês conversam sobre quais outros assuntos (feminismo e empoderamento)?

6.2. Você consegue me dizer qual momento você sentiu mais empoderada?

7. Como você se sentiu ao obter renda através das entregas da RAMA?

7.1. Como essa renda melhorou a sua vida e da sua família?

7.2 Como é a sua relação com seu companheiro, existe só uma produção e é entregue para a RAMA ou é vendida em outros lugares?

7.3. O seu trabalho já foi considerado ajuda? O seu companheiro denomina a sua função no lote como ajuda ou trabalho?

8.1 Como vocês passaram pela pandemia?

8.2. Surgiu alguma dificuldade nova (em relação a que? A vida pessoal? A Produção ou a comercialização?)?

8.3. Vocês foram atendidas pelo auxilio emergencial do governo federal?

9.1. Vocês possuem DAP?

9.2Com o retorno do PAA vocês tem interesse em entregar a produção para esse programa?

9.3. Participam de feiras municipais ou tem outras formas de comercialização? Se sim, quais?

10.1 Como o seu grupo foi criado e porquê?

10.2 Quantas mulheres participam?

10.3 Como são as reuniões dos grupos? Vocês possuem uma sede?

10.4 Vocês se encontram de quanto em quanto tempo?

10.5 Qual a principal diferença do grupo para a RAMA?

10.6 Quais atividades vocês realizam quanto grupo?